

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO**

DOUGLAS GRZEBIELUKA

**COMUNIDADES DE FAXINAL E SUAS DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS: DA
FORMAÇÃO À DESAGREGAÇÃO DE UMA TRADIÇÃO NO MUNICÍPIO DE
TIBAGI (PR)**

**PONTA GROSSA
2010**

DOUGLAS GRZEBIELUKA

**COMUNIDADES DE FAXINAL E SUAS DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS: DA
FORMAÇÃO À DESAGREGAÇÃO DE UMA TRADIÇÃO NO MUNICÍPIO DE
TIBAGI (PR)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientação: Profa. Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr

PONTA GROSSA

2010

Grzebieluka, Douglas

G895c Comunidades de Faxinal e suas dinâmicas sócio-espaciais : da formação à desagregação de uma tradição no Município de Tibagi (PR). / Douglas Grzebieluka. Ponta Grossa, 2010.

146f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - (Gestão do Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr

1. Comunidades tradicionais. 2. Faxinal. 3. Cultura faxinalense.
4. Tibagi. I. Sahr, Cicilian Luiza Löwen.. II. T.

CDD: 330.981

TERMO DE APROVAÇÃO

DOUGLAS GRZEBIELUKA

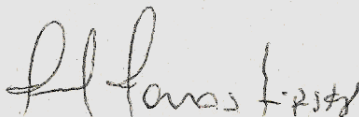
COMUNIDADES DE FAXINAL E SUAS DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS: DA FORMAÇÃO À DESAGREGAÇÃO DE UMA TRADIÇÃO NO MUNICÍPIO DE TIBAGI(PR)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

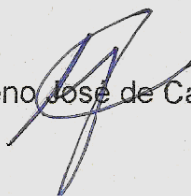
Orientadora:



Prof.ª Dr.ª Cicilian Luiza Löwen Sahr
UEPG



Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky
UEPG



Prof. Dr. Nazareno José de Campos
UFSC

Ponta Grossa, 16 de abril de 2010

AGRADECIMENTOS

A **Deus: Pai, Filho e Espírito Santo**, por me conduzirem nesta caminhada, trilhando os caminhos da sabedoria e discernimento em minhas escolhas.

Aos meus **familiares: pai, mãe, irmãos e minha sobrinha** pelo apoio e incentivo recebido ao longo de toda a minha formação acadêmica.

A **Professora Doutora Cicilian Luiza Löwen Sahr**, por sua amizade, por seu conhecimento, pela confiança que depositou em meu trabalho e em mim. Também agradeço pelo fato do despertar em mim a curiosidade e o valor das Comunidades Tradicionais existentes no Território Brasileiro e Paranaense, em especial das Comunidades de Faxinal, que guardam consigo um universo magnífico de histórias e modos de viver.

Aos **Professores Doutor Leonel Brizolla Monastirski e a Doutora Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros**, pelas valiosas contribuições prestadas e por seus conhecimentos repassados durante a Banca de Qualificação.

Ao **Mestrado em Gestão do Território** por ter aberto esta oportunidade de crescimento pessoal, intelectual e profissional.

As colegas de turma, **Andréia, Eliane, Maria Rosmeri e Sueli** pelo apoio e incentivo na elaboração deste trabalho e pelos momentos de conversa e debates em torno dos nossos temas de dissertação. Também a colega **Carla** pelo seu conhecimento e ajuda na montagem dos mapas que compõem esta dissertação.

Ao colega **José Alfredo Baptista dos Santos**, o qual incentivou e impulsionou o início de todo este trabalho.

A Professora, Pesquisadora e colega de trabalho **Dircéia Eidam**, que sempre com seus conhecimentos acerca do Município de Tibagi (PR), estava disposta a esclarecer dúvidas e incentivar até o término desta pesquisa. Também ao seu esposo **Joel Eidam**, que contribui com seu conhecimento empírico sobre as comunidades em estudo.

Aos **professores, funcionários, alunos**, enfim a toda **equipe do Colégio Estadual Baldomero Bittencourt Taques**, os quais colaboraram em meus momentos de ausência e pelo incentivo e motivação que deram para que eu continuasse na Direção deste colégio no decorrer da realização do Mestrado.

Aos meus **padrinhos**, em especial a minha **madrinha Tereza** por seu apoio, incentivo e por estar sempre presente nos momentos de conquistas em minha vida, torcendo sempre pela vitória.

A todos os **senhores e senhoras**, residentes nas comunidades rurais do município de Tibagi (PR), que contribuíram cedendo parte de seu tempo para responder aos meus questionamentos.

A todos os **meus amigos**, os quais sempre em nossas conversas me ouviram falar sobre “Faxinais”, acredito que hoje em dia todos sabem o que é.

A **Prefeitura Municipal de Tibagi** (PR) os quais cederam parte do material necessário ao desenvolvimento deste trabalho.

A **todos os pesquisadores e membros da sociedade** que lutam pelos povos e Comunidades Tradicionais.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para realização e conclusão desta Dissertação, que me ajudaram de alguma forma, no decorrer do meu percurso em busca do Título de Mestre, agradeço imensamente.

Meu “Muito Obrigado”!!!

“Nós devemos ser a mudança que
desejamos ver no mundo” **[Gandhi]**

RESUMO

A presente pesquisa analisa as transformações sócio-espaciais ocorridas nas comunidades rurais do Município de Tibagi (PR), sobretudo aquelas, cuja estrutura de ocupação apresentou e/ou ainda apresentam características comuns aos Faxinais. Os Faxinais são comunidades rurais das regiões recobertas por Matas com Araucária que estruturam o uso da terra de maneira bastante particular; tendo dois espaços principais, um criadouro comunitário e as terras de plantar, separados por uma cerca ou valo. Selecionou-se, para fins de aprofundamento, as comunidades rurais localizadas a oeste da rodovia Transbrasiliana e do rio Tibagi. Tendo-se como estudo de caso as Comunidades de Faxinal dos Empoçados, localizada no Distrito de Alto do Amparo e Faxinal dos Mendes no Distrito de Caetano Mendes. Entre as metodologias de investigação utilizadas, destacam-se a aplicação de questionários semi-estruturados aos moradores mais antigos destas comunidades. Na dinâmica econômica vivenciada por Tibagi, desde os seus primórdios até a atualidade, as comunidades de Faxinal apresentaram seu auge no período do chamado “Tropeirismo de Porco”, nas primeiras décadas do século XX. A partir de então, a modernização da agricultura e da sociedade foram introduzindo processos homogeneizantes que pouco lugar deixavam a estas comunidades tradicionais, levando a desagregação desta tradição no Município.

Palavras chave: Comunidades Tradicionais, Faxinal, cultura faxinalense, Tibagi (PR).

ABSTRACT

This research analyses the socio-spatial transformations occurring in rural communities of the Municipality of Tibagi (PR), particularly those whose occupational structure presented and / or characteristics common to faxinais. The faxinais are rural communities covered by the Araucaria Forests that make up the land use in a very particular and has two main spaces, a breeding community and the land to plant, separated by a fence or ditch. Was selected for the purpose of deepening the rural communities located west of the highway Transbrasiliana and river Tibagi. Having it as a case study of the Communities Faxinal of Empoçados, located in the district of Alto do Amparo and Faxinal of Mendes in the district of Caetano Mendes. Among the research methodologies used, stands the application of semi-structured questionnaires to older residents of these communities. In the economic dynamics experienced by Tibagi, from its beginnings to the present communities Faxinal had its heyday during the period called "Trapeirismo of Pig" in the first decades of the twentieth century. Since then, the modernization of agriculture and society have been introducing homogenizing process that left little room for these traditional communities, leading to breakdown of this tradition in the city.

Keywords: Traditional Communities, Faxinal, culture faxinalense, Tibagi (PR).

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TIBAGI...	87
TABELA 2	COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE TIBAGI – 2000.....	87
TABELA 3	ESCOLAS E COLÉGIOS FREQUENTADOS PELOS ESTUDANTES DAS COMUNIDADES EM ESTUDO.....	119

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	CARACTERÍSTICA DOS MORADORES ENTREVISTADOS NAS COMUNIDADES.....	92
----------	--	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	DINÂMICA DAS COMUNIDADES RURAIS.....	29
FIGURA 2	DISTRIBUIÇÃO DOS FAXINAIS NO PARANÁ – SITUAÇÃO ATUAL.....	60
FIGURA 3	AGENTES DESAGRAGADORES DAS COMUNIDADES DE FAXINAL.....	62
FIGURA 4	COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TIBAGI (PR)...	89

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTO 1	ASSENTAMENTO DO MST “DONA TONHA” – DIVISA COM O FAXINAL DOS EMPOÇADOS.....	98
FOTO 2	CARROÇA – FAXINAL DOS EMPOÇADOS.....	105
FOTO 3	CARROÇA – FAXINAL DOS MENDES.....	105
FOTO 4	ANTIGA VILA DA SERRARIA ROCOPINNUS – SÃO BENTO - ALTO DO AMPARO.....	106
FOTO 5	CASA DE MADEIRA E CASA DE ALVENARIA NA ÁREA DO EXTINTO CRIADOURO FAXINAL DOS MENDES.....	107
FOTO 6	CAMPO DE FUTEBOL – FAXINAL DOS MENDES.....	110
FOTO 7	IGREJA ADVENTISTA – SEDE DO DISTRITO DE CAETANO MENDES.....	112
FOTO 8	IGREJA EVANGÉLICA – SEDE DO DISTRITO DE ALTO DO AMPARO.....	112
FOTO 9	IGREJA CATÓLICA – FAXINAL DOS EMPOÇADOS.....	113
FOTO 10	POSTO DE SAÚDE – SEDE DO DISTRITO DE ALTO DO AMPARO.....	114
FOTO 11	ESCOLA RURAL DESATIVADA – FAXINAL DOS EMPOÇADOS.....	115
FOTO 12	COLÉGIO ESTADUAL BALDOMERO BITTENCOURT TAQUES - SEDE DO DISTRITO DE ALTO DO AMPARO.....	116
FOTO 13	COLÉGIO ESTADUAL JOÃO FRANCISCO DA SILVA / ESCOLA MUNICIPAL DAVID FEDERMANN SEDE DO DISTRITO DE CAETANO MENDES	117
FOTO 14	ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR I – COLÉGIO BALDOMERO.....	118
FOTO 15	ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR II – COLÉGIO BALDOMERO.....	119

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I - ENTREVISTA EM COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TIBAGI (PR)	134
ANEXO II - SÍNTESE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS.....	137

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - O ESPAÇO RURAL BRASILEIRO E SUAS COMUNIDADES: ALGUMAS REFLEXÕES.....	19
1.1 A COMPLEXIDADE NA DEFINIÇÃO DE RURAL	19
1.2 COMUNIDADES RURAIS: ARTICULAÇÃO ENTRE GRUPOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES	26
1.3 CONCEITUANDO COMUNIDADES TRADICIONAIS	32
1.4 POR UMA TIPOLOGIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS	39
CAPÍTULO 2 - OS FAXINAIS PARANAENSES ENQUANTO COMUNIDADES TRADICIONAIS	49
2.1 SISTEMA FAXINAL: ESTRUTURA DAS COMUNIDADES FAXINALENSES	49
2.2 RUPTURA DO SISTEMA E DESAGREGAÇÃO DE COMUNIDADES....	59
2.3 REFLEXÕES SOBRE O FUTURO DESTAS COMUNIDADES.....	76
CAPÍTULO 3 - AS COMUNIDADES FAXINALENSES NA ESTRUTURA AGRÁRIA DUAL DO MUNICÍPIO DE TIBAGI	81
3.1 O CONTEXTO RURAL DO MUNICÍPIO DE TIBAGI: UMA ANÁLISE HISTÓRICA	81
3.2 DA DUALIDADE HISTÓRICA À ATUALIDADE: FAZENDAS DE PRODUÇÃO E PEQUENAS COMUNIDADES RURAIS	86
3.3 OS FAXINAIS EM TIBAGI: DA FORMAÇÃO A DESAGREGAÇÃO.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	127
ANEXOS.....	134

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as discussões a respeito das formas de organização do meio rural têm se tornado parte constitutiva da agenda política mundial pela importância vital que este espaço desempenha no campo político e econômico. Com o baixo crescimento econômico, alto desemprego e a elevada taxa de juros há uma tendência à concentração da distribuição funcional e pessoal da renda. Assim, devido à acumulação de capital e a escassez de trabalho, o desenvolvimento permanece desigual e quem sofre com isso é a camada mais pobre da população.

Entende-se, com isso, que o sistema capitalista reflete uma sociedade em que os conceitos de desenvolvimento favorecem apenas os que detêm o capital. As políticas econômicas desenvolvimentistas trazem consigo ações que reproduzem simultaneamente uma sociedade dual, onde aumenta a concentração de riqueza e expande-se a pobreza.

Pouco se faz no sentido de buscar um “desenvolvimento sócio-espacial” (SOUZA, 2006), onde prevaleçam aspectos como maior justiça social e melhor qualidade de vida. A modernização agrária provoca seus efeitos perversos, entre eles, o agravamento da desigualdade de renda, a concentração da terra nas mãos de latifundiários, a queda da competitividade e vulnerabilidade da cultura familiar e a degradação do meio ambiente.

O embasamento teórico das reflexões aqui apresentadas tem esteio em Ricardo Abramovay e Maria de Nazareth Baudel Wanderley. Trata-se de autores vinculados a sociologia rural. A escolha destes deve-se ao posicionamento epistemológico dos mesmos. Enquanto Abramovay apresenta uma perspectiva mais econômica, Wanderley volta-se para um discurso mais cultural e ambiental. Embora ambos tenham uma trajetória Marxista, mostram-se abertos a uma perspectiva mais eclética. Está é a tônica que se procura imprimir nesta dissertação.

Nas Matas Mistas com Araucária do Paraná, desenvolveu-se – durante seu processo de ocupação - um sistema agrosilvopastoril¹ singular - o

¹ AGROSILVOPASTORIL: Sistemas agrosilvopastoris, são sistemas que trabalham de forma a buscar a sustentabilidade no meio rural, integram a vegetação ao sistema de criação de animais, esta por sua vez oferece alimentos para as criações.

Sistema Faxinal. As comunidades de Faxinal apresentam entre seus componentes o criadouro comunitário, a extração florestal e o cultivo agrícola, além de expressões culturais particulares. Apesar de todas as atrocidades sofridas por estas comunidades, existe ainda um número pequeno destas, mas significativo, embora suas áreas venham sofrendo redução significativa.

As comunidades que ainda persistem com todos os seus componentes característicos ativos vivem a mercê da própria sorte, uma vez que só são lembradas de período em período, quando atendem aos interesses de camadas privilegiadas da sociedade política. Essas comunidades enfrentam pressões externas, sobretudo dos grandes latifundiários e empresários, os quais trazem em suas ações apenas o aspecto lucrativo da terra.

Desde a sua gênese, as comunidades de Faxinal vêm mostrando uma capacidade impar de adaptação à dinâmica econômica das regiões onde estão inseridas, entretanto, se assiste também a um processo de desagregação deste modo de viver, o qual vem perdendo seus laços históricos, sociais e culturais do passado. O avanço das frentes de tecnologia agrícola vem atingindo estas comunidades, algumas se integram ao sistema de agricultura industrial, mantendo a terra; em outras há a venda gradativa das terras para latifundiários e a conseqüente migração dos faxinalenses. Situações como estas podem ser constatadas na dinâmica agrária de alguns municípios, no caso da presente pesquisa optou-se por uma análise na estrutura agrária do território administrativo que compõe o atual município de Tibagi (PR).

A observação da estrutura de povoamento do Município de Tibagi deixa claramente transparecer uma estrutura dual de ocupação. Esta estrutura dual apresenta como marco divisor o Rio Tibagi. Do lado direito do rio, a ausência de povoados é o retrato do predomínio de grandes fazendas de produção que se estendem, sobretudo, a partir dos municípios de Carambeí e Castro. Do lado esquerdo do Rio, principalmente na porção oeste da BR-153, a concentração de pequenos povoados indica a presença de comunidades rurais diferenciadas, algumas delas com estrutura de povoamento que permite inferir que tenham sido comunidades de Faxinal em sua gênese.

Estas características identificadas na atualidade do Município de Tibagi são resultados de processos sócio-espaciais vivenciados na região e que tiveram como pano de fundo o complexo ambiente de campos e florestas (LÖWEN

SAHR e CUNHA, 2005). Assim, a dualidade da paisagem natural transformou-se numa dualidade também da gênese de povoamento. Enquanto no ambiente de Campos, localizado na porção leste do atual município, teve seu processo de ocupação vinculado à instalação de grandes sesmarias², a porção oeste, recoberta por Floresta com Araucária teve seu povoamento vinculado à implantação de comunidades tradicionais, entre elas os faxinalenses.

As comunidades faxinalenses do Município de Tibagi, objetos deste estudo, representam um vazio nas estatísticas realizadas até o momento com relação ao Sistema Faxinal. Segundo Löwen Sahr e Cunha (2005, p. 95), até a metade do século XX um quinto do território paranaense era composto pelos Faxinais. O levantamento mais abrangente realizado até o momento foi o de 1994 realizado pela EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural). Segundo este levantamento, em 1994 o número total de Faxinais no Paraná chegava a 121. Uma atualização recente efetuada pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná) demonstra que 44 destes ainda se mantêm. Em ambos os levantamentos não são possíveis de serem observadas referências a comunidades de Faxinais no Município de Tibagi.

Elementos característicos de comunidades de Faxinais, como a presença de criadouros comunitários com animais – sobretudo suínos – sendo criados soltos em ambientes silvopastoris, levam a crer que também o Município de Tibagi possui, ou possuiu, em seu território comunidades faxinalenses. Entre as comunidades rurais do município com evidências de terem sido Faxinais estão: o “Faxinal dos Mendes” localizado no Distrito de Caetano e o “Faxinal dos Papudos” encontrado no Distrito do Alto do Amparo e que atualmente é conhecido por “*Faxinal dos Empoçados*”. Estas duas comunidades fazem parte do estudo de caso da presente investigação. Embora não possuindo o termo “faxinal” em seus nomes, acredita-se que as comunidades “Capivari do Meio”, “Capivari de Baixo” e outras comunidades rurais deste município também possam ter sido Faxinais no passado.

² SESMARIAS: eram concessões de terras, com a finalidade de lavrá-las e semeá-las a fim de assegurarem o domínio. Segundo a “Lei das Sesmarias” de 1375, primeiramente aplicada em Portugal, os proprietários que não cumprissem com as determinações impostas, teriam suas terras tomadas e redistribuídas para aqueles que demonstrassem interesse em usá-las. (RITTER, 1980, p. 12). Com a doação destas sesmarias o governo pretendia fixar colonos recém chegados a terra. “Surgira como uma forma do direito de uso concedido pelo poder público, diretamente condicionado à valorização econômica da terra abandonada e inexplorada” (RITTER, 1980, p. 39).

Neste sentido, a presente pesquisa buscou analisar as transformações sócio-espaciais de comunidades rurais do Município de Tibagi (PR), cujas estruturas de ocupação apresentaram e/ou ainda apresentam componentes característicos das Comunidades de Faxinal. Para tanto, buscou-se identificar as transformações ocorridas nos espaços tradicionais dos Faxinais, apontando os conflitos de interesses vivenciados por estas comunidades, bem como os principais atores envolvidos neste processo. Também, se analisa as relações de convivência entre elementos tradicionais e modernos nestas comunidades.

A pesquisa se encontra estruturada da seguinte maneira: em um primeiro momento, apresenta-se a reflexão do que é o “rural” no Brasil, tomando por base, sobretudo, os escritos de Ricardo Abramovay (2000) e de Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2000). Explicitam-se as dificuldades de critérios para compreensão dos limites do meio rural, buscando formas para apreender a dinâmica deste meio como um ambiente integrado, onde cultura e economia se tornam aliadas. Partindo deste pressuposto, prossegue-se com a conceituação das “*Comunidades Rurais*”, levando em conta a articulação entre os grupos sociais e as instituições presentes no meio rural. Entre as comunidades rurais, destacam-se as “*Comunidades Tradicionais*”, sobre as quais se apresentam conceitos e procura-se estabelecer uma tipologia para o território brasileiro.

A segunda parte do trabalho trata especificamente dos Faxinais Paranaenses, enquanto comunidades tradicionais. Inicia-se com uma abordagem mais abrangente sobre os Faxinais, apresentando sua definição, bem como a trajetória histórica destas comunidades no Estado do Paraná. Retratam-se as origens e os principais fatores que levaram a desagregação destas comunidades. Apresenta-se também uma discussão dos estudos que permeiam os debates a respeito do futuro das comunidades faxinalenses.

No terceiro momento, apresenta-se uma análise histórica da formação das estruturas agrárias do Município de Tibagi (PR) a qual culmina na apreciação da estrutura agrária dual deste município – de um lado grandes fazendas de produção e de outro as pequenas propriedades rurais. Parte desta área de pequenas propriedades foi estruturada, em sua gênese, de acordo com o Sistema Faxinal. Portanto, passa-se a uma análise contextual relatada através de fatos históricos que marcaram formação e posteriormente desagregação destas comunidades no município de Tibagi (PR).

Para analisar a trajetória destas comunidades rurais foram realizadas visitas às localidades, ocasião em que se entrevistaram alguns dos moradores da região, buscando o resgate da história da comunidade através de relatos. Também se entrevistou a professora e pesquisadora Dircéia Eidam, a qual já realizou estudos referentes à “Economia e Sociedade” das comunidades rurais do Distrito de Alto do Amparo – Tibagi (PR). As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas como forma de facilitar a compreensão da dinâmica sócio-espacial vivenciada pelas localidades, sobretudo, o percurso entre a formação e a desagregação da tradição faxinalense no município.

CAPÍTULO 1

O ESPAÇO RURAL BRASILEIRO E SUAS COMUNIDADES: ALGUMAS REFLEXÕES

Diante da atual conjuntura da sociedade que vivemos, torna-se necessário ampliar o campo de discussões sobre o meio rural. Este espaço por diversas vezes é visto como um espaço de pouca importância para governantes e alguns membros da sociedade civil, entretanto, como sabemos, não há cidades ou indústrias se não houver quem produza a matéria prima necessária para a confecção dos bens fabris. A modernização predatória do campo sufoca os pequenos agricultores e causa o decréscimo da população rural, a qual não consegue mais as condições mínimas para sobrevivência, migrando para as cidades em busca de novas oportunidades de trabalho.

O presente capítulo inicia-se com a discussão a respeito da complexidade na definição de rural no Brasil, visto que, nos diferentes países encontram-se variadas situações que abrangem este espaço. Prossegue-se buscando aprofundar a discussão acerca das comunidades rurais, buscando compreender quais elementos formam a base destas comunidades e fortalecem as relações sociais no interior das mesmas. Partindo deste pressuposto, na sequência apresentam-se as Comunidades Tradicionais, as quais vivem principalmente em muitas áreas florestais, desenvolvendo um modo singular de viver; pois estas estão em constante interdependência com a natureza através de suas práticas e sistemas de manejo sustentáveis. Finalizando o capítulo elencam-se algumas características das Comunidades Tradicionais presentes no território brasileiro, demonstrando suas particularidades e singularidades.

1.1 A COMPLEXIDADE NA DEFINIÇÃO DE RURAL

As atividades desenvolvidas no espaço rural são de fundamental importância para o homem, como fonte de renda ou meio de subsistência. O campo é um lugar singular, possuidor de uma cultura simples, típica, a qual se confronta com estruturas que vão além do cultural, interagindo com os grandes centros como forma de buscar alternativas econômicas para a sobrevivência e desenvolvimento;

neste contexto podemos considerar a existência de um meio rural integrado, onde valores culturais e econômicos caminham juntos buscando a harmônica em suas relações.

No Brasil, a atividade agrícola é destaque do ponto de vista econômico, pois boa parte das divisas que entram em nosso país são originárias das exportações de diversos produtos agrícolas. Nos últimos anos, todavia, a presença de comunidades tradicionais neste meio, com características culturais e ambientais singulares, vem gradativamente ganhando espaço político e, conseqüentemente visibilidade. Diante do exposto torna-se necessário um repensar do que vem a ser o “rural” no Brasil. O rural é uma forma diferente de organização e este repensar deve ir além do fato de dar mais visibilidade aos povos do campo, perpassando o campo das relações sociais, do modo de produção, de preservação ambiental e das políticas públicas para que o rural tenha reconhecido seu devido valor perante a sociedade.

As transformações econômicas e sociais atingem todos os países em diferentes graus de desenvolvimento, sendo que o meio rural nos últimos anos tem passado por profundas alterações. Em muitos países a definição e os limites do rural não são de fácil compreensão. O reconhecimento e a delimitação do espaço rural variam de um país para o outro, em função das formas de ocupação territorial, do momento histórico e das concepções políticas, econômicas e sociais predominantes em cada etapa do desenvolvimento. O meio rural não é um ambiente estático, ele está em constante transformação, é o produto histórico de um período vivenciado pela sociedade e o agricultor enquanto agente deste processo guarda consigo laços de “ordem social e simbólica” (WANDERLEY, 2000, p. 89).

Muitas das definições existentes nos diferentes países a respeito do meio rural são baseadas em critérios quantitativos; no Brasil, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define o meio rural com base em dados estatísticos, deixando de lado alguns critérios qualitativos, os quais revelam muito mais que números, nos deixando a par da cultura, do modo de viver, das tradições; revelando assim a identidade dessa população cheia de sentimentos de pertença a comunidade a qual está inserida. Para revelar a verdadeira identidade do meio rural, não devemos reduzi-lo somente a uma simples realidade quantitativa, mas sim, considerá-lo dentro de um contexto histórico com suas interrelações com o urbano, com as relações estabelecidas no interior da comunidade e com o restante do

território. Longe de critérios quantitativos, Abramoway (2000, p. 6), qualifica o meio rural como sendo o meio onde se estabelecem relações com a terra, fruto de um contexto histórico condicionado as relações entre o campo e a cidade.

Tomando por base os critérios quantitativos, chegamos a definições que caracterizam o meio rural como sendo um habitat concentrado em um núcleo com um número de habitantes pré-estabelecidos. Ambiente não densamente povoado com pouca interferência do homem na natureza; ambiente no qual encontramos não somente as residências dos habitantes do campo, mas também as instituições públicas e privadas ligadas à vida local (igreja, cooperativas, escolas, postos de saúde, espaços de diversão entre outros) (ABRAMOVAY, 2000, p. 6). A população residente neste local tradicionalmente encontra-se vinculada ao setor primário das atividades. Com base nesta vinculação, poder-se dizer que o meio rural define-se como as regiões destinadas e utilizadas em atividades agro-pecuárias, agro-industriais, extrativismo, silvicultura e conservação ambiental.

Atualmente, todavia, não se pode mais compreender o meio rural e o urbano a partir do ponto de vista das relações de divisão social e espacial do trabalho. Assim, o campo não pode ser caracterizado pelo predomínio das atividades agrícolas e as cidades reconhecidas pela presença do setor industrial. Este fato, nos dias atuais não é verdadeiro, pois está havendo uma mudança das relações de produção e trabalho em ambas as regiões. Tem-se um rural não mais atrelado essencialmente à produção agropecuária, mas sim, a uma complexidade de serviços, atividades industriais e ao turismo, abrangendo um diversificado setor de atividades.

O espaço rural deve ser compreendido, portanto, a partir da constituição de um local de vida, com particularidades e referências identitárias, fazendo com que se construa um sentimento de pertença ao local, atrelado a valores como as relações sociais de coletividade existentes no interior da comunidade; da importância da natureza para sua sobrevivência e seus sistemas de manejo; da importância da dispersão populacional para organização das relações sociais e espaciais; e da interdependência campo/cidade (ABRAMOVAY, 2000, p. 07-14).

Abramovay destaca ainda que para:

[...] que estes valores possam transformar-se em fontes de desenvolvimento e geração de renda vai depender tanto da organização dos habitantes quanto das instituições rurais, como, sobretudo, do tipo de relação que conseguem estabelecer com as cidades (ABRAMOVAY, 2000, p. 13).

No campo das relações sociais no meio rural, há que se considerar o predomínio de dimensões simbólicas e culturais, os laços com a terra, tudo isso se caracteriza pela existência de um sentimento de coletividade e cooperação. Mas diante de todas as mudanças ocorridas no meio rural, pode-se encontrar em muitas comunidades um enfraquecimento dos laços sociais, interferindo nas práticas que envolvem solidariedades coletivas devido à própria competitividade econômica gerada pelo sistema. Mas, o sentido de pertencimento ao local permanece, construindo referências de identidade, que fazem com que seja possível estabelecer relações políticas e sociais a partir das lutas e reivindicações; não só por terra, mas por condições econômicas, políticas e sociais mais justas no campo para todos os sujeitos envolvidos na questão da terra (ABRAMOVAY, 2000, p.10).

De acordo com a FAO/USDA³ (1988) *apud* Abramovay (2000, p. 06).

Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Finalmente, existem empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas. A implicação é que em vez de uma definição setorial de áreas rurais, é necessária uma definição espacial. Portanto, a unidade de análise não são os sistemas agrários nem os sistemas alimentares, mas as economias regionais e, mais especificamente, aquelas onde as pessoas vivem em áreas de povoamento menos denso que o restante do país. Em outras palavras, desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele.

O rural apresenta-se com duas características particulares: a relação homem/natureza e as relações sociais, estas relações geram particularidades nos modos de organização do espaço rural, o qual se transforma no decorrer da história. Sendo assim, este meio deve ser compreendido como um território criado pelas relações econômicas, sociais, políticas e culturais que a população do campo

³ FAO/USDA: Food and Agriculture Organization of the United Nations. 1988.

estabelece com seu suporte de relações - a terra juntamente com a história (WANDERLEY, 2000, p. 88).

Percebe-se que Kayser 1990⁴ ao ser citado por Wanderley (2000, p. 88) vai além, nesta discussão, para ele:

O 'rural' é um modo particular de utilização do espaço e de vida social. Seu estudo supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade).

Ao considerar o desenvolvimento histórico, tem-se atualmente um período marcado por transformações nos diferentes espaços, o que no rural, vem representar a inserção ou fortalecimento de certas características e uma maior articulação com o urbano. Dentre estas novas características no campo, há o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas e a diversificação das atividades da população rural, o que na verdade não tem nada de novo; a mecanização e industrialização do processo produtivo agropecuário; o rural como local de moradia, lazer e práticas turísticas; a instalação de equipamentos e estrutura social como energia elétrica, abastecimento de água, educação, saúde.

Abramovay (2000, p. 04) considera que a instalação destes equipamentos que facilitam a vida da população do campo não deve ser considerada como uma etapa da urbanização do campo; embora muitas definições de rural considerem a sede de pequenos povoados rurais que possuem estes equipamentos como áreas urbanas. É imprescindível ter em mente que tais peculiaridades não correspondem a todas as comunidades rurais de nosso país, pois pertencem apenas a algumas localidades de regiões mais desenvolvidas.

Assim, Wanderley aponta que:

As transformações mais recentes do meio rural são o resultado de fatores externos e internos. No primeiro caso, trata-se dos efeitos das novas relações econômicas e políticas, dominantes em um mundo cada vez mais internacionalizado, sobre as formas de funcionamento e de regulação da produção agrícola e de valorização do meio rural. [...] Internamente, o meio rural sofrerá um profundo processo de diversificação social e suas relações com o meio urbano perderão definitivamente o caráter do antagonismo, em benefício das relações de complementaridade (2000, p. 96).

⁴ KAISER, Bernard. **La renaissance rurale**: sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990. 316 p.

No quadro destas transformações, que geram modificações no campo econômico e social, prevalece o caráter mais urbano nas relações. Nos estudos de Wanderley, temos que: “O sucesso, inegável, da modernização da agricultura gerou, paralelamente suas próprias crises” (WANDERLEY, 2000, p. 95), destacando-se a diminuição da mão-de-obra, o desgaste dos recursos naturais e a diminuição deste setor na dinâmica econômica, onde se destaca o setor industrial. A modernização agrícola aprofundou ainda mais a dependência entre o campo com a cidade.

Para a autora:

[...] as políticas adotadas tinham como prioridade o aumento da eficiência deste setor produtivo, que se expressou na implantação do modelo produtivista da modernização agrícola, cuja base era a adoção de sistemas intensivos de produção e a crescente integração à complexa economia de mercado (WANDERLEY, 2000, p. 94).

Apesar do meio rural, em muitos países, continuar sendo identificado a partir da definição quantitativa, onde ele é considerado apenas como sendo um pequeno aglomerado de pessoas, onde predominam as paisagens naturais e as relações sociais são mais próximas; o meio rural vem incorporando em si características da vida urbana; ele não é mais um meio isolado, sua ligação com os grandes centros facilita esta integração cultural, pode-se falar na “*emergência de uma nova ruralidade*” (WANDERLEY, 2000, p. 90); na existência de um “*continuum rural-urbano*”, um todo interligado (WANDERLEY, 2000, p.124). De acordo com estes novos interesses, temos a “ressignificação do campo”, a qual facilita a integração entre os sujeitos do meio rural e urbano, através do desenvolvimento de atividades econômicas semelhantes entre estes espaços. Vê-se no campo a ascensão de novos sujeitos e classes que passam a conviver de acordo com seus interesses: às vezes de forma harmônica, às vezes de forma conflituosa. (WANDERLEY, 2000, p.97-98).

A falta de incentivo e de políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento econômico das pequenas propriedades rurais tem como conseqüência a predominância de empresas de grande porte presentes no campo, que exploram o potencial local e estabelecem suas relações no exterior do município. Nos últimos anos, o campo passou por uma inversão de valores, onde as

idades passam a exercer um determinado poder nas relações do homem do campo. O meio rural antes detinha este poder sobre as cidades, estas reconheciam o valor desta dependência, mas com a modernização agrícola “[...] as cidades passam a exercer o domínio financeiro, administrativo e cultural sobre o campo” (WANDERLEY, 2000, p. 92).

Abramovay salienta, entretanto, que:

A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um *valor* para as sociedades contemporâneas. É em torno deste valor — e não somente de suas atividades econômicas setoriais - que se procuram as características mais gerais do meio rural (2000, p. 26-27).

O campo perde sua autonomia e passa a integrar-se a cidade por meio de relações econômica, sociais e culturais, rompendo as estruturas do modo de viver e determinando outra identidade aos seus moradores. Pouco a pouco o campo vai adquirindo novas características.

O meio rural apresenta características próprias, diferenciando-se em alguns casos, nitidamente das áreas urbanas. Neste contexto torna-se importante salientar que mesmo em um ambiente de simplicidades como o campo, prevalecem grandes diferenças nas formas de organização social e espacial. Encontramos regiões onde há o predomínio de grandes fazendas de produção; outras onde encontramos o tipo de organização em comunidades; algumas localidades onde vivem pequenos produtores rurais que trabalham isoladamente, subordinados ou não a agroindústria; e regiões onde os produtores se reúnem em cooperativas para superar dificuldades. Enfim a diversidade de organização do campo nos leva a refletir na existência de um meio rural com características e peculiaridades próprias das regiões onde estão inseridas, não existindo uma única forma de organização social e espacial presente neste meio.

Não se pode argumentar, todavia, sobre um espaço rural único e homogêneo. Nesta investigação detêm-se ao estudo de uma modalidade de povoamento dentro deste espaço, trata-se das “Comunidades Rurais”. No item a seguir destacam-se reflexões sobre as comunidades rurais, sobretudo, com relação aos elementos que as constituem e que fortalecem as relações no interior das mesmas e que atribuem sentido à dinâmica sócio-espacial destas comunidades.

1.2 COMUNIDADES RURAIS: ARTICULAÇÃO ENTRE GRUPOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES

O espaço rural brasileiro caracteriza-se por um cenário agrário bastante diversificado, onde uma das formas de organização é a reunião em comunidades a partir de interesses comuns. Neste cenário de múltiplos interesses, resultantes desta diversidade sócio-cultural, estes se misturam e/ou acabam por se tornar conflitantes, rompendo as barreiras de uma forma de organização e de uma cultura tão singular – as comunidades rurais. Procuraremos, neste item, aprofundar a discussão acerca das comunidades rurais, buscando compreender quais elementos formam a base destas comunidades e fortalecem as relações sociais no interior das mesmas.

Por comunidade define-se um grupo de pessoas que tomam por base um conjunto de normas e valores em comum, que vivem em um mesmo local, que compartilham interesses, além de possuir um legado histórico e cultural (JOHNSON, 1997). Dois elementos formam a base de uma comunidade: a área geográfica e o povo.

Conforme evidência Johnson (1977, p. 45) as “Comunidades geograficamente localizadas implicam viver, trabalhar e realizar as atividades básicas da vida dentro de um território definido pelos seus residentes como tendo uma identidade geográfica”.

Por sua vez Shore (1996) define comunidade como sendo:

[...] um grupo de pessoas dentro de uma área geográfica limitada que interagem dentro de instituições comuns e que possuem um senso comum de interdependência e integração. Não obstante, conjunto de indivíduos vivendo e interagindo dentro de um mesmo território não constituem em si mesmos comunidades – particularmente se esses indivíduos não se considerarem como tal. O que une uma comunidade não é sua estrutura, mas um estado de espírito – um *sentimento* de comunidade (SHORE, 1996, p. 115-116).

Percebe-se que viver em comunidade é muito mais que compartilhar uma área geograficamente definida, é criar vínculos com o local e com os membros, vivendo em constante harmonia, reconhecendo-se como parte constitutiva da mesma e trabalhando em prol de objetivos comuns entre todos.

As comunidades, segundo Hauresko, criam laços de afinidade com o local, mantendo características próprias e pertencentes somente a elas. Para a autora, “Uma comunidade produz e reproduz socialmente seu espaço imprimindo-lhe uma forma característica” (HAURESKO, 2002, p. 62).

Vasconcelos contribui nesta discussão apontando que:

[...] a comunidade tem sido considerada como um *grupo social* de natureza concreta, que se manifesta sob o tríplice aspecto: *biológico, institucional e cultural*, ou melhor, como uma organização de indivíduos e famílias interdependentes, sob o ponto de vista biótico e econômico, como um conjunto de instituições e serviços criados para a satisfação das necessidades diárias do povo, e como uma série de grupos, que agem harmonicamente, produzindo e acumulando cultura. (VASCONCELOS, 1977, p. 155).

Para Claval (2007, p. 113), representações, afetividade, sentimentos de identidade, ordem nas relações, laços de responsabilidade e solidariedade, são algumas das características que fazem parte dos membros que integram uma comunidade. O autor continua destacando que:

A comunidade serve de modelo (fala-se algumas vezes hoje de paradigma) a toda uma série de unidades sociais e culturais: um pequeno grupo coeso, onde os membros estão ligados por relações de confiança mútua, pode se multiplicar por emigração ou se estender para englobar um grande número de pessoas ligadas por certos traços fundamentais de cultura (CLAVAL, 2007, p. 114).

Laços culturais reforçam as relações entre os integrantes das comunidades, estabelecendo certa ordem na organização. A transmissão cultural nas comunidades rurais torna-se bastante intensa, bem como o compartilhamento:

Os membros de uma civilização compartilham códigos de comunicação. Seus hábitos cotidianos são similares. Eles têm em comum um estoque de técnicas de produção e de procedimentos de regulação social que asseguram a sobrevivência e a reprodução do grupo. Eles aderem aos mesmos valores, justificados por uma filosofia, uma ideologia ou uma religião (CLAVAL, 2007, p. 63).

Nas comunidades rurais estas características tornam-se cada vez mais fortes, a convivência próxima e o tipo de relação entre os integrantes facilita este tipo de transmissão, conferindo a estas comunidades uma uniformidade em termos de organização e de cultura.

Ainda para Claval:

A cultura é uma criação coletiva e renovada dos homens. Ela molda os indivíduos e define os contextos da vida social que são, ao mesmo tempo, os meios de organizar e dominar o espaço. Ela institui o indivíduo, a sociedade e o território onde se desenvolvem os grupos. As identidades coletivas que daí resultam limitam as marcas exteriores e explicam como diferentes sistemas de valor podem coexistir num mesmo espaço (CLAVAL, 2007, p. 60).

Diante deste contexto, para entendermos a dinâmica das comunidades rurais, precisamos antes saber que o espaço rural configura-se pela presença de grupos sociais como a família, a vizinhança e a comunidade em geral. Este espaço também apresenta instituições sólidas como à escola, a igreja e os espaços de recreação. Desta forma, segundo Vasconcelos (1977, p. 16), esses grupos e instituições formam uma base concreta da comunidade sobre o ponto de vista social; e as articulações entre estes elementos dão origem a dinâmica das comunidades rurais (Figura 01).

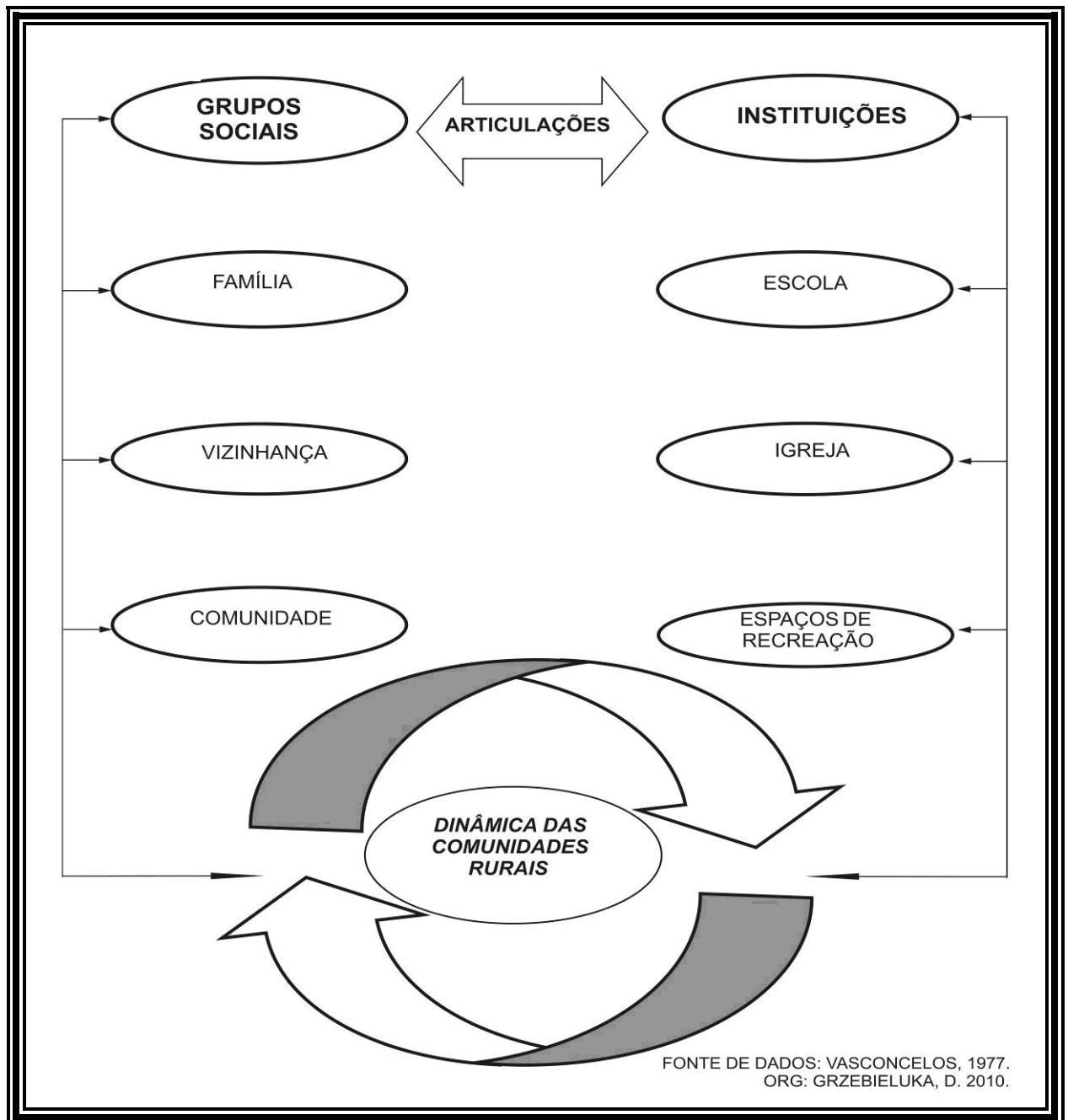


FIGURA 1: DINÂMICA DAS COMUNIDADES RURAIS

A família, segundo Johnson (1997, p. 107), é base para a formação de todo o ser humano, do nosso caráter. Da família depende a formação moral e intelectual. A função principal da família é a proteção e a socialização de seus membros, os quais são unidos por múltiplos laços de convivência e afetivos. Pode ser considerado o mais importante grupo social em uma comunidade. Para Gerstel (1996, p. 297) a família é também “[...] uma instituição baseada na dependência econômica.”

Nos últimos anos, todavia, este conceito tem passado por variações e/ou adaptações dependendo do grau de modernização da sociedade onde estão inseridos. Transformações nas sociedades a partir da segunda década do século XX nos fazem remeter ao termo “famílias” (GIDDENS, 2005, p. 152). Para o autor existem dois modelos de famílias: a Nuclear e a Família Ampliada e, neste contexto, existe ainda a emergência de famílias monoparentais, famílias resultantes do recasamento, famílias reconstituídas, de pai ausente e das mulheres sem filhos⁵. Gerstel (1996, p. 299) afirma ainda que “A família é uma elaboração ideológica e social”, ficando difícil encontrar pontos comuns para chegar a um único conceito.

A vizinhança, bem como a comunidade em geral, são os grupos que mantêm relações “quentes e vivas” (CLAVAL, 2007, p. 129). As relações são mais intensas; os contatos sociais tornam-se mais frequentes e eficazes, levando em consideração que eles são “primários, pessoais e íntimos” (VASCONCELOS, 1977, p. 142). Com o passar do tempo estas relações se enchem de um espírito de solidariedade e coletivismo, os quais acabam por ficar incutidos organicamente na personalidade do homem do campo. (p. 64).

A escola, como instituição de ensino, representa um ambiente crítico de reflexão e formação da personalidade; onde se constroem e trabalham valores sociais, éticos e regras de cidadania. Na escola busca-se a formação de um ser social, político, econômico, enfim de um cidadão apto a viver em sociedade. A escola deve trabalhar com o ensino que respeite a cultura e os valores da comunidade onde está inserida, tendo por base a realidade social, econômica e cultural de seus indivíduos. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006; JOHNSON, 1997).

A igreja, instituição religiosa, se constitui de um grupo de pessoas que seguem os mesmos ensinamentos; estes ensinamentos têm forte influência sobre a vida das pessoas. “Possui estrutura burocrática e líderes treinados, com autoridade claramente definida. [...] as igrejas tendem a apoiar o *status quo* e as categorias e grupos sociais dominantes” (JOHNSON, 1997, p. 127).

Entre os espaços de recreação existentes no meio rural o campo de futebol é o que geralmente é designado pela sua importância nas relações sociais (VASCONCELOS, 1977, p. 16). Os espaços de recreação são os espaços de

⁵ Para maior aprofundamento ver GIDDENS, A. **Sociologia**, 2005, p. 151-162.

representações e de contatos da vida social, marcam a vida em coletividade (CLAVAL, 2007, p. 130).

A vida no campo configura-se pela simplicidade e combinação das relações. No “campo da natureza”, o homem possui um comportamento mais natural; ele sabe e entende a relação existente com o seu meio e principalmente compreende a dinâmica da natureza em seu processo produtivo. No que diz respeito ao “campo social”, as relações são descritas por Vasconcelos (1997, p. 57) como sendo “primárias, pessoais, íntimas e simples”; relações que abrangem mais os limites da família. Com as instituições não vem a ser muito diferente, o homem do campo considera o caráter religioso das mesmas, deixando de lado, um pouco, o cunho legal das instituições (VASCONCELOS, 1977, p. 57).

Diante do exposto, os homens que vivem no campo organizam-se em comunidades defendendo interesses comuns, sendo que a organização em comunidades é resultante de processos de competição e acomodação. A divisão do trabalho e a interdependência econômica são os pontos constitutivos e fundamentais de uma comunidade, o que se reverte em um processo de cooperação mútua (VASCONCELOS, 1977, p. 142).

Baseado em Vasconcelos (1977), constata-se que as comunidades têm sua estrutura ligada a: uma área geográfica, a qual deve possuir limites pré-estabelecidos; uma população constituída pela pluralidade de grupos; objetivos comuns, a serem atingidos por todos os integrantes; organização de natureza interdependente e cooperativa; além de interesses em comum.

O homem passa a ser o agente dinâmico e integrador, que sobre a base territorial constitui uma série de relações, as quais são controladas pelas normas das instituições formais que dão sustentabilidade aos interesses em comum.

As comunidades rurais se organizam como grupos de vizinhança, cujas relações interpessoais são cimentadas pela grande necessidade de ajuda mútua, solucionada por práticas formais e informais, tradicionais ou não; pela participação coletiva em atividades lúdico-religiosas que constituem a expressão mais visível da solidariedade grupal; pela forma específica de ajustamento ao meio agroecológico, através do trabalho de roça, executado pela família conjugal como unidade econômica; pelo exercício do comércio de parte dos gêneros obtidos com a lavoura ou com criação como um meio de permitir a aquisição de objetos e mercadorias fabricadas na cidade; pela interdependência visível entre o grupo de vizinhança, comunidades-núcleos e núcleos urbanos, locais e regionais, para os quais se dirigem os lavradores, seja para vender seus produtos ou comprar mercadorias (HAURESKO, 2002, p. 64).

Para Vasconcelos (1977, p. 157): “A comunidade rural consiste na interação social do povo com suas instituições na área geográfica na qual ele vive em fazendas dispersas e em povoados e vilas, que formam o centro de suas atividades comuns”.

A organização e construção do espaço geográfico vêm a ser um processo histórico, onde as constantes transformações fixam certas características próprias ao local, neste sentido “[...] as comunidades rurais são socialmente produzidas, aparecendo como lugares onde as pessoas realizam suas atividades produtivas, imprimem seu modo de vida, suas singularidades culturais”. (HAURESCO, 2002, p. 62).

Nerone salienta ainda que:

Em uma comunidade, os membros revelam tradições, modos de falar, maneiras distintas de ser, sinais e resultados da vida comum que os distinguem dos demais. A vida social se expressa nos passeios, bailes, festas, puxirões, cultos dominicais e reuniões diversas (NERONE, 2000, p. 154).

As “comunidades localizadas” (CLAVAL, 2007), nas quais podemos incluir as comunidades rurais, encerram em si características que transcendem o domínio do visível. O sentimento em relação ao território é carregado ao longo da vida do indivíduo, tornando-se imutável, difícil de ser esquecido (p. 116). Estas comunidades agregam valores à personalidade de seus membros, as quais atribuem características próprias e uma identidade social facilmente reconhecida. As comunidades rurais destacam-se por deterem em si uma história própria, uma lógica econômica e social específica, uma cultura peculiar repleta de valores que vem sendo mantida e transmitida no decorrer de anos. No item a seguir aprofunda-se a discussão das comunidades ditas “tradicionais”.

1.3 CONCEITUANDO COMUNIDADES TRADICIONAIS

No Brasil, em muitas áreas florestais, vivem populações conhecidas como tradicionais, as quais desenvolvem um modo singular de viver, pois estão em constante interdependência com a natureza, desenvolvendo sistemas de manejo sustentáveis. São populações que mantêm uma relação direta com o ambiente

natural onde se encontram inseridas; se utilizam deste ambiente de forma a garantir a utilização de recursos por sucessivas gerações. As atividades que desenvolvem são de baixo impacto ambiental e de baixa articulação com o mercado, sendo em sua maioria atividades para a própria subsistência (DIEGUES, 2004, p. 87).

As comunidades tradicionais são culturalmente diferenciadas das demais formas de organização social e, portanto, se reconhecem como tais; possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam o território e os recursos naturais para sua “reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica”; para tanto, utilizam-se de inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição de geração para geração (DECRETO Nº 6.040, [...], 2007).

Estas comunidades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais, que não visam diretamente ao lucro, mas à reprodução cultural e social, além de percepções e representações em relação ao mundo natural, marcadas pela idéia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos. Culturas tradicionais, nessa perspectiva, são aquelas associadas à pequena produção. Assim, comunidades tradicionais são grupos coletivos humanos que possuem um modo de vida distinto da nossa sociedade padronizada pela indústria cultural, não produzindo os danos ambientais que as comunidades urbanas produzem; sendo a auto-identificação, o “*reconhecer-se como pertencente*,” uma das mais importantes características para o reconhecimento destas comunidades enquanto povos tradicionais (DIEGUES, 2004, p. 87-88).

Para Guarim:

São consideradas populações tradicionais aquelas comunidades que dependem culturalmente do extrativismo dos recursos naturais e que ocupam ou utilizam-se de uma mesma área geográfica há várias gerações, de forma que não provocam alterações no meio ambiente, isto é, são partícipes da natureza. Essas comunidades são consideradas, pelas suas peculiaridades sociais e culturais, como capazes de transmitir saberes e vivências no uso de recursos naturais, baseado no conhecimento acumulado e à permanente relação com a natureza (GUARIM, 2000, p. 10).

Essas comunidades apresentam distinções em relação ao modo seu de viver, possuem uma cultura rica em costumes e crenças que são construídas no decorrer dos anos e transmitidas de geração para geração.

Longo foi o processo de reconhecimento destas comunidades enquanto “*Povos Tradicionais*”, uma luta que está presente desde a Constituição Brasileira de 1988, onde sobretudo os Índios, mas também os quilombolas, foram

reconhecidos e ganharam o reconhecimento da sua “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, [...], 1988). Desde então, somente no ano de 2004, temos o Decreto Presidencial que cria a “Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais”; sendo este revogado pelo Decreto de 13 de julho de 2006, o qual altera a denominação, competência e composição da referida comissão. Somente no ano de 2007 que entra em vigor o Decreto Presidencial Nº 6.040, o qual institui a “Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”, reconhecendo-lhes e lhes dando a devida atenção e assistência.

Este decreto é validado pelos seguintes princípios:

I - o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade;

II - a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania;

III - a segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis;

IV - o acesso em linguagem acessível à informação e ao conhecimento dos documentos produzidos e utilizados no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

V - o desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais nas gerações atuais, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras e respeitando os seus modos de vida e as suas tradições;

VI - a pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, sejam em áreas rurais ou urbanas;

VII - a promoção da descentralização e transversalidade das ações e da ampla participação da sociedade civil na elaboração, monitoramento e execução desta Política a ser implementada pelas instâncias governamentais;

VIII - o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;

IX - a articulação com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais nas diferentes esferas de governo;

X - a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses;

XI - a articulação e integração com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

XII - a contribuição para a formação de uma sensibilização coletiva por parte dos órgãos públicos sobre a importância dos direitos humanos, econômicos,

sociais, culturais, ambientais e do controle social para a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;
 XIII - a erradicação de todas as formas de discriminação, incluindo o combate à intolerância religiosa; e
 XIV - a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica (DECRETO 6.040, [...], 2007).

Com o reconhecimento dessas populações considera-se que muitas pessoas fazem parte de comunidades tradicionais; conforme evidencia Bedinelli:

Cerca de 5 milhões de pessoas no Brasil fazem parte de comunidades tradicionais. Elas ocupam um quarto do território brasileiro e representam segmentos diversos — desde os mais conhecidos, como indígenas e quilombolas, até os de menor expressão, como os faxinais (que vivem no Paraná, plantam mate e criam porcos) e os pomeranos (etnia européia que vive no Espírito Santo). Grande parte desses povos mora em lugares distantes e não tem acesso às políticas governamentais, o que os torna mais suscetíveis à pobreza (BEDINELLI, 2009, p.01).

A utilização dos termos populações, povos e comunidades tradicionais, mesmo em documentos ou na própria legislação, demonstra que é preciso ainda estabelecer uma série de questionamentos no que se refere à categorização desses grupos e também que se definam critérios que assegurem os direitos dessa população. A inclusão social, que é uma ação de combate à exclusão, tem por finalidade oferecer aos mais necessitados oportunidades de participarem de um sistema que beneficie a todos, inclusive aqueles que se encontram longe dos centros urbanos.

As comunidades tradicionais, por viverem em áreas afastadas, buscam obter meios de sobrevivência desenvolvendo seus próprios conhecimentos em relação à natureza e o seu próprio modo de viver.

Com isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra (DIEGUES, 2004, p.14).

Esse conjunto de costumes, comportamentos, valores, língua e religião são construídos conforme a diferença de identidade de um povo, que requer respeito aos seus direitos culturais. Conforme Vasconcellos (2009, p. 1):

A Constituição Federal diz que os Povos e Comunidades Tradicionais são grupos que possuem culturas diferentes da cultura predominante na sociedade e se reconhecem como tal. Estes grupos devem se organizar de forma distinta, ocupar territórios e recursos naturais para manter a sua cultura, tanto no que diz respeito à organização social quanto à religião, à economia e à ancestralidade. Na utilização de tais recursos, devem se utilizar conhecimentos, inovações e práticas que foram criados dentro deles próprios e transmitidos oralmente e na prática cotidiana pela tradição.

Portanto, é preciso que se estabeleçam entendimentos sobre o universo que as comunidades tradicionais abarcam, bem como a certeza de uma definição que seja abrangente e inclusiva garantindo a essas populações seus direitos. Essas comunidades prestam um serviço público na defesa da biodiversidade, por isso merecem o reconhecimento de seus préstimos ao meio ambiente.

Conforme Zimmermann (2009, p. 1):

Desde o início de seu mandato, o Governo Lula se propôs a diversificar o âmbito de beneficiários de suas políticas públicas. A instituição, pelo Decreto nº 6.040/2007, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) se deu nesse sentido. Essa política entende que, num país tão diverso em sua composição étnica e cultural, é um grande desafio estabelecer e implementar políticas públicas para promoção do bem-estar social dessas populações que, muitas vezes, encontram-se na invisibilidade, sendo socialmente excluídas por pressões econômicas, fundiárias ou por processos discriminatórios.

O Governo Federal deveria melhorar os efeitos dos projetos e programas públicos para essas comunidades, principalmente na elaboração dessa Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e assim desenvolver ações que dêem sustentação para que estas permaneçam no seu território.

Para Bedinelli:

As ações deverão abranger, entre outros pontos, políticas de melhoria do acesso a escolas e postos de saúde; projetos que diminuam o impacto de grandes empreendimentos nos territórios tradicionais; políticas de inclusão social e de reconhecimento da cidadania (como a redução do sub-registro civil); e o incentivo a atividades relacionadas a pesca, extrativismo de ervas e plantas, lavoura e outros produtos comuns a essas populações (BEDINELLI, 2009, p. 1).

A questão primordial é o acesso a terra ou ao território. Assegurar esse direito significa manter vivos na memória os acontecimentos e fatos históricos

do grupo. E também manter as práticas sociais, os sistemas de manejo dos recursos, os sistemas produtivos, os modos de produção e distribuição da produção.

Diegues aponta diferenciações entre estruturas do saber que interferem no cotidiano das comunidades tradicionais:

Configura-se, nesse caso, o confronto de dois saberes: o tradicional e o científico-moderno. De um lado, está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte de madeira, da pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a preservação das espécies. De outro lado, está o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas que não apenas desconhece, mas despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado (DIEGUES, 2004, p.69).

Entende-se que essas comunidades caracterizam-se pela dependência dos recursos naturais com os quais constroem o seu modo de viver e que: "A forte dependência dos recursos naturais, a estrutura simbólica dessas comunidades, seus sistemas de manejo desenvolvidos ao longo do tempo e, muitas vezes seu isolamento, fazem com que possam ser parceiras necessárias aos esforços de conservação" (DIEGUES; VIANA, 2004, p.12).

As comunidades tradicionais se utilizam de conhecimentos adquiridos através do tempo, e também se destacam pelas inovações e práticas criadas dentro da própria comunidade e transmitidas para as novas gerações. Mas com o processo de desapropriação dessas comunidades tradicionais, muitos jovens perdem o encanto pela permanência em seu local de origem dado o seu relacionamento com outros povos.

Para Diegues e Viana:

A maioria dos sistemas de manejo desenvolvidos e empregados por comunidades tradicionais contempla, de forma empírica, vários dos aspectos que favorecem a manutenção da estrutura das populações naturais sob extrativismo. Entretanto, na maior parte dos casos, tal conhecimento vem se perdendo por causa do desinteresse das gerações mais jovens e, principalmente, por causa dos processos de aculturação a que são submetidas tais comunidades (DIEGUES; VIANA, 2004, p. 99).

O desenvolvimento, a tecnologia e o progresso que garantem o bem estar também são causas do agravamento das degradações e destruições da natureza. O crescimento desordenado da economia origina uma crise na civilização que questiona a racionalidade dos sistemas sociais e culturais.

Leff aponta neste sentido que:

A degradação ambiental emerge do crescimento e da globalização da economia. Esta escassez generalizada se manifesta não só na degradação das bases de sustentabilidade ecológica do processo econômico, mas como uma crise de civilização que questiona a racionalidade do sistema social, os valores, os modos de produção e os conhecimentos que o sustentam (LEFF, 2004, p.56).

Podemos destacar as seguintes características das comunidades tradicionais, segundo Diegues (2004, p. 87-88), as quais são:

- Dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um *modo de vida*;
- Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- Moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- Reduzida acumulação de capital;
- Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas;
- A tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina todo o processo de trabalho até o produto final;
- Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; e
- Auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

As atitudes ambientais que possibilitam uma melhor qualidade de vida se encontram nos sistemas agrários tradicionais, ou seja, nas comunidades tradicionais, e estas parecem preencher requisitos de auto-sustentabilidade. "Nelas ainda se trabalha de forma coletiva, pelo menos em determinados âmbitos de atuação. Mesmo com toda política de modernização agrária – sistematização, funcionalização e individualização da agricultura – este sistema resiste às forças da racionalidade do capitalismo moderno" (LÖWEN SAHR, 2007, p. 208).

Para uma comunidade tradicional ser reconhecida ela precisa trabalhar sustentavelmente, ou seja, o uso dos recursos naturais precisa ser equilibrado e voltado para a melhoria da qualidade de vida da geração atual e das próximas que virão. "O envolvimento sustentável deve buscar reverter o distanciamento do homem em relação à natureza. Ao envolver as sociedades com o ecossistema local, são fortalecidos os vínculos econômicos, sociais, espirituais, culturais e ecológicos" (DIEGUES; VIANA, 2004, p. 26).

No Brasil, assistimos recentemente ao reconhecimento de uma série de povos e comunidades tradicionais, hoje reunidos em uma Comissão oficial que os representa junto ao governo federal e que, com este, traçam as diretrizes políticas nesta esfera. No item seguinte apresenta-se uma tipologia destas comunidades, buscando uma diferenciação entre elas.

1.4 POR UMA TIPOLOGIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

No Brasil, temos representando o amplo espectro das comunidades tradicionais: os Caiçaras, os Quilombolas, os Ribeirinhos, os Seringueiros e Castanheiros, as Quebradeiras de Coco, as populações de Fundo de Pasto, os Ciganos, as Cipozeiras e os Cipozeiros e também os Faxinalenses. Traçamos a seguir alguns elementos que permitem singularizá-las.

O processo de ocupação e povoamento do Brasil seguiu a trajetória litoral/interior. Num primeiro momento a população concentrava-se nas áreas litorâneas do nosso país; mas depois de algum tempo, os desbravadores, resolveram ultrapassar a barreira da Serra do Mar. Mesmo depois da conquista do interior, a Serra do Mar continuou sendo uma barreira de comunicação entre a população do interior e a do litoral. Os Caiçaras permaneceram residindo predominantemente no litoral do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, garantindo certo isolamento.

Descendente da miscigenação entre os portugueses e índios, "O gênero de vida caiçara combina agricultura de subsistência, baseada na mandioca e na pesca" (ADAMS, 2000, p. 147). A pesca é uma prática comum entre os homens e o peixe é o principal alimento deste povo. Ocorrem, muitas vezes, as trocas de peixes por outros produtos necessários à alimentação, principalmente de alimentos

produzidos nas roças. Porcos e galinhas fazem parte das criações domésticas dos Caiçaras. Homens e mulheres possuem papéis definidos dentro das comunidades. As mulheres são as responsáveis por afazeres da vida doméstica e por pequenas roças, enquanto os homens são responsáveis por infra-estrutura, manutenção e sustento (ADAMS, 2000, p. 149).

Apesar do isolamento que existe entre os integrantes das comunidades Caiçaras, este povo pratica trocas de produtos e também se organizam em mutirões, sendo que a divisão dos produtos ocorre de forma igualitária. Os ranchos, em meio à mata e rentes a orla marítima, são simples e sem cercas, sendo que todas as propriedades são interligadas por carreiros. Adams (2000, p. 150) relata que “o sertão era o espaço do trabalho, onde se encontravam as roças, os bananais e a floresta, de onde se retirava a lenha, ervas medicinais e onde se caçava.”

O povo Caiçara é assim, grande detentor dos conhecimentos naturais do ambiente onde habita, possuindo uma cultura e modo de viver particular. Nos últimos anos, com a criação de Áreas de Proteção Ambiental e com as novas tecnologias, estes se resumiram a pescadores que resistem as pressões externas que lhes são impostas pela sociedade (ADAMS, 2000).

Desvalorização, preconceito, maus tratos e humilhações são termos na lembrança que acompanham a trajetória dos negros em nosso país desde os tempos do descobrimento. Em meio a preconceitos e discriminações, entretanto, as populações Quilombolas vêm demonstrando seu exemplo de autonomia, resistência e de auto-identificação com a raça negra. Atualmente são “[...] reconhecidas como símbolo de uma identidade, de uma cultura e, sobretudo, de um modelo de luta e militância negra” (ARRUTI, 1997, p. 22).

Os quilombos surgem da necessidade de organização em comunidades de escravos fugitivos de grandes fazendas ou de mão de obra ociosa devido às inovações tecnológicas que surgem no campo. Com estas inovações, a mão de obra escrava torna-se incompatível com os novos meios de produção. A revolta dos escravos, aliada à intensa exploração, são motivos que levam muitos escravos a fugir e a partir de então se organizam em comunidades onde se desenvolveram de forma autônoma, comunidades estas historicamente conhecidas por quilombos (JUNIOR; SILVA; COSTA, 2008, p. 14).

O isolamento dos Quilombolas proporcionou aos mesmos, o desenvolvimento de uma cultura original. As comunidades - em meio à mata - descobrem formas específicas de exploração da floresta, forçadas pelo isolamento a elas conferido. Nestas comunidades homens e mulheres possuem papéis distintos em relação à vida diária; as mulheres são responsáveis por tarefas domésticas e cuidados com os filhos, enquanto o homem busca em meio à mata e em pequenas roças o sustento para a família.

Segundo Junior; Silva e Costa:

Os quilombos ficavam em lugares de difícil acesso, escondidos nas matas, selvas ou montanhas, formando aldeias, onde os seus habitantes, os quilombolas, dedicavam-se à economia de subsistência e, às vezes, ao comércio. Alguns deles tentaram reproduzir a organização social africana, inclusive com a escolha de reis tribais (JUNIOR; SILVA; COSTA, 2008, p. 14).

A identidade étnica é à base de uma comunidade Quilombola na atualidade, para que esta expresse seu potencial de organização e de sua ação política. (ARRUTI, 1997; JÚNIOR; SILVA; COSTA, 2008). Assim, as comunidades Quilombolas apresentam traços culturais relativos a um período histórico que deve ser preservado e que merece seu devido respeito perante toda a sociedade. A busca por uma significância histórica e por seu reconhecimento são as marcas da luta quilombola por uma vida com mais justiça, dignidade e igualdade.

Os Ribeirinhos são “[...] trabalhadores e trabalhadoras que residem proximidades dos rios e, que há muito caracterizam-se por ter como principal atividade de subsistência a pesca” (NEVES, 2008, p. 01).

Estas comunidades caracterizam-se pela diversificação nas atividades produtivas, as quais giram em torno da cultura dos conhecimentos adquiridos sobre a natureza e seu funcionamento, garantindo a sobrevivência de acordo com necessidades e principalmente com o que o meio lhes oferece. Para Guarim (2000, p. 09) estas comunidades “[...] se envolvem, freqüentemente, com muito fervor, em atividades religiosas comunitárias, organizadas ou pela Igreja Católica ou pelas Igrejas Protestantes Fundamentalistas”.

Os Ribeirinhos desempenham um papel fundamental na preservação da biodiversidade local onde estão inseridos; muitas vezes mantendo uma relação de dependência ou até mesmo de troca entre eles e o ambiente. O

profundo conhecimento dos ciclos da natureza facilita a elaboração de técnicas de manejo dos recursos naturais.

Vítimas da seca de algumas regiões do nordeste, os seringueiros começam a chegar ao estado do Acre a partir de 1877, com a expectativa de encontrar melhores condições de vida. De início, devido ao modo rústico de trabalhar, estes homens eram conhecidos por “brabos”; desenvolviam seu trabalho diariamente na floresta, pois os mesmos não tinham condições para desenvolverem, nem mesmo uma agricultura de subsistência. Em 1913 os seringais da Amazônia entram em crise devido ao preço do produto no mercado mundial. A queda nos preços fez com que muitos seringueiros passassem a se dedicar às atividades agrícolas e também pecuárias; desenvolvendo uma agricultura familiar baseada em múltiplos usos dos recursos da floresta (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Os seringueiros guardam consigo o conhecimento adquirido ao longo dos anos vividos em meio à mata; de um ecossistema extremamente diversificado e complexo em meio à floresta Amazônica, “[...] desenvolveram todo um saber, todo um conhecimento na sua convivência com os ecossistemas amazônicos que, sem dúvida, constitui um enorme acervo cultural” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 22).

As atividades nos seringais e de coleta da castanha estão correlacionadas uma a outra. Estas atividades funcionam como complementares. Dependendo da estação do ano, os Seringueiros migram para atividades da coleta da castanha tornando-se Castanheiros. “O extrativismo da borracha sempre esteve ligado ao da castanha que é praticado nas mesmas áreas; o primeiro na época menos chuvosa (maio a novembro) e o segundo, no período mais chuvoso (dezembro a março)” (MURRIETA; RUEDA, 1995, p. 04).

Tendo por base o trabalho de Santos, podemos considerar as seguintes características das comunidades de seringueiros:

[...] se percebem como comunidade, discutem e conhecem a vida em todo o rio, estabelecem laços de compadrio, se solidarizam. Com frequência, percebem que a existência da reserva extrativa só faz sentido na medida em que todos estiverem espalhados e vigilantes para não sofrerem invasões (SANTOS, 2002, p. 27).

Murrieta e Rueda (1995), bem como Porto-Gonçalves (2001), destacam também o grande conhecimento empírico destes, conhecimento este

derivado da vivência na floresta: as práticas medicinais, bem como a fabricação de remédios; a domesticação de animais; a culinária com sabores típicos da floresta; o conhecimento de propriedades medicinais, aromáticas e cosméticas de plantas existentes em meio à mata; a realização de mutirões; e, também, a religiosidade aliada ao ambiente da floresta, gerando mitos onde tudo se relaciona com tudo em uma visão holística.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, os Seringueiros passam a ser donos ou posseiros de parcelas de terra antes pertencentes ao seu patrão. Com a queda dos preços do produto, estes senhores deixaram suas terras e seguiram em busca de novas atividades, abandonando os seringais.

Atualmente, os seringueiros sofrem pressões externas, devido ao fato da exploração madeireira e das forças políticas atuantes na região, mas resistem agindo em defesa e pela sobrevivência da floresta. Este povo vive de forma simples em meio à floresta; habitam casas rústicas cobertas de palha, praticam a caça e a agricultura em reduzida escala em prol de seu sustento. Apesar desta situação precária, muitos seringueiros preferem continuar em meio aos seringais.

Santos aponta que:

[...] no seringal o rendimento do trabalho pode ser menor, mas não falta peixe e farinha, não tendo, portanto, gastos com energia e água, além de poderem fazer suas próprias casas; ao menos a sobrevivência da família fica garantida e os filhos não passam fome (SANTOS, 2002, p. 16).

Muitos seringueiros, após a baixa na produção da borracha e nas exportações, migraram para outras regiões da Amazônia ou até mesmo para outras regiões do Brasil. Mas “[...] muitos que permaneceram nos seringais reforçando seus laços com a terra, por meio de uma agricultura de subsistência, associada ao extrativismo da borracha e da castanha, do comércio de peles e madeira [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 37), conseguiram um bom nível de subsistência aliando atividades como a pesca, a caça, o cultivo de frutas silvestres e extrativismo vegetal as atividades tradicionais. A alimentação é complementada com peixes, sendo que muitas famílias sobrevivem da pesca artesanal, praticada de forma simples em pequena escala, diferentemente da atividade pesqueira comercial.

As Quebradeiras de Coco tem uma história de resistência e de organização. Trata-se de mulheres pobres da região do semi-árido maranhense. Ali desde cedo elas aprendem este ofício que é passado de mãe para filha. No

Maranhão, cerca de 300 mil pessoas vivem da extração do coco do babaçu, 90% são mulheres. Mas a história dessas quebradeiras muda de acordo com o município em que vivem, já que nem todos adotaram a Lei do Babaçu Livre, que permite a extração mesmo em terras privadas (MATOS, 2005).

Diante dos inúmeros problemas que a população nordestina enfrenta, devido à seca, agricultores do Sertão – conhecidos como moradores dos Fundos de Pasto - reúnem-se em comunidades a fim de garantir novas formas de sustento e reprodução social, sendo que o Estado e a Igreja desempenham um papel fundamental neste processo de integração (SABOURIN, 2001; SILVA et al., 2000).

As áreas de Fundo de Pasto no Brasil são consideradas as terras de livre pastoreio no sertão nordestino, assim, estas comunidades caracterizam-se pela existência de quatro tipos de espaços distintos: “o espaço pioneiro, o espaço de produção diversificada, a bacia de produção e o espaço marginalizado” (SILVA et al, 2000, p. 09). O espaço pioneiro é também chamado de fundo de pasto. Estas comunidades muitas vezes resultam da partilha de terras entre famílias, ou até mesmo de famílias que possuem afinidades, sendo a religião a principal característica a ser considerada (SABOURIN, 2001; SILVA et al, 2000). “O *Fundo de Pasto*, permanece como propriedade indivisível da família estendida ou da ‘comunidade’” (SILVA et al, 2000, p. 07).

Baseados no processo da reciprocidade é que esses grupos nordestinos se organizam e dão vida as suas comunidades; este tipo de organização se reflete em mutirões e processos de ajuda mútua. A realização de mutirões nas comunidades Fundo de Pasto contam com a presença de todos os integrantes da família e também da comunidade. Ao final do mutirão como forma de recompensa e também como incentivo à participação, realiza-se uma festa com rezas em agradecimento, muita comida e bebida. Mulheres e crianças são responsáveis pela realização de tarefas mais leves, enquanto os homens ficam com o trabalho pesado. Os mutirões são realizados para atender diversos fins, individuais ou de interesse coletivo (SABOURIN, 2001, p. 4).

Segundo Sabourin:

A integração ao mercado e à sociedade global (administração, escola, igrejas, serviços técnicos) levou a sociedade rural nordestina, dos sítios e das comunidades, a dotar-se de novas estruturas de representação e de cooperação, sem, portanto, abandonar (pelo menos completamente) os valores e formas de organização camponesa fundadas pela reciprocidade (SABOURIN, 2001, p. 05).

Mesmo com todas as mudanças ocorridas no campo social, econômico e também tecnológico, percebe-se que as comunidades de Fundo de Pasto mantêm seus vínculos com o passado; os quais se tornam indissolúveis frente a estas transformações, proporcionando a todos os membros da comunidade um desenvolvimento econômico onde prevalecem laços de igualdade.

Os ciganos foram os primeiros negociadores de escravos no Brasil Colônia, em um período que engloba em torno de 300 anos de negociação na época da escravidão. Considera-se, todavia, que “[...] os ciganos foram inexpressivos no tempo, espaço e quantidade, por absoluta falta de recursos financeiros, falta de liberdade e coerção mesmo, para não realizarem este comércio” (PAIVA, 2006, p. 05). Esses homens sofrem com o preconceito de características que lhe foram atribuídas ao longo de sua trajetória. Acredita-se que o povo cigano é originário da Índia e que se espalharam por todas as partes do mundo; “[...] a mais fundamental característica dos ciganos, é a de não possuir território delimitado reconhecido por outros povos; daí são considerados, pela ONU⁶, nação sem território. Os ciganos simplesmente consideram o mundo seu território” (PAIVA, 2009, p. 05).

Paiva (2009) nos coloca que a comunidade cigana preserva valores que são mantidos vivos até os dias atuais. Destaca algumas características culturais pertencentes a este grupo, como: a) nomadismo, os membros da comunidade cigana procuram meios de sobrevivência de acordo com este espírito de liberdade; b) musicalidade e dança aliada a alegria e aos sentimentos; também aliados com relação à natureza; c) Direito Consuetudinário, onde prevalece a ordem dos mais velhos; d) casamento étnico como forma de valorizar a cultura e preservar valores; e) família extensa, englobando todos os parentes, sendo o elo de ligação com o restante da comunidade; f) amor às crianças, sendo educadas de forma que jamais precise um pai bater em seu filho; g) respeito aos mais velhos, sendo seus conselhos ouvidos e seguidos por todos; h) morte e luto, respeito aos mortos, sendo

⁶ ONU: Organização das Nações Unidas.

respeitados definitivamente para o resto de suas vidas; i) religiosidade baseada no culto em Deus (*Devel*) e na entidade do mal (*Beng*); costumam se adaptar as religiões predominantes nos países onde vivem; j) negócios, hoje em dia entre os membros da comunidade já existem pessoas formadas e que ocupam grandes cargos; no geral são ótimos comerciantes; k) língua Ágrafa, com dialetos próprios dentro de cada grupo.

Os Ciganos encontram-se concentrados no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e em alguns Estados da região Sul do Brasil. Eles fazem parte de uma cultura bastante diversificada, onde dentro dos limites da comunidade cigana encontramos ramificações de grupos com dialetos próprios e características singulares, sendo o *romani*⁷ o dialeto fundamental das comunidades ciganas. Possuidores de um passado rico de conhecimento adquiridos no decorrer de suas andanças resultados da vida nômade que vive. (PAIVA, 2009). Atualmente alguns ciganos continuam nesta vida nômade e outros vivem de forma semi-nômade.

No Estado de Santa Catarina, em Garuva, Joinville, Araquari e Itapoá e no Estado do Paraná em Guaratuba vivem as Cipozeiras e os Cipozeiros. Estas pessoas lutam por seu reconhecimento e pela manutenção de seus direitos. Até o momento contabiliza-se em torno de 1.200 integrantes que abrangem as Comunidades de Cipozeiras e Cipozeiros, porém, acredita-se que este número seja bem maior, em torno de 10.000 membros. De acordo Ladik e Souza (2010, p.[...]) estas comunidades possuem “[...] uma identidade coletiva que se constitui predominantemente pelo acesso aos recursos naturais presentes na Mata Atlântica, ou seja, do Cipó-Imbé, Liaça, Palmito, Veludo, Xaxim, e outras espécies vegetais”. O trabalho nestas comunidades esta voltado principalmente ao corte do Cipó-Imbé, com o qual produzem artigos artesanais que contribui significativamente para a obtenção de renda. Destacam-se entre os saberes tradicionais das Cipozeiras e Cipozeiros técnicas como a pesca e o roçado. (HERNASKI, 2009; LADIK; SOUZA, 2010).

No decorrer dos diferentes ciclos econômicos vivenciados na dinâmica sócio-espacial brasileira surge na região de matas mistas do Paraná ou

⁷ ROMANI: dialeto que derivou do velho sânscrito e vem ao longo de mil anos recebendo contribuições de todas as línguas por onde este povo passa algum tempo.

Mata com Araucária, um sistema agrosilvipastoril típico, que vivencia seu auge com a fase de exploração da erva-mate – o Sistema Faxinal.

Este sistema define-se como sendo uma forma onde prevalecem os valores de harmonia coletiva na utilização de áreas interligadas e cobertas por vegetações de Floresta com Araucárias. Estas áreas permitem o uso de criadouros extensivos e comuns, ou seja, coletivos ou comunitários, bem como, extração de erva mate e de algumas espécies vegetais para consumo, como fonte de energia ou outras atividades de interesse comunitário para a geração de renda (CHANG, 1988a).

As comunidades inseridas neste modo de vida a partir de 2005 se reconheceram como tradicionais, inserindo-se na luta das demais populações e comunidades tradicionais do Brasil, distribuídas em diferentes biomas e com características específicas. A partir deste momento elas passam a ser denominadas comunidades de Faxinais ou comunidades faxinalenses. Löwen Sahr destaca as seguintes características como sendo próprias das comunidades faxinalenses:

- Associam a pecuária, a agricultura e o extrativismo, num sistema singular;
- Partilham o chão, ou seja, as terras do criadouro são de uso comum;
- Criam de forma coletiva animais de pequeno e grande porte soltos e misturados;
- Praticam uma agricultura de subsistência com instrumentos tradicionais (enxada, tração animal);
- Partilham as sementes, criações, produtos através de trocas;
- Praticam uma cultura de extrativismo (erva-mate, madeira, pinhão);
- Desenvolvem uma atividade agroflorestal e prezam pela conservação da biodiversidade;
- Possuem uma forte convivência e integração com o meio ambiente;
- Possuem uma história e uma cultura própria;
- Preservam e respeitam as suas tradições, os seus costumes e a sua cultura (festas, rezas);
- Praticam uma religiosidade popular;
- Apresentam uma vida comunitária, solidária e de união;
- Integram em sua convivência famílias com terra e famílias que não tem terra;
- Possuem normas e fazem acordos baseados na cultura e tradição;
- Trabalham de forma solidária em Mutirões/Puxirões;
- Partilham os bens, os serviços e os conhecimentos;
- Lutam pela sobrevivência;
- Possuem alegria de viver, amor a natureza, liberdade, esperança, confiança e união (LÖWEN SAHR, 2005, p. 57).

A utilização de espaços coletivos para a criação de animais em ambiente da Floresta com Araucária é a característica que diferencia os Faxinais das outras comunidades tradicionais. Este princípio é resultante da relação de

confiança entre os faxinalenses. Está harmonia coletiva, no uso da terra, também está presente na realização de algumas tarefas na forma de organização de mutirões (NERONE, 2000, p. 126). Os mutirões são práticas comuns entre os faxinalenses, organizados de acordo com as necessidades individuais de moradores das comunidades; garantem um trabalho coletivo de forma que beneficiam todos os envolvidos e garantem a manutenção do princípio da reciprocidade entre os moradores.

As comunidades de Faxinais merecerão maior aprofundamento nos capítulos que seguem, por se tratarem do objeto de estudo na presente investigação. Segue apresentando as comunidades Faxinalenses existentes no território do Estado do Paraná.

CAPÍTULO 2

OS FAXINAIS PARANAENSES ENQUANTO COMUNIDADES TRADICIONAIS

Para se ter uma primeira idéia da importância deste modo de viver coletivamente na dinâmica sócio-espacial do Paraná, de acordo com estudos realizados, considera-se que os Faxinais já ocuparam um quinto do território paranaense. Acredita-se, em função disso, que estes demandem ações voltadas à conservação, tendo em vista a sua importância social, cultural e ambiental (CHANG, 1988; NERONE, 2000; SOUZA, 2001; MARQUES, 2004; LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005).

No Paraná, constata-se que existiram pelo menos 152 comunidades de Faxinais. Atualmente apenas 44 destas são consideradas remanescentes, ou seja, mantêm sua organização social típica; 56 estão desativadas, ou seja, preservam apenas a paisagem de Faxinal em Matas com Araucária; e 52 estão extintas, ou seja, perderam totalmente suas características originais. (MARQUES, 2004, p. 15; LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005, p. 95). Estas comunidades encontram-se “localizadas em 16 municípios do Paraná pertencentes ao bioma da Mata de Araucária. As áreas de uso comum totalizam 15.915 hectares. Os povos de faxinal agregam um total de 3.454 famílias” (LÖWEN SAHR, 2005, p. 56).

O presente capítulo traz a dinâmica sócio-espacial vivenciada pelas comunidades de Faxinal no Estado do Paraná. Primeiramente apresenta-se o histórico da formação destas comunidades, procurando compreender quais fatos originaram a base destas. Segue-se apresentando os principais fatores que geraram a desagregação deste sistema, apontando fatores e momentos da ruptura dos Faxinais. Por fim, apresenta-se uma discussão dos estudos que permeiam os debates a respeito do futuro das comunidades faxinalenses.

2.1 SISTEMA FAXINAL: ESTRUTURA DAS COMUNIDADES FAXINAENSES

O meio rural brasileiro apresenta um rico potencial a ser explorado na forma de uso coletivo da terra. A cultura e o ambiente das comunidades rurais

mais retiradas dos grandes centros urbanos se encontram estruturadas, todavia, de acordo com outras lógicas de ocupação e povoamento que os Faxinais.

O modelo de uso coletivo de terras em áreas rurais é bastante antigo. Suas primeiras experiências, neste sentido ocorreram em países da Península Ibérica, nos quais havia condicionantes naturais favoráveis a implantação deste modo de viver. No Estado do Paraná, as propriedades coletivas, eram práticas comuns desde os tempos das Reduções Jesuíticas. “Além da propriedade particular, havia as coletivas, que eram cuidadas e plantadas em turnos pelos índios, que chamavam de *tupã-mbe* (propriedade de Deus)” (WACHOWICZ, 2002, p. 34). As criações de animais de pequeno porte também eram coletivas. Toda a produção de gêneros alimentícios era armazenada em depósitos comuns, de onde as famílias retiravam a quantia suficiente para o sustento sem desperdiçar estas mercadorias (WACHOWICZ, 2002).

Ao tentar compreender as raízes do Sistema Faxinal em terras paranaenses, leva-se em consideração que a instalação das Reduções Jesuíticas - na porção Ocidental deste Estado - lançou as bases para o desenvolvimento dessa modalidade de uso comum de terras. As características básicas das Reduções Jesuíticas fazem parte do modo como se encontram estruturados os Faxinais: viver em comunidade, partilhar o solo, atividades de subsistência e coleta do mate em meio à floresta.

Estas características são apontadas por Nerone:

As reduções tiveram a vida comunitária como fundamento de sua organização. As principais atividades econômicas eram relacionadas à coleta da erva-mate, cujo uso disseminou entre os espanhóis do Prata as terras eram de uso coletivo e nelas praticavam-se lavouras coletivas e o gado era criado em regime de compáscuo. Porém, cada família tinha direito de fazer o plantio particular em sua chácara, depois de exigidas as exigências comunitárias (NERONE, 2000, p. 49).

No Paraná, as condições econômicas da época necessitavam e eram favoráveis a implantação de um modelo como este, vivenciado por comunidades da Península Ibérica e implantado nas Reduções Jesuíticas espanholas, para que se tivesse um desenvolvimento econômico o qual favorecesse a população local. A partir de então, a organização de comunidades rurais estruturadas de acordo com o Sistema Faxinal ganham destaque.

[...] o uso da terra no Sistema Faxinal não constitui um modelo original brasileiro derivado de outras formações históricas, mas os indícios conduzem à interpretação de que a gênese é herança ibérica, adaptada às circunstâncias regionais (NERONE, 2000, p. 38).

Para Löwen Sahr e Cunha, a gênese formadora do Sistema Faxinal está no momento em que os Bandeirantes adentram os campos do Paraná e expulsam índios e jesuítas de suas Reduções. Na seqüência, temos início à fase dos Tropeiros. Novamente os remanescentes de Kaingang adentram as matas, onde também vaqueiros, bandeirantes e escravos se encontravam; é o momento que surge o novo sistema de subsistência: os faxinais (2005, p. 93).

As atividades pecuárias predominantes na região Sul do Brasil no século XVIII e o corte da erva-mate contribuíram de forma decisiva para o surgimento do Sistema Faxinal. Também o ambiente natural, com um relevo típico e vegetação favorável em meio à Floresta com Araucária, tiveram importante papel na configuração espacial do Sistema Faxinal.

No Paraná, mais especificamente na região Centro-Sul deste Estado, a organização de comunidades rurais estruturadas de acordo com o Sistema Faxinal foi bastante expressiva no início do século XX, visto que esta parte do Estado apresentava o ambiente natural propício à instalação destas comunidades. O ambiente natural destacou-se como sendo o fator decisivo para o surgimento e implantação do Sistema Faxinal (SOUZA, 2001, p. 02). A localização dos Faxinais depende de alguns elementos físicos da paisagem, os quais, muitas vezes, facilitam a organização territorial deste sistema. Na maioria das vezes estas comunidades encontram-se localizadas em vales com solos profundos, de relevo suave em meio a Mata de Araucária.

Tem-se, assim, que:

Os Faxinais encontram-se, geralmente, nos vales de pequenos arroios e são delimitados por valos e cercas comunitários. As estradas de terra que o cortam utilizam-se de recursos como porteiras e mata-burros, geralmente de madeira, os quais tem a função de impedir a fuga de animais. Não muito distante das estradas encontram-se – dispersas nos espigões dos terraços mais altos casas de madeira. Em cada uma habita uma família nuclear (LÖWEN SAHR, 2007, p. 214).

Em relação à localização territorial dos Faxinais, pode-se dizer que a maioria foi fruto das condições naturais da região Centro-Sul do Paraná. Esta é uma região que possui em abundância as Matas Mistas com Araucárias; estas matas são

ricas em erva-mate, principal produto que sustentou e configurou a estrutura dos faxinais. Também há indícios desse Sistema nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, porém, a sua permanência tornou-se impossível devido ao alto grau de modernização agrícola da região, a qual recebeu altos investimentos no setor (CHANG, 1988b, p. 49).

O Tropeirismo⁸ deu grande impulso ao processo de ocupação e povoamento da região das Matas Mistas com Araucárias, esta por sua vez, constituía caminho obrigatório de passagem das tropas de cavalos e muares que seguiam do Rio Grande do Sul em direção a Sorocaba, pelo chamado Caminho do Viamão. Este percurso era bastante longo, portanto, levava dias para ser completado. Ao longo do caminho foram surgindo povoados para descanso e abastecimento da tropa e do Tropeiro. Estes pequenos povoados, mais tarde, deram origem a muitos dos municípios⁹ da região dos Campos Gerais (CHANG, 1988b, p. 23).

Muitas fazendas nesta época organizavam-se de forma a garantir o sustento da população que ali vivia. Com as constantes crises que os fazendeiros enfrentavam devido às baixas na atividade tropeira e conseqüentemente a queda na produção animal, fazendeiros e agregados partem em busca de novas alternativas de sustento na região das Matas Mistas. Este movimento se dá em função da busca por parcelas de terra até então sem donos. “Nas matas, as condições para desenvolver uma economia de subsistência eram melhores e a oportunidade de se empregarem na erva era maior” (CHANG, 1988b, p. 30).

A partir do momento que a população começa a deslocar-se para a região das Matas Mistas, novas formas de organização do espaço produtivo começam a surgir, as condições naturais do ambiente fazem com que a população

⁸ TROPEIRISMO: atividade que teria iniciado entre os séculos XVII e XVIII, com o transporte de tropas de muares do Rio Grande do Sul, até Minas Gerais. Para Silva (2005, p. 107-108) é inquestionável o papel e a importância da atividade e do Tropeiro no surgimento e desenvolvimento de cidades que surgiram ao longo do caminho das tropas; sendo o Tropeiro a mais importante figura desta etapa. O Tropeiro, além de conduzir sua tropa, levava consigo mercadorias; servia de correio e intermediava negócios entre comerciantes das regiões que transitava. A “Era do Tropeirismo” foi inaugurada em 1731 quando começaram a transitar as primeiras tropas (CHANG, 1988b, p. 23).

⁹ No Estado do Paraná destaca-se o surgimento de Municípios como: Arapoti, Balsa Nova, Campo do Tenente, Campo Largo, Carambeí, Castro, Jaguariaíva, Lapa, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Rio Negro, Sengés, Telêmaco Borba e Tibagi. (SILVA, 2005, p. 110 – 111).

comece a partilhar de novas experiências, neste momento começam a cercar os animais, ampliando o espaço de produção de alimentos.

A organização interna dos faxinais tem por base a harmonia coletiva das relações sociais (CHANG, 1988a-b; NERONE, 2000; LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005; LÖWEN SAHR, 2007). Neste sistema podemos diferenciar dois grupos distintos que permanecem com uma relação harmônica na área do criadouro comum: “[...] o grupo dos proprietários e o grupo dos usuários (sem terra)” (NERONE, 2000, p. 95). Ambos convivem e se utilizam do mesmo espaço, sem confrontos eminentes.

A estrutura e organização dos Faxinais resultam do modelo de como se estruturavam as antigas fazendas. Nestas se criava animais a solta e se cercava a produção. O Sistema Faxinal organizou-se de forma particular, ou melhor dizendo, ao contrário da organização das fazendas. Cercava-se os animais em uma grande área – criadouro comum – e plantava-se fora dos limites do criadouro – terras de plantar. Assim sendo, a estrutura típica do Sistema Faxinal consiste na divisão do solo em duas parcelas: as terras de plantar e as terras de criação (CHANG, 1988b, p. 25 a 28; NERONE, 2000, p. 87; LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005, p. 95).

As terras de criação também são conhecidas como criadouro comum ou terras de faxinal. No criadouro comum, área cercada que caracteriza o sistema de uso comum da terra, estão localizadas as residências. É onde os animais são criados soltos, buscando na natureza sua alimentação. É também o espaço onde se colhe erva-mate e se retira a madeira. A área que abrange o criadouro comum é um espaço onde predomina o caráter de harmonia coletiva nas relações, no qual a terra é partilhada, mas a propriedade sobre a mesma conserva-se de forma individualizada. A manutenção desse espaço é de responsabilidade coletiva.

Assim:

[...] nesse universo denominado *criadouro comum*, coexistem a propriedade particular da terra e a posse coletiva (compáscuo). O sem terra, usuário, também pode criar animais, usufruindo dos mesmos direitos dos proprietários da terra tendo a sua subsistência na criação de animais, além de realizar a mão-de-obra para o dono da terra. (NERONE, 2000, p. 90).

Nas comunidades rurais integradas ao Sistema Faxinal, encontramos uma paisagem rural típica com a presença de estradas de terra,

porteiros, mata-burros, casas de madeira, casas de comércio, bares, igrejas, escolas e barracões comunitários. Encontram-se também tanques de peixe, moinhos, monjolos, fornos de pedra utilizados na produção de farinha, estufas e canchas utilizadas no beneficiamento da erva-mate. Ao redor das casas encontram-se pequenos pomares e hortas com uma diversidade de verduras, ervas medicinais e temperos, tudo devidamente cercado para evitar o contato dos animais que vivem soltos ao redor das casas em meio à área do criadouro comum. (LÖWEN SAHR, 2007, p. 214).

As áreas cercadas eram bastante extensas, proporcionando aos animais um vasto ambiente que supria suas necessidades alimentares:

O meio farto provia de alimentos silvestres em abundância, o que poupava aos criadores, os custos de trato da criação. Por sua vez, a criação solta pressupunha espaço amplo, onde a criação pudesse andar em busca de seus alimentos esparsos pelos matos. (CHANG, 1988b, p. 37).

A produção dos Faxinais ocorre em pequena escala e seu excedente é comercializado:

Essa comercialização do excedente é uma necessidade que o camponês (faxinalense) tem para adquirir utensílios que faltam à sua produção, os quais ele não tem capacidade de produzir no interior de seu estabelecimento, como vestimentas e ferramentas de trabalhos. (BARRETO; LÖWEN SAHR, 2007, p. 75).

As terras de plantar são os espaços onde se pratica uma agricultura tradicional, de subsistência, nelas se desenvolvem as lavouras, as roças:

As Terras de Plantar são terras localizadas fora do criadouro comum e são usadas individualmente. As lavouras, sejam em terras próprias ou arrendadas, tendem a situar-se nas imediações do criadouro onde residem os caboclos. Os produtos mais cultivados são o milho, o arroz, a batata e a mandioca. Em geral, a técnica de plantio é a de rotação de terra, utilizando-se a queimada para limpeza do terreno. (LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005, p. 95).

As terras de criar são separadas das terras de plantar por cercas ou valas e até mesmo por acidentes naturais. A manutenção destes “vedos” depende de todos, sendo possível delegar esta responsabilidade a outras pessoas.

O surgimento das cercas é decorrente da necessidade de cercar os animais, pois com o aumento das áreas de plantio torna-se inviável cercá-las, como antes era a prática. O criadouro se sustenta com base em três proposições: “A

propriedade da terra, a construção da cerca e o zelo da mesma” (CHANG, 1988b, p. 38).

A concepção das cercas do criadouro acabou por beneficiar todos os envolvidos na dinâmica agrícola: os fazendeiros, agregados e colonos. Este fato fez com que o número de criadouros se multiplicasse por toda a região (CHANG, 1988b, p. 39). As cercas no Sistema Faxinal desempenharam papel de fundamental importância para a manutenção deste modo de viver.

Elas são mantidas seguindo normas que incluem o caráter de coletividade na hora da construção e manutenção. Este caráter de coletividade dá o direito para as pessoas envolvidas a criarem seus animais nos limites do criadouro comum. Todos que ajudam manter as cercas são beneficiados, independente da forma de contribuição. Após a construção, cada proprietário de terra, por onde as cercas passam, acaba por ficar com a responsabilidade sobre a mesma, podendo passar esta para um agregado. A manutenção destas cercas deve sempre estar em perfeitas condições. Caso a criação venha causar um problema e/ou prejuízo, devido às más condições da cerca, o responsável pela mesma deve arcar com a responsabilidade e assumir os danos.

Chang aponta que:

[...] este conjunto de regulamentos que regem os criadouros comuns se baseia sobre os costumes e convenções locais, as quais por sua vez, têm como pressuposto, a necessidade, a solidariedade e o bom senso. Dessa forma, apesar da lei consuetudinária ter evoluído para a forma de lei escrita, ainda assim inexiste qualquer rigor no cálculo dos direitos e deveres. Cada um contribui conforme pode e cada um cria o tanto quanto quer e pode. A ética e a solidariedade são as referências de suas medidas (CHANG, 1988b, p. 45).

Duas autoridades se fazem presentes entre os responsáveis por manter a ordem e organização nas estruturas do Sistema Faxinal: o inspetor de quarteirão e o inspetor municipal, cada qual com suas funções devidamente delimitadas (NERONE, 2000, p. 120). O inspetor de quarteirão tem uma maior representatividade junto à comunidade; é a pessoa que resolve problemas de ordem interna, de menor escala. Já o inspetor municipal, atualmente não mais encontrado, é a pessoa de certa representatividade política junto ao poder público municipal. A ele destinava-se observar o cumprimento das tarefas coletivas realizadas nas dependências dos Faxinais.

De acordo com Nerone:

No encadeamento do poder, o inspetor de quartirão estava subordinado ao delegado, enquanto o inspetor municipal estava vinculado ao Prefeito Municipal, que o nomeava, ambos eram indicados e reconhecidos formalmente como autoridades locais. A função de inspetor correspondia a um cargo honorífico, ocupado por pessoas que representavam o poder, mas não recebiam salários (NERONE, 2000, p. 121).

Outra figura de destaque na organização das estruturas das comunidades faxinalenses foram os “agregados”, os quais também contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento destas comunidades. Chang aponta que:

A categoria dos agregados constituía o grosso dos trabalhadores na coleta da erva, inclusive afluindo para a região das matas mistas do Centro-Sul, estabelecendo-se nos ervaais com sua economia de subsistência; constituindo comunidades rurais as quais mais tarde dariam origem aos faxinais (CHANG, 1988b, p. 21).

Os agregados “[...] possivelmente descapitalizados, se apossavam de pequenos lotes em terras de donos não declarados e se empregavam na construção e reparo de cercas e no preparo da lavoura de milho destinado a alimentação animal” (SOUZA, 2001, p. 44).

Para Barreto e Löwen Sahr:

O agregado nada mais era do que um posseiro, que se encontrava na terra antes de ela ser requerida por alguém. Quando chegava um senhor e se dizia proprietário de uma determinada porção de terras onde se encontravam alguns posseiros, estabelecia-se uma relação de troca entre ambos. Esta relação se processou de diferentes formas Brasil. (BARRETO; LÖWEN SAHR, 2007, p. 77).

Os agregados contribuíram decisivamente na gênese formadora da estrutura fundiária do Centro-Sul paranaense, bem como os imigrantes europeus (poloneses, ucranianos, italianos, russos e alemães) que chegavam ao Brasil e iam conquistando o interior do Paraná.

Enquanto no período compreendido entre os séculos XIX e XX surgem novas formas de organização do meio rural brasileiro, que valorizam a propriedade individual, com a consolidação das pequenas propriedades rurais, sesmarias e fazendas de criar, emerge nesse contexto a organização do Sistema Faxinal, voltado ao trabalho coletivo.

Durante o século XIX, as levas de imigrantes europeus que chegavam ao Paraná, contribuíram de forma bastante expressiva para o desenvolvimento e ocupação da região das Matas Mistas com Araucárias. Estes

imigrantes absorveram rapidamente as formas de exploração dos ervais nativos, impulsionando a organização de comunidades rurais estruturadas de acordo com o Sistema Faxinal. Os ervais densos da região impulsionaram a economia por décadas, trazendo prosperidade a muitos destes imigrantes. (CHANG, 1988b, p. 32).

Com o aumento da produção agrícola, não havia meios de deixar os animais se criarem à solta, neste momento inicia-se a construção de cercas coletivas, ganha destaque então, o surgimento gradativo de áreas destinadas a criadouros comuns. (CHANG, 1988b, p. 37-38).

Nerone (2000, p. 62) aponta que esta forma de organização foi rapidamente absorvida por imigrantes de descendência européia, pois muitos deles já traziam consigo a experiência do uso coletivo de terras, destacando-se os poloneses. Vale ressaltar que antes da chegada dos imigrantes europeus, já existiam experiências de uso coletivo da terra, porém, estes impulsionaram essa prática em terras paranaenses.

Neste mundo das comunidades faxinalenses, onde se misturam diferentes elementos, tem-se o caboclo como sendo o principal grupo que compõe a estrutura étnica deste sistema. (CHANG, 1988b; NERONE 2000). A figura do elemento caboclo no Sistema Faxinal é algo marcante, este elemento é resultante do cruzamento dos primeiros índios cativos com o branco colonizador (NERONE, 2000, p. 43). Barbosa (2007, p. 46) em seus estudos sobre os Faxinais de Rio Azul (PR), constatou “[...] a presença de traços europeus até semblantes indígenas no perfil dos faxinalenses do Taquari dos Ribeiros”.

A exploração da erva-mate¹⁰ destacava-se nas comunidades faxinalenses, pois permitia o desenvolvimento de outras atividades paralelas. Em meio à mata e ervais, criavam-se animais soltos, os quais buscavam na natureza sua própria alimentação. Este modo de viver aos poucos foi demonstrando suas fragilidades, percebeu-se que a criação a solta poderia acarretar prejuízos nas áreas de lavouras. Neste contexto os imigrantes europeus começaram a perceber os benefícios de construir cercas coletivas. Ciente dos benefícios desta prática impulsionou-se a criação e multiplicação de criadouros comuns por toda a região das Matas Mistas, visto que este sistema demonstrou ter bases sólidas, as quais

¹⁰ Erva mate (*Ilex Paraguayensis*): Espécie típica existente em meio à Mata com Araucária existente no Estado do Paraná.

garantiam a harmonia da comunidade, bem como benefícios econômicos que atingiam a todos os envolvidos no sistema. Fazendeiros, agregados, imigrantes, colonos, cada qual participava de forma significativa na organização do Sistema Faxinal (CHANG, 1988b, p. 40).

O trabalho nos ervais não era fácil, a falta de técnicas e instrumentos dificultava o trabalho. Na época de colheita do mate, muitos colhedores acabavam deslocando-se com praticamente toda a família para os ervais. Estes, devido ao tempo de permanência em meio à mata, levavam consigo objetos e alimentos necessários à subsistência diária. Devido à distância dos ervais e ao tempo do deslocamento, muitas pessoas montavam acampamentos em meio à mata, nos quais permaneciam por todo o período de poda. Havia também uma divisão clara de serviços em meio aos ervais, sendo que os homens ficavam com os serviços mais pesados e as mulheres e crianças com serviços mais leves (CHANG, 1988b, p. 54).

Antigamente, todo o processo, desde a colheita até o beneficiamento da erva-mate, ocorria dentro dos limites do próprio Faxinal. Hoje em dia as indústrias compram as folhas e todo o restante do processo passa a ocorrer no interior das indústrias vinculadas a este ramo de atividade.

Em meio a ervais nativos e a Matas Mistas com Araucárias, as criações de porcos também fazem parte da dinâmica do Sistema Faxinal. As criações de suínos estavam presentes na dinâmica econômica das grandes fazendas e após a decadência da criação do gado graúdo¹¹ (muare) das tropas que seguiam do Rio Grande do Sul a Sorocaba, passa-se a investir na criação de porcos. O baixo custo de manutenção e a produção natural de alimentos no ambiente favoreciam as criações de suínos, as quais serviam de sustento alimentar e fonte de geração de renda para muitas famílias residentes nos Faxinais. Os porcos eram criados soltos, uma espécie de suinocultura extensiva. Soltos em meio à floresta com Araucária, estes animais percorriam a área do criadouro comum, buscando no meio natural e farto sua própria alimentação, sistema este conhecido por “porco alçado” (CHANG, 1988b, p. 61).

¹¹ As atividades criatórias e do Tropeiro de muare começam a perder importância a partir do momento em que as minas de ouro paralisam suas atividades extrativas no início do século XX, visto que estes animais eram usados para o transporte de cargas nas minas. (CHANG, 1988b, p. 29).

No início do século XX, na região dos Campos Gerais intensificou-se a criação de porcos; atividade pecuária que deu grande impulso a economia local. Surgiu, assim, à figura do Safrista, pessoa responsável pelo transporte a pé da tropa de suínos até os centros de comercialização. Quando a produção não se limitava ao consumo interno da unidade, os animais eram repassados a um safrista, o qual em regime de confinamento terminava o processo de engorda dos animais e depois seguia com sua tropa até os grandes centros para comercializá-la. (CHANG, 1988b, p. 62).

Wachowicz (2000, p. 182) aponta que se destacaram na criação de suínos as colônias de imigrantes europeus e os caboclos que aproveitavam a entressafra do mate para dedicar-se a este tipo de atividade.

A criação de porcos no meio natural, buscando na natureza sua própria alimentação, faz com que estes animais se criem de forma mais saudável, proporcionando um melhor paladar. Também a exploração da erva-mate sombreada, nos ervais nativos, faz com que este produto tenha seu reconhecido valor na hora de saborear um bom chimarrão. Características como estas estampam certa singularidade ao Sistema Faxinal, que com suas práticas ditas ultrapassadas, ganham destaque no mundo pós-moderno (LÖWEN SAHR, 2007, p.218).

Diante deste contexto, o Sistema Faxinal ganha destaque e desempenha um papel fundamental perante os discursos de desenvolvimento sustentável e nas práticas referentes à qualidade de vida. Por outro lado, mantém-se o discurso de sua degradação e possível extinção. Aprofundaremos esta questão no próximo item.

2.2 RUPTURA DO SISTEMA E DESAGREGAÇÃO DE COMUNIDADES

Não tendo data precisa e nem o principal agente desagregador, as estruturas dos faxinais começam a romper a partir do momento em que forças capitalistas adentram as terras desta organização camponesa. Estas forças relacionam-se, entre outras, a modernização das atividades e a exploração de mão de obra barata. Muitas vezes, em função de um rendimento mínimo, exploram e degradam o modo simples de viver destas comunidades.

Atualmente existem três tipos de situações com relação às comunidades de Faxinais: as que permaneceram com o Sistema Faxinal, as que mantiveram apenas com a paisagem de “Mata de Araucária”, e as que não resistiram. Estas situações podem ser observadas na figura abaixo (Figura 2). Constata-se que o número de Faxinais vem diminuindo gradativamente com o passar dos anos, pois a modernização desenfreada da agricultura acaba atingindo a todos em diferentes graus.

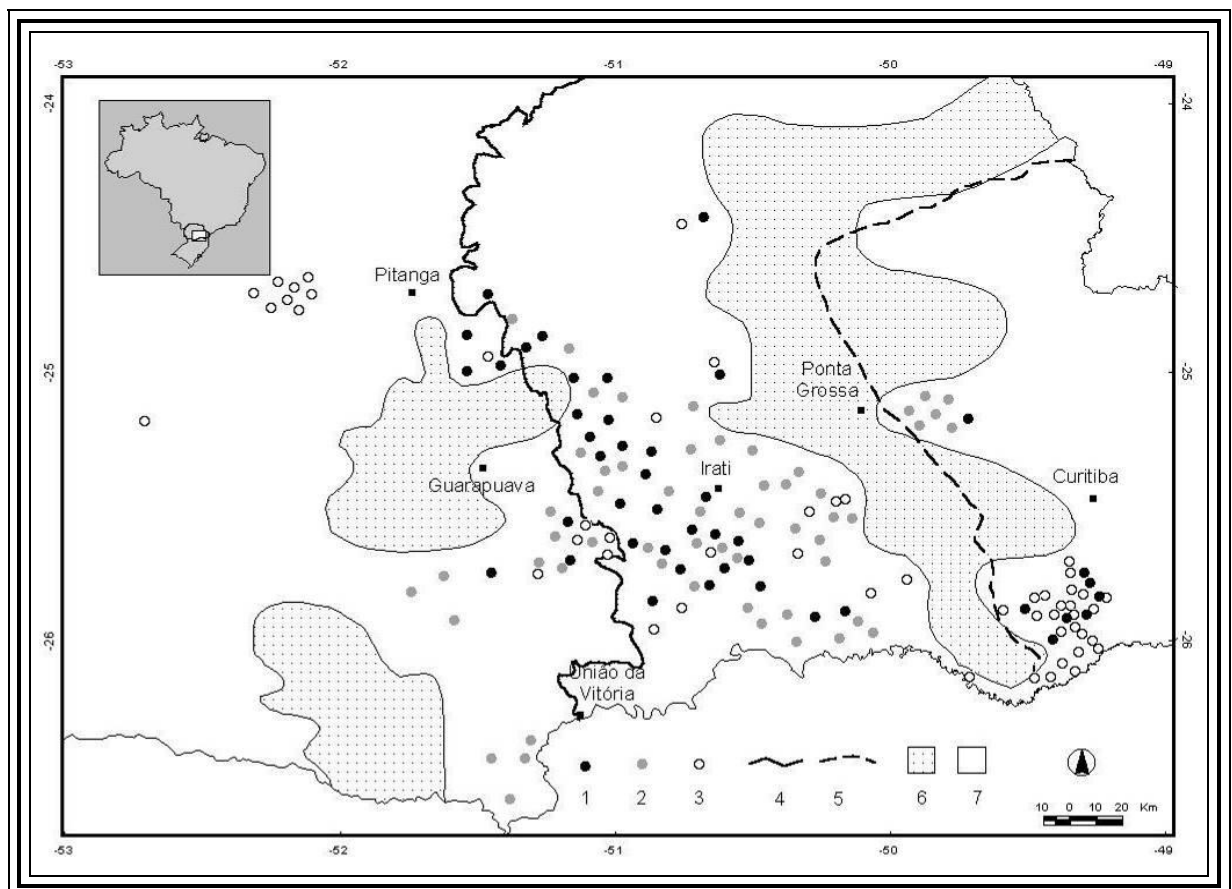


FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS FAXINAIS NO PARANÁ – SITUAÇÃO ATUAL

1 – Faxinais Remanescentes; 2 – Faxinais Desativados; 3 – Faxinais Extintos;
4 – Escarpa da Serra Geral; 5 – Escarpa Devoniana; 6 – Campos; 7 – Mata de Araucária.

Fonte: LÖWEN SAHR e CUNHA (2005, p. 96).

Os Faxinais mais antigos possuem mais de um século de existência. O auge desse sistema foi à atividade ervateira, que se desenvolveu nas regiões de Matas Mistas. Através desta atividade organizou-se a estrutura econômica do Sistema Faxinal, onde o excedente de produção era absorvido por um mercado em plena expansão. (CHANG, 1988b, p. 14-15).

Marques (2004, p. 190) ressalta que:

[...] os faxinais na sua totalidade, estão ou continuam em processo de desagregação, alguns de forma lenta, outros mais acelerados e outros totalmente desagregados [...]. Observou-se que esta situação tem se agravado a cada ano que se passa, apesar da legislação que ampara estes sistemas.

Assim, diversos fatores apontam para a ruptura do Sistema e das comunidades de Faxinais:

O tripé sobre o qual se apoiava a economia dos faxinais, qual seja: o mate, a policultura alimentar e a suinocultura, aos poucos sofreu uma alteração na importância econômica das atividades. As atividades de “subsistência” que desempenhavam um papel complementar passaram a ganhar maior importância relativa à atividade ervateira na geração de renda. (CHANG, 1988b, p. 65).

Alguns traços visíveis são apontados por Chang como marcas do início da desagregação dos faxinais:

- abandono da criação a solta, iniciando-se pela miúda e estendendo-se gradualmente a graúda;
- diminuição da área total dos criadouros, devido à saída (do condomínio) de alguns proprietários desinteressados em criar à solta; (CHANG, 1988b, p. 78).

Com o esgotamento dos recursos naturais, fica difícil manter os animais a solta, sendo que para àqueles que persistem na criação, só lhes resta o sistema de confinamento; aumentando de forma significativa os gastos com a alimentação e estrutura. As cercas antes feitas de pranchas de madeira nativa passam a ser substituídas por cercas de arame, também contribuindo para o aumento dos gastos.

A desagregação dos Faxinais é algo visível e também eminente em algumas regiões, visto que as transformações econômicas e tecnológicas não cessam. Cada vez mais elas estão acontecendo em um ritmo acelerado e imprevisível. Novos valores e atores sociais adentram a fronteiras das comunidades faxinalenses. A Figura 03 destaca os principais agentes desagregadores que têm contribuído para a desagregação destas comunidades.

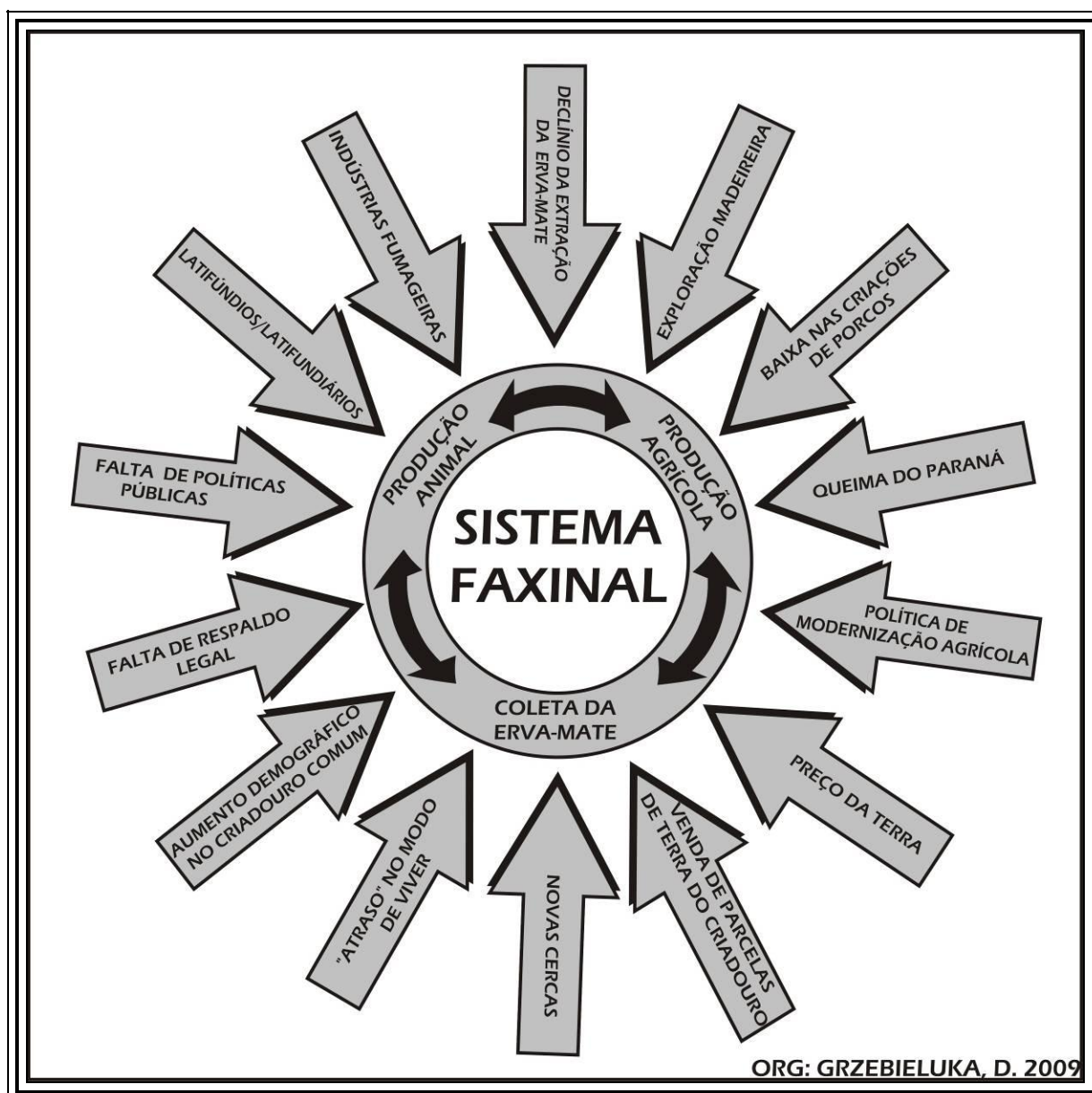


FIGURA 3 - AGENTES DESAGREGADORES DAS COMUNIDADES DE FAXINAL

Diversos agentes atuam no sentido da desagregação dos Faxinais, gerando alterações e implicações no modo de viver dos seus moradores. Alguns destes agem simultaneamente sobre o mesmo espaço. A seguir apresentamos uma síntese das discussões a respeito dos itens citados na Figura 3, a respeito dos agentes desagregadores das Comunidades de Faxinal.

A erva-mate consolidou a fase de surgimento dos faxinais; mantendo a economia destas comunidades por um longo período (CHANG, 1988a/b; NERONE, 2000 e BARRETO; LÖWEN SAHR, 2007). “[...] os camponeses denominados faxinalenses, passaram a habitar as florestas e a se dedicar a extração e ao beneficiamento primário da erva” (BARRETO; LÖWEN SAHR, 2007,

p. 74). “[...] o mate foi o principal fator de colonização e povoamento na região das matas mistas” (CAHNG, 1988b, p. 33) A erva-mate é uma espécie nativa encontrada em meio a Mata com Araucária. Neste sistema agroflorestal, ela encontra na Araucária uma grande aliada, pois a sombra projetada por estas majestosas árvores proporcionam um ambiente favorável ao desenvolvimento da espécie, tornando-a de melhor qualidade (BARRETO; LÖWEN SAHR 2007). Nos primórdios das comunidades faxinalenses todo procedimento de beneficiamento deste produto era feito dentro do próprio Faxinal. Os moradores, residentes dos Faxinais eram os responsáveis pela poda nas épocas de colheita da erva-mate; parte da mão-de-obra era complementada por agricultores que viviam ao redor das comunidades – os agregados. A partir de 1930, após a crise nas exportações da erva-mate, a situação que envolve todo o processo de beneficiamento passa a ser absorvido por pequenas indústrias ervateiras. “Atualmente os faxinalenses não praticam mais a extração da erva-mate como principal fonte de renda” (BARRETO; LÖWEN SAHR, 2007, p. 74).

Com o surgimento das indústrias ervateiras os processos que envolvem a produção de erva-mate passam por grandes modificações, desde a produção, a qual grande parte foi incorporada pela indústria e também no campo das relações sociais; antes famílias inteiras deslocavam-se para os ervais e muitas vezes se encontravam com membros de outras famílias, desenvolvendo relações de companheirismo e solidariedade durante o tempo em que permaneciam na mata. Pode-se dizer que esta atividade exercia “[...] um fator de coesão grupal.” (NERONE, 2000, p. 147). Ressalta-se também que as atividades ervateiras fizeram surgir diferenciadas camadas sociais na sociedade paranaense da época (NERONE, 2000, p. 148).

Com as crises no setor, novos atores surgem neste novo contexto; o trabalho dos faxinalenses resume-se no cuidado com os ervais; a poda fica a cargo das indústrias ou dos atravessadores com suas equipes (BARRETO; LÖWEN SAHR, 2007, p. 80). Nos dias atuais, são poucos os faxinalenses que ainda trabalham com a erva-mate cancheada dentro dos limites do Faxinal, todavia, a produção ocorre em baixíssima escala e os camponeses buscam novas alternativas agrícolas para sobrevivência.

Paralelamente a atividade ervateira, iniciou-se no século XIX, a exploração madeireira, sendo que esta ocorria de forma bastante precária, a qual também contribuiu significativamente para a destruição dos ervais nativos, visto que,

eles encontravam-se em meio às matas exploradas. Somente com o incremento das vendas e o desenvolvimento dos transportes é que houve uma melhora no setor madeireiro, intensificando a exploração (CHANG 1988b, p. 64-65). Assim, apenas no início do século XX consolidou-se a fase de exploração da madeira.

Pode considerar-se que o início da desagregação do sistema Faxinal em terras do Centro Sul do Paraná inicia-se por volta de 1930, coincidindo com um período de exploração madeireira de forma depredatória. A atividade madeireira acabou desta forma, por prejudicar por completo o ciclo de exploração do mate. As madeireiras acabavam com os ervais nativos da Mata com Araucária.

Algumas das serrarias que surgiram com a exploração madeireira se fixavam em comunidades faxinalenses, mas tão logo acabavam as árvores a serem exploradas, deslocavam-se deixando seu rastro de destruição. As famílias envolvidas no ramo da exploração madeireira deslocavam-se juntamente com as serrarias para os novos terrenos a serem explorados.

Segundo Souza:

A exploração madeireira, ao contrário do porco, a erva-mate e dos alimentos de subsistência, pouco contribuía para ocupação do solo, uma vez que as companhias madeireiras no início de sua atuação não adquiriam terras, e sim árvores, e quando o faziam, as revendiam logo após a extração da madeira. Enquanto a produção de alimentos fixava o homem a terra, a extração da madeira era itinerante (SOUZA, 2001, p. 61).

A exploração madeireira intensificou-se após a Primeira Guerra Mundial. As madeireiras do Paraná abasteciam o mercado interno e rapidamente conquistaram o mercado externo. A expansão do mercado madeireiro facilitou a instalação de inúmeras madeireiras que rapidamente espalharam-se pelo território paranaense, dirigindo-se para o interior do Paraná. Com o desenvolvimento dos transportes e estradas, esta atividade passa a acontecer de forma desenfreada atingindo vastas regiões de florestas de pinheiros nativos. As serrarias onde se estabeleciam, acabavam deixando uma população em péssimas condições de vida e terrenos extremamente devastados (WACHOWICZ, 2000, p. 210-211).

Souza (2001) em seus estudos sobre o Faxinal Saudade Santa Anita no Município de Turvo (PR) aponta três momentos diferentes da exploração madeireira que contribuíram de forma significativa na redução do criadouro comum:

Primeiro a compra pelas empresas de madeira em pé, cabendo a empresa a derrubada da árvore, estaleiramento e transporte. Posteriormente, as empresas arrendavam terras de proprietários dentro do criador comunitário para exploração da madeira; e por último compravam terras dentro do criador comunitário com objetivo de desenvolver, como principal atividade a exploração da madeira ali existente (SOUZA, 2001, p. 63).

A partir de 1960, outra modalidade de exploração madeireira surge: o reflorestamento¹², sendo que este muitas vezes invade as terras do criadouro comum modificando todo um sistema. “De todas as formas, ambas as fases contribuíram para a desestruturação do sistema faxinal, a primeira, esgotando as fontes naturais dos criadouros e, a segunda, avançando sobre o espaço dos criadouros” (CHANG, 1988b, p. 67). Nesta fase, a desestruturação atinge também a agricultura nas comunidades de Faxinais.

No início dos anos 1970, práticas de reflorestamento motivadas por “políticas de incentivos fiscais” (CHANG, 1988b, p. 86; SOUZA, 2001, p. 64), tomam conta de várias regiões no Estado do Paraná, com isso muitos faxinalenses passam também a fazer parte deste novo momento, que desestrutura não somente um modo de vida, mas também o equilíbrio natural. Para Chang (1988b, p. 88) as regiões que estavam com grandes parcelas do solo envolvidas nas práticas de reflorestamento acabaram contribuindo mais rapidamente para a desagregação dos Faxinais, destacando-se as regiões do Colonial Irati, Alto Ivaí e Médio Iguaçu. São Mateus do Sul destaca-se pelo baixo envolvimento com as práticas de reflorestamento e com a preservação de comunidades faxinalenses.

A economia brasileira, neste momento, começa a tomar novos rumos. No que se refere à agricultura, políticas públicas de apoio e incentivo a modernização do campo ganham espaço na agenda política nacional e no Sistema Faxinal. As atividades econômicas começam a passar por algumas alterações rompendo com as estruturas do sistema.

Além de todos os problemas gerados pela exploração madeireira, surge também na década de 1940 a “Peste Suína”, ocasionando a baixa nas criações de porcos nos faxinais. Esta peste segundo Souza (2001, p. 66) assolou a

¹² REFLORESTAMENTO: termo utilizado para a implantação de todo o tipo de floresta, porém em áreas onde nunca houve floresta não é correto utilizar este termo e sim florestamento. O reflorestamento ocorre em áreas onde já existiu cobertura florestal e que, por ação antrópica ou natural, acabaram perdendo suas características originais. Os objetivos do reflorestamento podem ser comerciais (produção madeireira) ou ambientais (recuperação de áreas degradadas).

maior parte dos Faxinais existentes no Município de Turvo (PR). Nesta época as criações de porco eram intensas, sendo elementos de destaque na economia local e na manutenção dos Faxinais. Estes animais serviam como fonte de alimento para os faxinalenses, fornecendo carne e banha e também como fonte de renda, obtida através da comercialização. Os faxinalenses usavam a própria banha do porco para conservar a carne; deixavam a carne em meio à banha guardada em latas; a banha servia também para frituras ou para se passar no pão (SCHUSTER, 2007, p.12). A banha dos porcos só foi substituída a partir da década de 1970, quando o Paraná passa a ser grande produtor de soja, substituindo a banha pelo chamado óleo de soja. Nesta época intensificam-se as lavouras deste produto em todo o Paraná (STECA; FLORES, 2005, p. 193). Os porcos nos Faxinais eram criados em total liberdade, buscando em meio à mata sua própria alimentação, este modo de manter as criações de porco é conhecida por “porco alçado”, sendo que a alimentação é completada com sal (CHANG, 1988b, p. 26-27). Com os problemas surgidos em decorrência da Peste Suína, muitos faxinalenses perderam rebanhos inteiros de porcos. A economia local acabou sendo abalada, a recuperação se deu lentamente após o surgimento da vacina, à medida que se curava o rebanho, novos investimentos eram feitos (SOUZA, 2001, p. 67).

Outros problemas também prejudicaram as criações de porcos nos Faxinais; os fracionamentos de terras nas áreas tradicionais reduziram gradativamente as criações a solta. O sistema de porco alçado vai aos poucos sendo substituído pelo sistema de confinamento, onde os animais são criados em pequenos espaços fechados aumentando significativamente os gastos com a produção. Com isso muitos camponeses acabam vendendo seus porcos para Safristas, os quais completam o processo de engorda dos animais em sistemas de confinamento ou soltos em roças de milho nas épocas certas. Os Safristas responsabilizavam-se também, pelo transporte dos animais para perto dos grandes centros de comercialização ou para frigoríficos (CHANG, 1988b, p. 62).

Com as mudanças ocorridas nas áreas dos Faxinais à produção de suínos, antes praticada de forma extensiva, passa para o modo de produção intensivo; “[...] ocorre à intensificação da produção animal, substituindo o sistema extensivo de criadouros comuns pelo sistema intensivo de confinamento” (CHANG, 1988b, p. 81).

Outro fato de destaque apontado por Souza (2001) em estudos realizados no Faxinal Saudade Santa Anita – Turvo (PR) no que se refere à desagregação dos Faxinais foi à questão da “Queima do Paraná”. Um incêndio de proporções gigantescas assolou por dias seguidos as terras paranaenses no ano de 1965. Este fogo acabou atingindo gravemente a região das Matas Mistas com Araucárias; região do estado onde se encontram localizada a maior parte dos Faxinais paranaenses.

Em relação a este fato, Souza (2001, p. 68) destaca que: “Soma-se as perdas, a criação animal, principalmente os porcos, casa, paióis e, sobretudo, as cercas do criador, peça fundamental na lógica de funcionamento do Faxinal.”

Percebem-se neste momento as fragilidades do sistema. Com a queima da madeira e também das cercas, o faxinalense desprovido de capital, não encontrou outra alternativa a não ser a redução na área do criadouro comum, “[...] levando as relações comunitárias de sociabilidade e os laços familiares, como mutirões, compadrios, camaradagem, vizinhança e, sobretudo, o projeto comum do criador para um segundo plano” (SOUZA, 2001, p. 70).

Uma das causas da desagregação dos Faxinais, apontadas por Cunha e Löwen Sahr (2005), foi a da modernização agrícola, através de políticas de fomento a agricultura instituída após 1964, que não contemplou os pequenos agricultores. Estas políticas estavam baseadas no incentivo e expansão de lavouras de soja, fazendo surgir no meio rural brasileiro uma nova camada no extrato social: os grandes proprietários.

Seguindo as políticas para o meio rural, temos a criação do Pró-Rural, projeto também centrado na expansão da referida modernização agrícola da época, atingindo somente os maiores proprietários. A situação do pequeno produtor rural, neste grupo que se encaixam os agricultores do Sistema Faxinal, só começou a mudar a partir de 1995, com a instituição do PRONAF¹³, política de incentivo ao pequeno produtor rural brasileiro (CUNHA; LÖWEN SAHR, 2005, p. 99).

Para Souza, as políticas de modernização agrícola favoreceram somente segmentos detentores de capital, uma parcela concentrada da elite campeira interessada em modernizar-se e expandir a produção (2001, p. 85).

¹³ PRONAF: Programa Nacional de Agricultura Familiar.

Esta mesma situação é apontada por Nerone (2000) como uma das causas da ruptura dos Faxinais:

[...] com as transformações no campo marcadas pela agricultura mecanizada, essas formas coletivas de se relacionar com a terra e com as pessoas desaparecem lentamente, delimitando outras fronteiras e promovendo a formação de outras identidades sociais. Assim, as práticas de ajuda mútua e os laços de reciprocidade foram profundamente afetados com a introdução dos valores da modernidade (NERONE, 2000, p. 129).

A falta de políticas que garantam o acesso a terra é um dos fatos que se apresentam como fator de desagregação dos faxinais (LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005, p. 96). Os agricultores não resistem às pressões por falta de incentivos e acabam vendendo suas terras a grandes fazendeiros, estes por sua vez, quando adquirem terras que invadem a área do criadouro, acabam desarticulando as estruturas tradicionais do Sistema Faxinal, sem falar na implementação de modernas técnicas agrícolas.

Para Cunha (2006), as políticas de modernização da agricultura no estado do Paraná, levaram em conta critérios homogeneizantes, esquecendo-se das particularidades de cada região, estes processos ocorreram em três momentos distintos:

Primeiro, na formulação e implementação do projeto de desenvolvimento paranaense na década de 1960. Segundo, nos rumos tomados pela política de modernização da agropecuária brasileira que foi praticada pelos sucessivos governos federais, desde a segunda metade da década de 1960 até o final dos anos 70. Por último, nos diagnósticos e nas propostas relacionadas aos programas de desenvolvimento rural implementados no Paraná (CUNHA, 2006, p. [...]).

O autor complementa, que no Paraná Tradicional, região onde estão inseridos os Faxinais,

[...] uma dualidade na qual a soja e a criação dominaram a área campestre, e a agricultura familiar, o domínio florestal, onde há pressões da soja, do fumo, dos reflorestamentos e diversos tipos de criação em integração com a indústria. O Sistema Faxinal é desse domínio e também sofre com a desagregação (CUNHA, 2006, p. [...]).

A modernização do campo a partir dos anos 1970, fez com que parte da mão-de-obra do campo fosse substituída por máquinas e implementos agrícolas, dispensando boa parte dos trabalhadores do campo. Souza (2001, p. 74) nos coloca que tal situação “Trata-se da superação de uma forma ‘tradicional’ de produção por

uma mais ‘moderna’, mais tecnicizada e racionalizada dentro da lógica de acumulação capitalista.” De acordo com Tavares (2008, p. 139), a desestruturação dos Faxinais ocorreu com o “[...] avanço da ‘Revolução Verde’ na agricultura paranaense”.

As políticas de modernização trouxeram consigo, portanto, os efeitos perversos de seus investimentos, visto que estes privilegiam os grandes proprietários, aqueles detentores de parcelas de capital ou de terras que deixam hipotecadas em prol dos empréstimos a eles oferecidos.

As altas e baixas no preço da terra são fatores determinantes no desenvolvimento agrícola. Nos últimos anos os pequenos produtores estão sendo prejudicados pelas políticas que regulam o preço da terra e os empréstimos para aquisição de novas parcelas do solo. Latifundiários, que detém o poder do capital acabam sendo favorecidos por estas políticas. O baixo preço da terra em algumas regiões do Paraná na década de 1970, especialmente no Centro-Sul, atraiu o interesse de compradores oriundos de outras regiões do Brasil, em especial do Rio Grande do Sul (CHANG, 1988b, p. 98). Estes gaúchos estavam acostumados com outra lógica de produção, onde prevalece a propriedade individual. Eles chegam à região em suas novas terras modificando todo um sistema, com o qual os faxinalenses já estavam acostumados. Quando a terra adquirida encontrava-se em meio ao Faxinal, novas cercas surgem apontando gradativamente para o fim do criadouro comum.

Observa-se, desta forma, que:

O fato é que a demanda por terra na região aumentou nos últimos 15 anos, o que foi estimulado por políticas agrícolas do Governo. Entraram na região, reflorestadores, especuladores, empresas agrícolas e colonos gaúchos. Independentemente de sua origem, estes novos agentes conferiram à terra um uso mais intensivo e um caráter mais mercantil (CHANG, 1988b, p. 99).

O elevado preço da terra limita a produção faxinalense, alterando esta dinâmica simplista das comunidades rurais. A produção em baixa escala cede lugar a grandes fazendas de produção, neste momento toda uma cultura é modificada.

Novas cercas e “fronteiras” adentram aos Faxinais com a “Queima do Paraná” provocando mudanças nas suas estruturas. Neste momento, em que já havia passado a fase de intensa exploração madeireira, as árvores nativas já

estavam escassas e não havia mais madeira ou lascas suficientes para a reconstrução das cercas. A madeira antes encontrada no meio natural passa agora a ser comprada. Este fato faz com que novas alternativas desponham na área do criadouro comum, sendo que para muitos agricultores restava-lhes como alternativa a diminuição da área do criadouro ou a substituição das lascas de madeira por arame, fato este que aumentava os gastos com a produção (CHANG, 1988b, p. 93).

Atualmente novas cercas adentram aos Faxinais. As cercas antes coletivas passam a ser construídas individualmente. Estas, que antes eram as cercas da harmonia coletiva, hoje são as cercas da desordem, dos conflitos internos.

Esse novo cercamento denuncia a história do grupo, que não é mais a mesma, mostra a fragilidade e a contradição do sistema, representa desafio e contestação, é, portanto, a expressão de choque cultural, tornando evidente o processo de transição entre o tradicional e o *moderno* (NERONE, 2000, p. 186).

Estas novas cercas que adentram as estruturas das comunidades de Faxinal demarcam propriedades individuais. Muitos agricultores não resistindo às pressões do sistema capitalista, acabam vendendo suas terras na área dos faxinais. Este fato faz com que agricultores alheios ao sistema, cheguem às localidades modificando a rotina dos criadouros comuns.

Propriedades são divididas e se rompem as bases do Sistema Faxinal:

Nessas circunstâncias em que se rompe o elo vital da forma coletiva de organizar a vida, suprimindo-se o espaço socializado, pelo cercamento da propriedade individual, nada mais resta ao faxinalense sem terra, a não ser migrar para a cidade. E assim, o êxodo rural alia-se a outro tipo de pobreza, a pobreza urbana, acrescida de um sério agravante: a perda de uma identidade social e cultural irrecuperável, que vai se constituir na marginalidade social (NERONE, 2000, p. 182).

Barreto (2008), em seus estudos sobre o Faxinal Marmeleiro de Cima, constatou a presença de cercas em meio a área do criadouro comum, para ele “Estas cercas aparecem como fator de contradição dentro do sistema, pois a fração cercada do criadouro acaba deixando de ser de uso comunal para se tornar de uso exclusivo de seu proprietário” (BARRETO, 2008, p. 37).

Muitas são as razões que levam a implantação de cercas em meio ao criadouro: arrendamento de terras, plantio individual, vendas de parcelas de terra,

etc. Tudo isto se resume, segundo Barreto (2008, p. 37), no avanço das “forças capitalistas no campo”.

Schuster, (2007, p. 16) ressalta que atualmente a dinâmica em meio à área do criadouro comum passa por modificações; as novas cercas servem também para separar áreas voltadas ao cultivo de novos produtos que adentram as fronteiras dos faxinais, entre estes novos produtos destacam-se o fumo e o reflorestamento.

Para muitos agricultores ambiciosos - que vivem nas comunidades adeptas ao Sistema Faxinal - e para àqueles oriundos de outras regiões, que adquirem parcelas de terra nestas comunidades, as cercas coletivas que demarcam a área do criadouro comum são consideradas atrasadas, fato que leva a ruptura nas bases deste modo de viver.

As formas de organização do Sistema Faxinal, sobretudo as criações a solta e o compartilhamento da terra, são consideradas, muitas vezes, como práticas “atrasadas”. Este “atraso” é tido também como um dos fatores que contribuem para a desagregação do Sistema Faxinal.

É evidente o argumento de que o criadouro comum é uma técnica rudimentar por si só não explica e nem justifica o abandono do sistema. Trata-se de uma defesa de interesses privados de um pequeno grupo, o qual não vê mais seus interesses respondidos no uso comum das terras do criadouro (CHANG, 1988b, p. 82).

Interesses contrários tentam agir nestas comunidades de forma que acabam gerando conflitos entre os membros da comunidade. Os conflitos internos e externos que marcam este modo de viver rompem com a simplicidade da organização do Sistema. (CUNHA; LÖWEN SAHR, 2005). As relações antes de camaradagem e compadrio tendem a ir perdendo suas razões em função dos conflitos contrários e, pouco a pouco, os Faxinais vão se transformando e adquirindo uma nova identidade cultural.

Atualmente os Faxinais podem ser compreendidos através da lógica de uma “dupla racionalidade”, onde elementos tradicionais e modernos convivem no mesmo espaço. Na concepção de Löwen Sahr (2008, p. 214)

Acredita-se que tais comunidades, mantêm fragmentos das tradições do seu passado de vários séculos, mas de outro, revelam adaptações flexíveis a processos externos e modernizadores. Pode apontar como elementos tradicionais às cercas, as áreas de cultivo, as criações a solta, a presença da floresta (Mata com Araucárias), as moradias construídas com madeira de

lei (Imbuia) e as carroças utilizadas como meio de transporte. De outro lado temos os elementos do “mundo moderno” destacando-se a presença de Igrejas (geralmente católica), da escola, do posto de saúde, de pequenos mercados e espaços de recreação como o campo de futebol.

Neste contexto, de “integração” entre elementos tradicionais e modernos, destaca-se que: “As diversas edificações, como expressões culturais e materiais, sinalizam, sobretudo, a presença de dois importantes processos de modernização: a integração à Igreja católica e a expansão das ações do poder público”. (LÖWEN SAHR, 2008, p. 220). Como uma forma de resistência e na busca pela sua permanência, os faxinalenses vêm aos poucos se adaptando e incorporando as características do mundo moderno, entretanto, mantendo suas tradições.

Outro fator de destaque em relação à desagregação deste sistema é um incremento demográfico, ou seja, o aumento no número de unidades familiares nos espaços tradicionais deste sistema. Este fato tem gerado um adensamento, ocasionando a escassez da terra e dificuldades na organização sócio-espacial dos Faxinais (MARQUES, 2004, p. 190). O aumento do número de famílias faz com que os espaços do criadouro comum tornem-se escassos, reduzindo as parcelas de terra e, muitas vezes, também as terras de plantar acabam sendo fracionadas, limitando as áreas para cultivo (CHANG, 1988b, p. 79 e SOUZA, 2001, p. 79).

Tavares (2008, p. 168) aponta que em alguns Faxinais 80% das famílias encontram-se sem áreas para plantar, sendo que o ideal para a sobrevivência seria de no mínimo 20 hectares/família.

Em relação à questão do êxodo, Barbosa (2007, p. 28) destaca que:

O fato é que se torna necessário uma rotatividade populacional no Faxinal, o que em outras palavras significa que não há espaço físico para todos os descendentes no território faxinalense, o que demanda um êxodo, não necessariamente para o meio urbano.

A questão do aumento demográfico gera problemas internos e externos aos faxinalenses. Este acontecimento acarreta mudanças nos hábitos culturais, além de desagregar todo o sistema pela divisão nas parcelas de terra, gera conflitos entre os moradores. Em relação a problemas externos, causados pelo aumento do número de integrantes nos faxinais, pode-se apontar como consequência o *êxodo rural forçado*, aumentando as periferias das cidades.

Barbosa aponta que:

A necessidade de haver um fluxo em direção a externalidade do Faxinal é iminente, pois se todos os descendentes permanecessem no território, ocorreria uma saturação populacional, faltaria espaço para abarcar a todos os indivíduos, as relações poderiam entrar em choque e o Sistema conseqüentemente sucumbiria. (BARBOSA, 2007, p. 73).

As alterações no modo de viver, da simplicidade da vida do campo para a complexidade da vida nos grandes centros, pode acarretar ao indivíduo uma mudança radical em sua personalidade, crises de identidade, a falta de apego com o local e etc.

Muitas comunidades faxinalenses foram estruturadas sem respaldo legal, tendo sido estruturadas apenas com base no direito “consuetudinário” português (NERONE, 2000, p. 199). Estas leis são fundamentadas na ética e no bom senso entre moradores, assim, os faxinalenses ficam a mercê de sua própria sorte. Este poder está relacionado ao poder da palavra dos integrantes mais velhos, sobretudo se pertencentes a famílias pioneiras das comunidades faxinalenses (BARBOSA, 2007, p. 27). A partir de 1980 estas leis começaram a demonstrar suas fragilidades, sendo insuficientes ou até mesmo ineficientes na solução dos novos problemas que adentram aos Faxinais.

Nerone destaca que:

Por não estarem assegurados por fundamentos jurídicos basilares, desprovidos de qualquer respaldo, essas comunidades apresentam grande fragilidade em relação a sobrevivência, visto que interesses cartorários, políticos e particulares articulam-se no sentido de coibir e neutralizar a organização interna dos moradores (NERONE, 2000, p. 204).

Souza (2001, p. 44) destaca que os acordos eram práticas comuns entre os proprietários de terras, os quais destinavam boa parcela de terra para a área do criadouro comum, bem como implementavam leis que regiam o uso desta área.

A falta de respaldo legal, ou seja, de leis formais referentes à estruturação dos Faxinais, é um dos elementos apontados por Marques como agente desagregador do sistema:

O fato de alguns faxinais (ex: Mansani, Papanduva de Baixo, etc.) não terem nenhum registro como ‘faxinal’, torna-os mais vulneráveis ainda à desagregação, diante das pressões e ameaças externas, como no caso dos compradores de terras (principalmente grandes proprietários) para fazerem lavouras anuais, de forma convencional (MARQUES, 2004, p. 187).

Muitos Faxinais foram estruturados com base em acordos firmados apenas nas palavras de seus moradores. Atualmente esta situação é extremamente favorável para aqueles contrários a permanência do Sistema Faxinal nas comunidades. Também se destaca o fato de que muitos faxinalenses desconhecem as leis que favorecem a permanência das áreas de uso comum no território onde vivem.

As áreas agricultáveis no país crescem a cada ano, diminuindo as áreas de pastagem natural. Os grandes latifúndios despontam neste cenário como sendo constantes ameaças para a manutenção dos Faxinais. A crescente incorporação de parcelas de terras pertencentes ao criadouro comum, a áreas de grandes fazendas, tem contribuído significativamente para o desaparecimento dos criadouros comuns. (CHANG, 1988b, p. 90).

Barbosa ressalta que:

Ainda que haja certa resistência, o avanço dos latifúndios configura uma ameaça para o Sistema, não obstante, além de concentrarem grandes extensões de terra, os latifundiários têm um poder regulador econômico bastante forte, sobretudo aqueles que cultivam víveres como feijão e milho. Este fato leva o pequeno produtor de certa forma a uma defasagem na colocação de seu produto no mercado, visto que a proporção de produção está diretamente relacionada a seus custos e ao lucro obtido com a comercialização (BARBOSA, 2007, p. 28).

Destaca-se também o preço da produção e da venda dos produtos. O pequeno produtor sempre sai prejudicado nesta relação desigual existente no meio rural. As negociações, a produção em pequena escala, tudo isso requer cuidados, sendo que os custos acabam aumentando e conseqüentemente causando a queda nos lucros.

Nos últimos anos indústrias fumageiras, tomaram conta de diversas comunidades rurais paranaenses, modificando a dinâmica agrícola de algumas regiões. Lemes (2005) nos coloca que o principal motivo de desarticulação ou desagregação do Faxinal dos Lemes, localizado no Município de Ipiranga (PR), foi a introdução do cultivo do fumo. Com o tempo as lavouras deste produto invadiram a área das “*terras de plantar*”, bem como as estufas para armazenagem e/ou secagem adentraram a área do “*criadouro comum*”, transformando todo um modo de viver. “Assiste-se à passagem de um modo de produção autônomo e coletivo para um subordinado e individualizado.” (p. 02).

Marques, em seu relatório sobre a situação dos Faxinais no Estado do Paraná, aponta que as atividades fumageiras tomam conta da maioria das comunidades faxinalenses:

A lavoura de 'fumo' predomina, como principal cultura anual e principal fonte de renda, em diversos faxinais (ex.: Rio do Couro, Cachoeira do Palmital, Papanduva de Baixo, Tijuco Preto, etc.). Isso demonstra, por um lado, a falta de opções de alternativas de explorações que gerem melhor retorno financeiro aos agricultores familiares e, por outro lado, a dependência atual destes agricultores à praticamente uma única fonte de renda (MARQUES, 2004, p. 187).

Barreto (2008, p. 40-41) coloca que a integração entre a produção familiar com as indústrias fumageiras tem gerado a desarticulação do sistema. Também destaca que as relações sociais ficam afetadas em decorrência dos esforços que a produção requer. O fumo exige muitos cuidados, tempo disponível e também a participação e comprometimento dos membros da família, independente da idade, desde o plantio até o momento da entrega do produto para a agroindústria. Mudanças de hábitos que envolvem o cotidiano da vida familiar em função da produção são necessárias.

As “facilidades” oferecidas pelas empresas fumageiras são grandes atrativos para os agricultores que necessitam de novas estratégias de sobrevivência. Destaca-se, todavia, o quanto esta atividade é prejudicial à saúde (BARBOSA, 2007, p. 44 e LÖWEN SAHR, 2008, p. 222).

Em relação a este fato, Barbosa (2007, p. 44) nos explica que:

A introdução da fumicultura no Taquari dos Ribeiros ocorreu principalmente pelo fato desta atividade se mostrar mais atraente do ponto de vista econômico do que as formas de produção agrícola alimentar tradicionais. O cultivo do fumo demanda uma porção relativamente pequena de terra para o cultivo. Os contratos com as empresas fumageiras asseguram ao produtor a certeza da venda de sua produção. Entretanto, a atividade demanda muito mais tempo de trabalho e depende de mais mão-de-obra do que as atividades tradicionais, além de manter o produtor ligado às empresas fumageiras por muito tempo, devido aos altos valores do financiamento da produção e das instalações necessárias a produção do fumo.

Löwen Sahr (2007, p. 215) destaca que a lógica da produção do fumo ameaça a manutenção dos Faxinais. A lógica da produção deste produto requer uma dinâmica que modifica todos os padrões culturais que se fazem presentes nas comunidades faxinalenses. A dinâmica do tempo passa de um tempo

lento para um tempo acelerado, onde as relações sociais ficam prejudicadas em meio a este novo contexto sócio-cultural.

O surgimento de uma nova sociedade campeira na região das Matas Mistas com Araucárias originou, assim, um processo de intervenção humana e transformação da paisagem, devastando a floresta para a formação de lavouras e uso intenso do solo, desagregando um modo simples de viver como o dos faxinalenses.

As políticas adotadas no Estado do Paraná proporcionaram a modernização da agricultura, bem como o avanço do capitalismo sobre as áreas agricultáveis. Pouco a pouco, percebem-se as mudanças nos Faxinais, novas cercas adentram, ou melhor, barreiras adentram as comunidades faxinalenses, tornado-se inevitável o conflito entre elementos tradicionais e modernos. A simplicidade das comunidades faxinalenses incorpora novos elementos, que caracterizam o camponês entro de outra lógica de mercado. “Independente de sua origem, estes ‘novos agentes’ conferiram à terra um uso mais intensivo e um caráter mais mercantil” (SOUZA, 2001, p. 78).

Essas comunidades enfrentam pressões da comunidade externa, ou seja, dos grandes poderios econômicos que trazem em suas ações apenas o aspecto lucrativo da terra. Os processos de desagregação dos Faxinais continuam ocorrendo de forma gradual e contínua, desestabilizando todo um sistema. Dada a constante ameaça à sobrevivência dessa forma de uso da terra, torna-se imprescindível centrar esforços para delinear diretrizes para sua preservação e revitalização. A seguir apresentam-se algumas reflexões que discutem o futuro das comunidades faxinalenses.

2.3 REFLEXÕES SOBRE O FUTURO DESTAS COMUNIDADES

Os Faxinais garantiram “[...] por mais de meio século, a sustentabilidade sócio-ambiental da produção familiar com o ambiente florestal, permitindo uma relativa autonomia aos agricultores camponeses.” (SOUZA, 2001, p. 03). Acredita-se que apesar das pressões capitalistas, muitos faxinalenses têm conseguido manter-se afastado das modernas técnicas que invadem o campo.

Destaca-se que “[...] os faxinais merecem mais atenção, pois representam uma forma bastante antiga de uso da terra (se não a mais antiga) do Brasil Colonial” (LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005, p. 90). A desarticulação dos Faxinais tem implicações econômicas, sociais, ambientais, políticas e culturais para seus moradores, que passam a deixar de ter a relação que antes tinham com a terra, e que referenciava também a sua concepção de mundo. Löwen Sahr e legelski (2003), afirmam isto após verificar a intensa desagregação dos Faxinais localizados no distrito de Itaiacoca, no município de Ponta Grossa.

Quando as forças capitalistas, ou seja, as explorações da terra e dos trabalhadores adentram as fronteiras do Faxinal, as estruturas deste sistema começam a sofrer algumas transformações. Para Barreto e Löwen Sahr:

[...] o capital se expande de duas formas nas terras dos Faxinais: uma forma territorializada, quando as fazendas vizinhas incorporam as terras pertencentes aos criadouros comunitários e acabam destinando-as à monocultura; e outra quando o capital não se territorializa, mas monopoliza o território alheio através da extração da renda da terra e da sujeição da força de trabalho camponesa (BARRETO; LÖWEN SAHR, 2007, p. 76).

A desagregação dos Faxinais traz consigo, entretanto, conseqüências que abrangem todo o sistema socioeconômico; o qual acaba por necessitar de políticas públicas para sua (re)organização e que atenda o interesse das classes envolvidas (LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005, p. 97). No Paraná algumas ações já estão sendo visualizadas no campo das políticas públicas, como por exemplo, o Decreto Estadual nº 3.446/1997, que reconhece o Sistema Faxinal como uma forma de organização camponesa. De acordo com este Decreto temos que:

Art. 1º - Ficam criadas no Estado do Paraná, as Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR, abrangendo porções territoriais do Estado caracterizadas pela existência do modo de produção denominado "Sistema Faxinal", com o objetivo de criar condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes e a manutenção do seu patrimônio cultural, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, incluindo a proteção da "araucária angustifolia" (pinheiro-do-paraná).

§ 1º - Entende-se por Sistema Faxinal: o sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e a conservação ambiental. Fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola - policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto - manejo de ervamate, araucária e outras espécies nativas.

§ 2º - A ARESUR, na perspectiva do desenvolvimento do Sistema faxinal, observará as disposições legais aplicáveis às Áreas de Proteção Ambiental – APAs, no que couber.

§ 3º - O Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos definirá, através de ato administrativo apropriado, as ARESUR, caso a caso, por faxinal, contendo no mínimo: denominação, superfície e limites geográficos, diretrizes para conservação ambiental e instrumentos de apoio como: diagnóstico, justificativa, mapa e memorial descritivo.

Art. 2º - Só poderão ser registrados no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC, os faxinais que atenderem ao conceito contido no parágrafo 1º do artigo 1º.

§ 1º - Os faxinais registrados no CEUC deverão ser anualmente avaliados e receberão tratamento diferenciado, levando em conta, dentre outras variáveis como: densidade populacional, qualidade de vida das populações residentes, organização e participação comunitária e nível de comprometimento e empenho dos municípios para o desenvolvimento social e econômico dos mesmos.

§ 2º - Somente poderão ser consideradas para efeito dos benefícios previstos na Lei Complementar Estadual nº 59, de 01 de outubro de 1991 e demais normas pertinentes, as áreas de criadouros comunitários dos faxinais registrados no CEUC, diferenciados por estágios de desenvolvimento.

§ 3º - Tanto a criação, quanto o benefício financeiro passível de ser creditado, de acordo com o previsto na lei Complementar nº 59, de 01 de outubro de 1991, poderão ser feitos a partir de manifestação de interesse do município, devendo para tal além da solicitação, apresentar proposta negociada com as comunidades, das ações a serem desenvolvidas, a partir, dentre outras, das variáveis a serem avaliadas anualmente, conforme previsão contida no § 1º, deste artigo.

Art. 3º - As Secretarias de Estado da Agricultura e do Abastecimento e da Cultura desenvolverão programas e projetos específicos visando atingir os objetivos previstos no artigo 1º do presente Decreto.

Art. 4º - O presente decreto será regulamentado no que for necessário ao seu perfeito cumprimento.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (PARANÁ, DECRETO: 3.446 de 14 de agosto de 1997).

Ao analisar o Decreto acima citado, percebe-se a preocupação com a manutenção e preservação dos Faxinais no Estado do Paraná, pois se reconhece a importância destas comunidades enquanto fonte de preservação dos remanescentes de Florestas com Araucárias dentro do Estado. Também, através deste Decreto percebe-se que a população residente nos Faxinais, os quais possuem todos os seus componentes ativos, está sendo beneficiada com incentivos governamentais, fato que impulsiona os camponeses adeptos deste sistema a continuar vivendo nas comunidades faxinalenses. A manutenção dos Faxinais é extremamente importante para as futuras gerações do ponto de vista histórico, social e ambiental, tendo em vista que ainda existem Faxinais que mantêm características tradicionais no Centro-Sul do Paraná. Existe a necessidade de medidas públicas urgentes quanto à conservação desses espaços, em virtude da pressão econômica

exercida pelo sistema capitalista de exploração que vem colocando em risco o futuro desses ambientes e sua forma de organização. (CHANG, 1988; SOUZA, 2001; MARQUES, 2004 e LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005).

Para Marques (2004, p. 191):

Mudanças são necessárias dentro dos faxinais, pois é imprescindível se buscar propostas mais sustentáveis, principalmente na área econômica (de geração de renda), social e ambiental. E, apesar dos diversos problemas que estão ocorrendo nos faxinais, com as famílias residentes e/ou com o sistema, ainda existem possibilidades concretas de se implementar alternativas sustentáveis, como a agroecologia, visando à manutenção dos mesmos; dependendo, às vezes, só de pequenos apoios estruturais e estratégicos.

Considerando o valor social, econômico, cultural e ecológico que as comunidades tradicionais preservam, iniciativas tornam-se necessárias para a manutenção das comunidades tradicionais. Löwen Sahr e Cunha (2005), bem como, Löwen Sahr (2007), consideram os Faxinais como uma das mais importantes via de desenvolvimento sustentável e de preservação da Mata com Araucária:

Com a crescente ameaça à Mata com Araucária através do aumento das áreas da agricultura moderna, acredita-se que os Faxinais, por apresentarem características da formação natural desta vegetação. Podem contribuir para a proteção e preservação desta. Por esse motivo, o Sistema Faxinal pode ser visto como uma forma de uso mais sustentável, que preserva a Mata do Pinheiro do Paraná sem renunciar totalmente ao uso deste ecossistema. (LÖWEN SAHR; CUNHA, 2005, p. 101-102).

Os Faxinais podem ser considerados como sendo o sistema agrícola que tem sua base na sustentabilidade ambiental e que “[...] alguns ainda mantêm essa função – como diques de contenção ao avanço da degradação ambiental sobre a floresta de araucária.” (SOUZA, 2001, p. 36). A diversificação das atividades produtivas ajuda na conservação do solo e na proteção da vegetação, permitindo assim retorno econômico aos faxinalenses bem como a manutenção do ecossistema.

Nerone argumenta que:

[...] a conservação do ecossistema Araucária, o asseguramento das áreas com vegetação natural, a proteção do solo contra a erosão, o regulamento do equilíbrio hídrico e climático podem ser computados entre as contribuições ecológicas do Sistema Faxinal, além da manutenção da flora e fauna regional (NERONE, 2000, p. 87).

As políticas para o desenvolvimento rural nada trazem de novo, a não ser o camuflado discurso de desenvolvimento sustentável. Mas, o desenvolvimento do meio rural continua de forma avassaladora, com políticas que sustentam o incremento tecnológico do campo, deixando para trás pequenos agricultores e camponeses arrasados, vítimas de políticas que beneficiam os grandes produtores (SOUZA, 2001, p. 37-38).

Para Marques:

[...] se não existem 'políticas públicas' eficientes, duradouras e adaptadas à realidade das famílias, com alternativas concretas de sustentabilidade econômica e socioambiental, a médio e longo prazos, não adiantarão muito outras ações, pois os faxinais continuarão enfrentando os mesmos problemas e continuarão se desagregando. (MARQUES, 2004, p. 191).

Ferreira (2008, p. 106) complementa, apontando que:

Para manutenção dos faxinais que restaram no Paraná precisa-se pensar com os faxinalenses, em formas de criar uma proteção legal para a totalidade do sistema e alternativas de uso sustentável dos recursos naturais. A produção orgânica de carne de porco, cabra, boi, frango, carneiro e de produtos agrícolas; a apicultura; o leite e derivados; as compotas, geléias e conservas; as hortaliças, etc.; o plantio de araucárias; o manejo de erva-mate e plantas medicinais; bem como o turismo comunitário, podem ser atividades complementares para se chegar ao propósito intentado.

Para que isto ocorra, Löwen Sahr (2007, p. 17) salienta que: “[...] o sistema da agricultura precisa ser entendido não apenas como um sistema de produção, mas também como uma forma de expressão sociocultural.”

Nos últimos anos as discussões a respeito do futuro dos Faxinais paranaenses intensificaram-se devido à relativa importância que estas comunidades exercem em relação à preservação ambiental e de seus valores sociais e culturais. Em meio às grandes transformações tecnológicas que nossa sociedade presencia, conseguem manter-se preservando elementos tradicionais presentes no seu modo de viver. Estas comunidades sofrem com as constantes ameaças desagregadoras do sistema. A desagregação dos Faxinais provoca mudanças em toda a dinâmica sócio-espacial das comunidades; este assunto será abordado no próximo capítulo tendo por base o estudo sobre as comunidades rurais do Município de Tibagi (PR).

CAPÍTULO 3

AS COMUNIDADES FAXINALENSES NA ESTRUTURA AGRÁRIA DUAL DO MUNICÍPIO DE TIBAGI

O presente capítulo inicia-se com uma análise contextual dos fatos que deram origem a atual ocupação das terras do município de Tibagi (PR). Segue apontando as situações que permitiram a formação de uma estrutura agrária dual nestas terras: de um lado, grandes latifúndios e de outro, pequenas comunidades rurais. A partir de então, passa-se a discussão específica das comunidades rurais deste município, que em sua gênese, estruturavam-se como Faxinais. Faz-se um levantamento histórico destas comunidades, desde a sua formação até a desagregação do Sistema Faxinal, analisando a dinâmica sócio-espacial destas. Fecha-se o capítulo com reflexões sobre a cultura faxinalense presente na memória dos antigos moradores e com a análise das permanências de elementos tradicionais, bem como da presença de elementos modernos nestas comunidades. Para tanto, se recorreu à revisão bibliográfica regional e trabalho de campo com aplicação de questionário semi-estruturado.

3.1 O CONTEXTO RURAL DO MUNICÍPIO DE TIBAGI: UMA ANÁLISE HISTÓRICA¹⁴

As terras, de relevo acidentado, que formaram o atual município de Tibagi eram recobertas por Campos e Floresta com Araucária. Estas terras foram desbravadas por pioneiros que se aventuravam nos sertões inóspitos do nosso Brasil. Estes aventureiros tinham um propósito em comum: descobrir as riquezas do interior brasileiro. Desde os primórdios havia a notícia de que no leito do rio Tibagi encontrava-se ouro e diamante.

¹⁴ Este texto faz parte do artigo “COMUNIDADES DE FAXINAL E SUAS DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS: DA FORMAÇÃO À DESAGREGAÇÃO DE UMA TRADIÇÃO NO MUNICÍPIO DE TIBAGI (PR) – UM ESTUDO SOBRE O FAXINAL DOS EMPOÇADOS”, publicado na Revista Geografar, ISSN: 1981-089X, no v. 04 n. 01, ano de 2009 de autoria do Mestrando Douglas Grzebieluka e da Prof^a Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr. Disponível em: www.ser.ufpr.br/geografar.

A região que formou o Município de Tibagi, “teve o seu solo cortado, em todos os sentidos, por um mundo de aventureiros e expedicionários” (MERCER; MERCER 1977, p. 27), destacando-se: Aleixo Garcia, José Sedenho, D. Alvar Nunes Cabeça de Vaca, Ulderico Schmidl, Fernão Dias e os jesuítas. Estes exerceram sua função por duas décadas em terras tibagianas (MOTA, 1996).

Os jesuítas espanhóis, na tentativa da conquista de novos territórios, foram estabelecendo suas reduções ao longo da porção leste do rio Paraná. Neste contexto ao desbravarem as terras ao longo do rio Tibagi, na altura dos Campos Gerais, estabelecem a Redução de São Miguel, sobre a coordenação dos padres de Loyola. Nesta redução reuniram índios Guaranis, Caíuas ou Cainguas e Arés, para os quais ministravam seus ensinamentos cristãos (MERCER; MERCER, 1977, p. 11-13).

Tibagi teve na sua gênese formadora uma fase de ocupação por índios Tupi-Guarani e também Kaingangos, os quais permaneceram com o domínio deste território até o ano de 1632, defendendo suas terras contra o invasor (MERCER; MERCER, 1977). Estes atribuíram o nome do rio Tibagi, que posteriormente foi incorporado à denominação do município. Tibagi vem do Tupi-Guarani e na sua etimologia Tibagi significa “TIBA” = muito e “GY” = água, ou seja, “Terra de muitas águas”. O município está localizado às margens do Rio Tibagi, no segundo Planalto Paranaense, sendo o segundo maior município em extensão territorial do Estado do Paraná. Com a descoberta de ouro e diamante no leito deste rio, Tibagi passa a ficar conhecido desde 1754, como o “*Eldorado Paranaense*” (p. 22).

Expedições e bandeiras, no início do século XVIII, estabeleceram-se ao longo deste rio em busca de ouro, diamante e também escravos. A partir de então, foram arrasadas as reduções jesuíticas instaladas no vale do Tibagi. Várias foram às batalhas até que os índios se rendessem aos ataques do invasor. Índios e jesuítas, das reduções de São José e São Francisco, que resistiram aos ataques dos Bandeirantes, adentraram as matas do sertão tibagiano buscando novos refúgios e estabelecendo-se na região das matas intocadas (MOTA, 1997, p.192-193).

Segundo Wachowicz:

Por volta de 1760, a expansão desta sociedade campeira chegava à região do Tibagi. Ali as vanguardas encontraram resistência dos índios caingangues – ou coroados, como os chamavam os antigos. Desde então os fazendeiros de Castro, Itapeva e Apiaí (estes últimos de São Paulo), começam a fazer expedições punitivas aos *bugres*. Matavam-nos em grande quantidade ou os escravizavam para a venda ou para seu serviço (WACHOWICZ, 2002, p. 83).

Os mineiros, vindos de várias partes do Brasil, especialmente do estado de São Paulo, foram estabelecendo-se na margem esquerda do Tibagi. Dá-se, então, início neste momento a fase da mineração. Começa a implantação de sesmarias em terras tibagianas, com a finalidade de “lavrá-las e semeá-las a fim de assegurarem seu domínio” (RITTER, 1980, p.12). Na região dos Campos Gerais, a maioria das fazendas foi obtida através da doação de sesmarias, nas quais se desenvolviam atividades pecuárias (p.144). Segundo Mercer e Mercer (1977), Ritter (1980), Eidam (1998) e Lopes (2002), muitos paulistas passaram a ser dono destas concessões em terras do sertão tibagiano, o qual estava dividido em 20 (vinte) sesmarias.

Wachowicz aponta desta forma, que:

Eram, portanto, os Campos Gerais, em meados do século XVIII, uma frente de ocupação e exploração por onde passava o caminho das tropas São Paulo – Rio Grande. Aos poucos, as sesmarias começam a se expandir em direção ao oeste e norte. Ocupam-se os campos de Piraí, Jaguariaíva e Tibagi (WACHOWICZ, 2002, p. 82).

Como forma de completar a renda da mineração, passou-se ao desenvolvimento de atividades criatórias: “Aqueles que se dedicavam à mineração fundavam arraiais e estabeleciam pequenos sítios para criação e invernagem do gado” (EIDAM, 1998, p. 29). No início do século XX, a região apresentava uma série de caminhos que ligavam as áreas criadoras de muares as feiras de Sorocaba e São Paulo, onde estes eram comercializados. Tibagi, apesar de não fazer parte especificadamente do caminho das tropas, muitas vezes servia de pouso para as mesmas. Assim, a atividade pastoril influenciou decisivamente na concentração da população em certos locais próximos a estradas por onde passavam as tropas.

Neste contexto, as terras do Município de Tibagi começam a ter destaque no início do século XX. Tinha-se também na região um movimento expansionista, favorecido pela passagem das tropas de porcos. Nesta época, as localidades rurais apresentam características peculiares ao “Sistema Faxinal”, como

a criação de suínos soltos ao redor das casas, alimentando-se do que a natureza lhes oferecia e também de milho para atingirem o peso desejado. (EIDAM, 1998).

Balhana aponta que:

O último movimento de expansão das populações dos Campos Gerais foi feita na direção de Tibagi [...] Tibagi foi a partir da segunda década deste século, etapa principal de uma pequena região pioneira [...] Tibagi tinha então, as maiores vendas dos Campos Gerais paranaenses, depois de Ponta Grossa. Ela exercia função de centro de mineração e de lugar e baldeação nos transportes. De Ponta Grossa a Tibagi, podia-se viajar de automóvel; de lá para Ortigueira, ia-se de carroça, e daí em diante, para o Sertão; partiam de Tibagi tropas que chegavam até o Faxinal, Faxinal este chamado de São Sebastião [...] A frente pioneira era formada pelos 'safristas' (criadores de porcos) (BALHANA, 1969, p. 49).

Não tendo data precisa em relação ao início de sua exploração, sabe-se que se desenvolveu na região intensa atividade extrativa de mate, atividade que permanece até os dias atuais, porém, em menor escala. Mercer e Mercer (1977, p. 28) nos dizem que: “A erva-mate matou o nosso progresso e a madeira andou de parceira [...] ficamos a podar erveiras nativas e derrubar pinheiros que não plantamos [...]”.

O município teve uma fase intensa de exploração madeireira, este processo iniciou-se por volta de 1930. “A base da economia foi a madeira, trabalhava-se com madeira de lei, de destaque o pinheiro e a imbuia, devido à abundância desse tipo de madeira encontrada na região” (EIDAM, 1998, p. 59).

Também vale destacar que em 1934, a “Fazenda Monte Alegre”, a qual pertencia ao município de Tibagi, foi adquirida pela empresa Klabin Papel e Celulose, a qual se utilizava de madeiras extraídas desta região como sua principal matéria prima (BALHANA, 1969). Em decorrência deste fato e da grande quantidade de madeira nativa encontrada, instalaram-se na região grandes serrarias. A madeira servia para abastecer grandes centros de comercialização, indústrias moveleiras e a construção civil, a qual passa a ganhar destaque com o plano de modernização do Presidente Juscelino Kubistchek na década de 1950 mais conhecido por “Plano de Metas”¹⁵ (EIDAM, 1998).

¹⁵ PLANO DE METAS: Plano de Governo do então eleito presidente Juscelino Kubitschek, o qual assumia o poder em 1956. Este plano tinha por metas acelerar o processo de industrialização. O governo investiu em infraestrutura com a finalidade de facilitar e estimular as atividades e os investimentos dos setores privados. Este plano contemplava em torno de 31 metas dentro dos seguintes setores: energia, transportes, alimentação, indústria de base e a educação.

Paralelamente às atividades citadas anteriormente, desenvolvia-se o cultivo da mandioca, a qual estava voltada a atender a demanda das atafonas (moinho manual ou movido por cavalgadas) que existiam na região, nas quais se extraíam a farinha e o polvilho, produtos que se tornaram tradicionais de Tibagi (EIDAM, 1998).

No início do século XX a sociedade paranaense começa a modernizar-se; e esta modernização acaba atingindo todos os setores da economia deste Estado, visto que a sociedade campeira estava em decadência devido à queda na criação de gado e nos negócios com os muares. Também neste momento ocorria a modernização da indústria ervateira e aceleração na exploração madeireira por parte de grandes fazendeiros oriundos de outros estados e até mesmo de descendentes de russos-alemães.

Neste contexto Wachowicz (2002), aponta três fatores que alteraram a vida da sociedade campeira dos Campos Gerais:

- o surgimento na região da imigração do tipo empresa capitalista como os menonitas de Witmarsum e os holandeses de Castrolândia e Carambeí;
- a evolução tecnológica com o aparecimento de adubos sintéticos, proporcionando a transformação dos antigos campos de criatório em terras propícias para a agricultura;
- o surgimento de indústrias modernas, sobretudo as ligadas à transformação de produtos agrícolas (WACHOWICZ, 2002, p. 85).

Com estas grandes transformações, o Município de Tibagi começa a vivenciar uma nova dinâmica em seu território. Tibagi vivencia uma dinâmica demográfica bastante parecida com a que ocorreu no restante do Brasil. Um êxodo rural bastante acentuado inicia-se por volta da década de 1970. A cidade de Tibagi começa a receber migrantes da zona rural, muitos dos quais atraídos pelas oportunidades de emprego oferecidas pela implantação da Cooperativa¹⁶ Batavo¹⁷, a

¹⁶ COOPERATIVA: “Associações de pessoas trabalhando juntas para a produção e distribuição de bens [...]” (GURNEY, 1996, p. 484). Pode-se dizer que Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, em prol de um objetivo comum; buscando satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns entre seus cooperados. Gerida democraticamente, as cooperativas são o inverso das empresas capitalistas, que geralmente possuem princípios individualistas. Nas cooperativas, os membros têm direitos de participação, independente de suas quotas investidas (p. 484 – 487).

¹⁷ COOPERATIVA BATAVO: Cooperativa holandesa criada em 1925 com sede no município de Carambeí (PR). Inicialmente contava com sete cooperados em torno da produção leiteira, produzindo leite, queijo e manteiga; sendo que esses produtos eram distribuídos e comercializados em Ponta Grossa, Castro, Curitiba e São Paulo. Com a vinda de novos imigrantes holandeses para

qual ocupou por muito tempo uma grande faixa de terra ao longo da estrada de ligação entre Tibagi e Ponta Grossa. Juntamente a este processo teve-se a migração de holandeses dos municípios de Castro e Carambeí, os quais estabelecem suas fazendas ao longo da rodovia que liga Tibagi a Castro (PDMT-PR¹⁸, 2006). A economia local voltou-se para a criação extensiva de bovinos, seguida pela agricultura mecanizada, principalmente de soja e milho.

Neste processo histórico, o município estruturou seu povoamento em duas frentes: uma caracterizada por pequenas comunidades rurais na região das matas, outra marcada pelos vazios demográficos das grandes fazendas. Esta estrutura dual será analisada no próximo item.

3.2 DA DUALIDADE HISTÓRICA À ATUALIDADE: FAZENDAS DE PRODUÇÃO E PEQUENAS COMUNIDADES RURAIS

Com uma área de 3.105,08 km², Tibagi, caracteriza-se por ser o segundo maior município em extensão territorial do Paraná; encontra-se dividido em três distritos: Tibagi, Caetano Mendes e Alto do Amparo. Possui uma população total de 18.434 habitantes, sendo que 10.279 habitam as áreas urbanas do município e o restante, os 8.155, ocupam as áreas rurais (Tabelas 1 e 2). O município caracteriza-se por uma dinâmica econômica voltada ao setor primário, destacando-se a produção de grãos: soja, trigo e milho. Esta dinâmica coloca Tibagi como sendo um dos maiores produtores do Paraná (PDMT-PR, 2006).

a região, o número de cooperados aumenta e a produção acaba se diversificando, atendendo nos ramos de pecuária e agricultura, com isso surgem os entrepostos em outros municípios (Ponta Grossa, Tibagi, Piraí do Sul, Imbaú, Ribeirão do Pinhal, Tronco e Terra Nova). Estes entrepostos surgem da necessidade de melhor atender os cooperados. Disponível em: <(http://www.batavo.coop.br/site/index.php?option=historia&Itemid=80). Acesso em 20 jan 2010.

¹⁸ PDMT - PR (2006): Plano Diretor Municipal de Tibagi – PR, 2006.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TIBAGI

População	1970	1980	Variação	1991	Variação	2000	Variação
Urbana	3.448	5.652	64%	7.043	25%	10.279	46%
Rural	16.938	14.991	-11%	9.380	-37%	8.155	-13%
Total	20.386	20.643	1%	16.423	-20%	18.434	12%

FONTE: PDMT - PR, 2006.

De acordo com a tabela percebe-se que a dinâmica populacional vivenciada pelo Município de Tibagi (PR) entre os anos de 1970 e 1980 e também nos anos seguintes, segue a tendência de outras partes do Brasil; ocorrendo um êxodo rural bastante acentuado e um inchaço nas áreas urbanas, resultante das políticas de modernização da agricultura. Os fluxos migratórios para os grandes centros eram conseqüências da modernização do campo e dos atrativos que as cidades ofertavam para a população em forma de emprego em grandes indústrias.

“Falava-se em ‘atração’ das cidades (sobre a ‘população’) pela variedade de oportunidades de vida que ofereciam.” (DEÁK; SCHIFFER, 2004, p. 14-15). Este modelo de desenvolvimento logo entra em crise, pois a população recém chegada do campo não estava apta a ocupar os novos postos de trabalho que o mercado oferecia. Em decorrência deste inchaço urbano temos o surgimento de problemas como às favelas e parte da população desempregada. Esta situação torna-se visível quando analisamos a estrutura da população do Distrito sede do Município de Tibagi (Tabela 2), fato que culminou com o surgimento de favelas nas áreas periféricas e um grande percentual de desempregados residentes no Distrito sede.

TABELA 2-COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE TIBAGI-2000

	Pop. Urbana	Pop. Rural	Total
Distrito Sede	8.391	2.193	10.584
Distrito de Amparo	1.238	2.278	3.516
Distrito de Caetano Mendes	650	3.684	4.334
Total do município	10.279	8.155	18.434

FONTE: PDMT - PR, 2006.

Situação contrária acontece quando voltamos à análise para os Distritos pertencentes à zona rural deste Município. Em ambos os Distritos percebe-se a predominância da população residente na zona rural sobre a residente na zona urbana, porém, ressalta-se que há mais população urbana no Distrito do Amparo do que em Caetano Mendes; e em Caetano Mendes há mais população rural do que no Amparo. Todavia, tal situação explica a existência de vazios populacionais como consequência da distribuição da população sobre o território.

Hoje em dia, a distribuição de terras no Município de Tibagi é bastante desigual e há uma grande concentração de renda. A lucratividade com a plantação de grãos (soja) é bastante elevada e vem sendo investida na aquisição de mais terras por parte dos grandes produtores. Enquanto isso, as formas tradicionais de agricultura, como por exemplo, a familiar, se desfaz devido ao alto preço da terra, da produção e por falta de incentivos governamentais. As propriedades que resistem se integram as empresas fumajeiras, reflorestadoras ou agroindústrias ligadas a criação de suínos ou aves (PDMT, 2006).

O município de Tibagi apresenta de um lado grandes latifúndios e de outro, pequenas propriedades voltadas à agricultura familiar. Os grandes latifúndios situados a leste da rodovia BR-153 (Transbrasiliana) têm por objetivo atender a demanda da Cooperativa Batavo ou o mercado de exportação, sendo que 60% área de cultivo de Tibagi corresponde a plantações de soja. Já as terras situadas a oeste da rodovia BR-153, que integram o distrito de Alto do Amparo e parte do distrito de Caetano Mendes, estão voltadas à pequena propriedade, as quais atendem a demanda principalmente agropecuária integrada a empresas.

A observação da estrutura de povoamento do Município de Tibagi (Figura 4) deixa claramente transparecer uma estrutura dual de ocupação. Esta estrutura dual apresenta como marco divisor o rio Tibagi. Do lado direito do rio, a ausência de povoados é o retrato do predomínio de grandes fazendas de produção que se estendem, sobretudo, a partir dos municípios de Carambeí e Castro. Do lado esquerdo do rio, principalmente na porção oeste da BR-153, a concentração de pequenos povoados indica a presença de comunidades rurais diferenciadas.

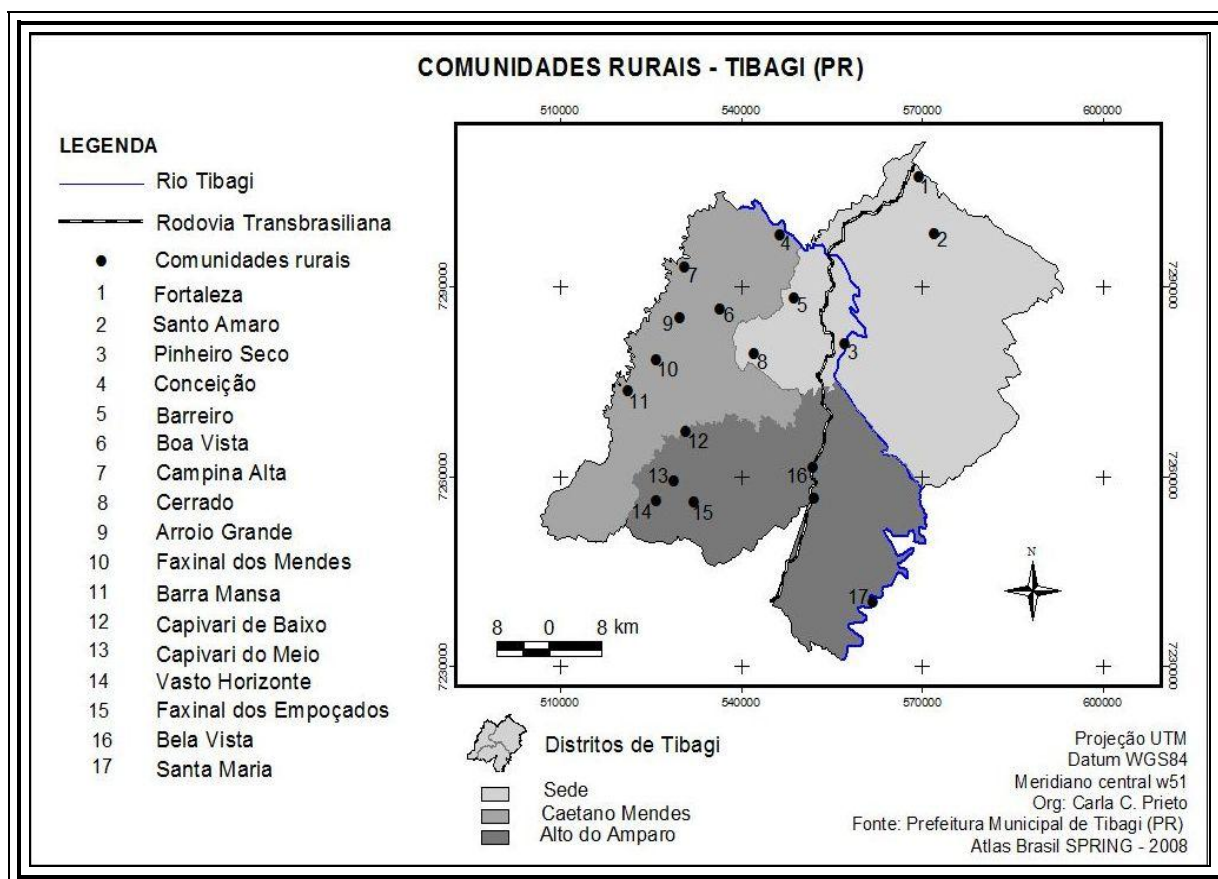


FIGURA 4: COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TIBAGI (PR)

Estas características identificadas na atualidade do Município de Tibagi são resultados de processos sócio-espaciais vivenciados na região e que tiveram como pano de fundo o complexo ambiente de campos e florestas. Assim, a dualidade da paisagem natural transformou-se numa dualidade também da gênese de povoamento. Enquanto o ambiente de Campos, localizado na porção leste do atual município, teve seu processo de ocupação vinculado à instalação de grandes sesmarias, a porção oeste, recoberta por Floresta com Araucária, teve seu povoamento vinculado à implantação de comunidades de pequenos agricultores, resultantes da ocupação de índios e colonos. Entre estas comunidades muitas se estruturavam como Faxinais.

Tibagi apresenta, assim, uma estrutura agrária, composta de grandes latifúndios e pequenas propriedades. Os grandes latifúndios têm sua produção voltada a atender a demanda do setor de grãos, desenvolvendo-se uma agricultura com modernas técnicas agrícolas. As pequenas propriedades desenvolvem uma agricultura rudimentar com pouca tecnologia. Muitas destas

unidades, onde predomina o trabalho familiar, são exploradas por grandes empresas em atividades diversas.

3.3 OS FAXINAIS EM TIBAGI: DA FORMAÇÃO A DESAGREGAÇÃO

A gênese formadora das comunidades rurais deste município, em especial das comunidades localizadas a oeste do rio Tibagi¹⁹, remetem ao fato de que estas tiveram uma estrutura de organização sócio-espacial, cultural e econômica característica de comunidades faxinalenses. Suas crenças, o modo tradicional de viver, o cultivo e a partilha da terra, bem como a criação de animais em um ambiente agrosilvopastoril são elementos de destaque nas reflexões que seguem.

Para compreender os processos de formação, transformação e posterior desagregação destas comunidades enquanto Faxinais foram realizadas visitas as comunidades rurais dos Distritos de Alto do Amparo e Caetano Mendes. Este momento foi oportuno para que se fotografassem locais que retratam a atual situação das comunidades. Também foram entrevistados alguns moradores destas comunidades; buscando sempre o contato das pessoas com maior tempo de domicílio, independente de sua idade.

A entrevista (Roteiro no Anexo I) procurou retratar a dinâmica vivenciada por cada comunidade em estudo, de sua origem até os dias atuais. Estas entrevistas tiveram como objetivo o resgate da “história oral” das comunidades em questão através das pessoas entrevistadas. A história oral apresenta-se como um viés para estudos referentes à sociedade através de informações coletadas por meio eletrônico e transcritas; mantendo o compromisso de repasse das informações obtidas, de forma a garantir a utilidade pública destas fontes históricas (MEIHY, 2005).

“A história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado” (MEIHY, 2005, p. 19). A opção por esta metodologia de pesquisa deu-se pela falta de fontes escritas referentes às comunidades rurais do Município de Tibagi. Vale ressaltar que os

¹⁹ Ver **FIGURA 04: “COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TIBAGI (PR)”** na página 89.

depoimentos em história oral podem ser questionáveis em virtude de fatos como: falha na memória, fantasias, omissões, relatos artificiais e subjetividade nas falas, entretanto, “A história oral se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida – quanto mais elas contarem a seu modo, mais eficiente será seu depoimento.” (MEIHY, 2005, p. 57).

Diante desta conjuntura, buscou-se realizar as entrevistas em um contexto favorável, não se atendo somente ao roteiro de entrevistas e sim conduzindo de forma flexível todo o processo e buscando explorar todas as recordações da memória.

Thompson (2002, p.258) destaca que:

O argumento em favor de uma entrevista completamente livre em seu fluir fica mais forte quando seu principal objetivo não é a busca de informações ou evidências que valham por si mesmas, mas sim fazer um registro “subjetivo” de como um homem, ou uma mulher olha para trás e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes.

Para fins deste estudo, aprofundou-se a análise nas entrevistas dos moradores das comunidades de Faxinal dos Empoçados, situada no Distrito do Alto do Amparo, e Faxinal dos Mendes, situada no Distrito de Caetano Mendes. Foi realizado um total de doze entrevistas com diferentes membros das comunidades em estudo, sendo seis de cada. Para fins de análise, nesta investigação priorizaram-se os relatos de dois senhores. Cada entrevistado pertencente a uma das comunidades em questão, tal fato ocorreu, pois os mesmos conseguiram ser mais fluentes em suas falas; deixando transparecer de forma dinâmica, as transformações vivenciadas pelas comunidades em estudo.

As falas dos entrevistados, visando manter o anonimato, serão identificadas conforme o Quadro 01. Ambos os entrevistados foram indicados e escolhidos devido ao fato de que nasceram nas comunidades em estudo e apresentaram maior desenvoltura em suas falas e explicações. Em certos momentos das entrevistas houve o deslocamento pela comunidade, onde os entrevistados indicaram os “extintos” espaços tradicionais – *terras de plantar e terras de criar* - e relembrou o passado, percorrendo toda a trajetória até chegar aos dias atuais. Durante estes deslocamentos apareceram moradores das comunidades que ajudaram a complementar as falas dos entrevistados; relatando e complementando fatos e momentos.

QUADRO 1: CARACTERÍSTICAS DOS MORADORES ENTREVISTADOS NAS COMUNIDADES

Distrito	Comunidade	Pseudônimo	Idade	Sexo	Profissão	Ano da entrevista
Alto do Amparo	Faxinal dos Empoçados	Representante FE	62 anos	Masculino	Agricultor	2008
Caetano Mendes	Faxinal dos Mendes	Representante FM	39 anos	Masculino	Funcionário Público	2009

As pessoas entrevistadas foram indicadas, sobretudo, pela Professora e Pesquisadora Dircéia Eidam, que é uma das grandes detentoras do conhecimento sobre a dinâmica das comunidades em estudo. Eidam já realizou trabalho acadêmico no ano de 1998 sobre o Distrito de Alto do Amparo²⁰. Eidam em 2008²¹ e 2010²² também contribuiu significativamente para o desenvolvimento desta investigação com seu conhecimento acumulado ao longo destes anos que trabalha e mora em São Bento – Alto do Amparo.

Em virtude da polarização das atividades nas sedes dos Distritos, foram entrevistados alguns moradores residentes nestes locais, dando ênfase aos relatos de uma senhora, a qual é descendente de uma das famílias pioneira do Distrito de Alto do Amparo. Esta senhora viveu praticamente todos os anos de sua vida em São Bento, atual sede do Distrito. Seu pai foi guardião da Serraria Rocopinnus e também Safrista de porco. No momento de sua entrevista ela encontrava-se acompanhada por alguns familiares que também contribuíram com seus relatos. Ela é identificada nesta investigação como “Representante SB”. Esta representante é funcionária pública municipal aposentada e possui 60 anos de idade. Também em função desta polarização de atividades nas sedes dos Distritos,

²⁰ EIDAM, Dircéia. **Alto do Amparo: Economia e sociedade – 1950-1970**. 1998, 119p. Monografia (Pós-Graduação em História e Sociedade) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa - PR, 1998.

²¹ EIDAM, Dircéia. **Entrevista em Comunidades Rurais do Município de Tibagi (PR)** (outubro, 2008). Entrevistador: Douglas Grzebieluka. Tibagi: São Bento, 2008. Arquivo mp10. Entrevista concedida por ocasião de encontro com a Professora e Pesquisadora.

²² EIDAM, Dircéia. **Entrevista em Comunidades Rurais do Município de Tibagi (PR) - Complementação** (janeiro, 2010). Entrevistador: Douglas Grzebieluka. Tibagi: São Bento, 2010. Arquivo mp10. Entrevista concedida por ocasião de encontro com a Professora e Pesquisadora.

em diversos momentos recorreremos à atual estrutura apresentada por eles para se compreender a dinâmica das comunidades em estudo e sua relação com o Distrito.

Na dinâmica econômica vivenciada pelo Município de Tibagi (PR), desde os seus primórdios até a atualidade, as comunidades de Faxinal apresentaram seu auge no período do Tropeirismo de Porco na primeira metade do século XX. A partir de então, os processos de modernização da agricultura e da sociedade foram introduzindo modelos homogeneizantes que pouco lugar deixava as comunidades tradicionais, levando a uma desagregação gradativa desta tradição. Neste sentido, analisa-se, portanto, a gênese faxinalense das comunidades rurais de Tibagi, bem como, a cultura faxinalense presente na memória dos antigos moradores. Atualmente coexistem elementos tradicionais e modernos na paisagem e no modo de viver; elementos que procurou-se identificar nesta investigação.

No início da estruturação das comunidades rurais de Tibagi (PR), entre o fim do Século XIX e início do Século XX, segundo antigos moradores das comunidades de Faxinal dos Empoçados e Faxinal dos Mendes, eram poucas as famílias de cada comunidade: em torno de quatro a seis famílias. Os entrevistados não souberam indicar o nome das famílias pioneiras. A única alusão feita foi à família Mendes como pioneira e até hoje residente do Faxinal dos Mendes. Em relação à outra comunidade em estudo, não há mais descendentes das famílias pioneiras que ainda permanecem na localidade. Com as intensas transformações sócio-espaciais e com os deslocamentos ocorridos, poucos foram os moradores que se mantiveram nas comunidades, sobretudo no Faxinal dos Empoçados.

A maior parte da população que migrou das comunidades Faxinal dos Mendes e Faxinal dos Empoçados acabou vendendo suas parcelas de terra e foram em busca de melhores condições de vida. Estes moradores se mudaram para áreas urbanas do Município de Tibagi ou para Municípios vizinhos, como Ponta Grossa, Telêmaco Borba, Reserva, Castro, Imbaú e Ipiranga (EIDAM, 2008; REPRESENTANTE FE, 2008; REPRESENTANTE FM, 2009).

A descendência destes moradores, segundo informações dos mesmos, variava entre indígenas, caboclos e imigrantes europeus. Pelos traços observados no semblante dos atuais moradores, constata-se características tanto de caboclos como de descendentes de europeus nas duas comunidades. São poucas as pessoas que apresentam semblante indígena. Atualmente no Faxinal dos Empoçados destacam-se os descendentes das famílias Dalzotto e Zampieri de

origem italiana; e das famílias Oliveira e Coimbra de origem portuguesa e Sueiro de origem cabocla. No Faxinal dos Mendes, predomina a família Mendes de origem portuguesa. Na fase inicial de formação das comunidades, segundo informações dos moradores mais antigos, todos viviam de forma bastante harmônica, praticavam uma agricultura voltada ao consumo próprio e trocavam produtos entre si.

Neste período de estruturação destas comunidades rurais no município de Tibagi (PR), devido à grande quantidade de terras disponíveis, a maioria das pessoas que chegava à região simplesmente se apossava das terras. Ali se estabeleciam, construindo pequenas casas, com pouca infra-estrutura, organizando currais e pequenas lavouras que contribuía para o sustento da família. (EIDAM, 2008).

De acordo com relatos concedidos por Eidam (2008) através de entrevista temos que:

[...] as Sesmarias contribuíram para a ocupação e povoamento das terras que compreendiam os Sertões Tibagianos, mas muitos sítios foram adquiridos por compra ou herança, ou ocupados por posseiros, sendo que as Sesmarias foram gradativamente perdendo sua expressão e sua característica de concessão. (EIDAM, 2008).

O espaço utilizado por cada família era bastante amplo e as terras em abundância favoreciam o desenvolvimento das atividades agrícolas e/ou pastoris sem a preocupação com reservas de terras para outros fins.

Em comunidades como Faxinal dos Empoçados e Faxinal dos Mendes, segundo relatos de moradores antigos, existiam famílias com um grande número de integrantes e/ou grupos de famílias que partilhavam a terra, existindo espaços específicos para plantação e criação – *as terras de plantar e as terras de criar*. As moradias localizavam-se nas terras de criar (REPRESENTANTE FE, 2008; REPRESENTANTE FM, 2009).

No Faxinal dos Empoçados, segundo relatos de morador,

[...] aqui nós criávamos os animais todos soltos ao redor das casas e no meio do mato; mais distantes havia as roças de milho e outras culturas, geralmente estes espaços eram separados por valas que impediam que os animais passassem de um lado para o outro, quando as pessoas tinham condições construíam cercas coletivas para separar animais da produção. Aqui (Faxinal dos Empoçados) os animais desciam até o Rio Empoçado e voltavam de outro lado do rio existiam algumas plantações (REPRESENTANTE FE, 2008).

Segundo antigos moradores, outras comunidades circunvizinhas, como Capivari de Baixo, Capivari do Meio, São Bento e Amparo, todas situadas no Distrito de Alto do Amparo, também vivenciaram uma fase igual a esta, principalmente na época das criações de porcos; ressalta-se também a comunidade de Campina Alta no Distrito de Caetano Mendes. Neste tempo, ou seja, no início do Século XX, estas comunidades eram atravessadas também pelas Tropas dos Safristas²³ que seguiam de Cândido de Abreu até Ponta Grossa. “[...] era preciso um bom pedaço de terra para que o animal buscasse sua própria alimentação... eles saíam longe para o mato e se misturavam com os dos colegas” (REPRESENTANTE SB, 2008). O uso comum de terras e as criações de porco fizeram parte da dinâmica sócio-espacial de muitas comunidades rurais do município de Tibagi. Esta prática favoreceu o crescimento e desenvolvimento das comunidades em estudo.

O ambiente natural favorecia o desenvolvimento das atividades da população que ali se estabelecia. A região do Município de Tibagi é recortada por vários rios que são afluentes ou subafluentes do Rio Tibagi. A presença destes inúmeros rios facilitava a busca pela água e servia como ponto de referência para a instalação de uma comunidade, servindo muitas vezes como limite para a criação que permanecia solta no campo. Como exemplo disso tem-se o Rio Empoçado, que servia de limite à área do extinto criadouro comum do Faxinal dos Empoçados. (EIDAM, 2008).

A vegetação local é outro fato de destaque do ambiente natural do Município de Tibagi. A presença de grandes Araucárias em meio aos campos oferecia um ambiente silvopastoril propício às criações que buscavam na mata sua alimentação. Os porcos estiveram presentes desde os primórdios da estruturação das comunidades. Estes animais se alimentavam de tudo que o meio natural farto lhes oferecia, principalmente do pinhão, fruto das Araucárias. O pinhão forrava o chão da mata de tempos em tempos, servindo de alimento aos porcos. (EIDAM, 2008).

No decorrer dos anos de 1950 a 1960 se estabelecem na região imigrantes holandeses, que instalam suas colônias em Castro (Castrolanda) e em Arapoti. Outra colônia holandesa data do início do século XX, a Colônia de

²³ SAFRISTAS: maiores esclarecimentos sobre os Safristas estão na p. 66 e 67.

Carambeí, localizada hoje em município de mesmo nome (WACHOWICZ, 1977, p. 117). Estas famílias de imigrantes europeus com o tempo passam a se expandir territorialmente em virtude de trabalharem de forma mecanizada e com alta tecnologia. Aos poucos foram chegando às antigas comunidades faxinalenses, transformando o modo simples de viver destas comunidades. Os posseiros começam a vender parcelas do solo, modificando a dinâmica local.

Atraídos pelas oportunidades de negócios, muitos faxinalenses passam a cercar as terras que eram utilizadas coletivamente e negociá-las. Esta situação não era favorável a todos os faxinalenses, nem todos eram adeptos ao sistema de cercamento de áreas para negociá-las. (REPRESENTANTE FE, 2008; REPRESENTANTE FM, 2009). Enquanto para alguns, a venda de terras parecia ser algo atrativo, ou seja, um bom negócio, para o camponês que tinha a intenção de permanecer no sistema de uso comum de terras, tal situação acenava para o fim desta prática. O faxinalense via-se cada vez mais “cercado” e as áreas de faxinal passavam a obedecer à lógica da propriedade individual. Neste contexto as transformações ocorreram de forma mais intensa.

Com base nas entrevistas realizadas, percebe-se que atualmente as pessoas que trabalham na terra a receberam como herança ou compraram seu pedaço. Muitos, todavia, complementam a renda e a produção arrendando²⁴ pequenas parcelas do solo de outros proprietários. Uma pequena parte da população trabalha como empregado em grandes fazendas e, embora possua seu pedaço de terra, não é o suficiente para se sustentar, precisando se subordinar como mão de obra barata, recebendo salários miseráveis. Existem alguns pequenos sítios de propriedade particular, onde se criam alguns animais de pequeno porte e grande porte em pequenas quantidades e também cultivam algumas verduras, plantão feijão, mandioca e milho, enfim produtos que contribuem para o sustento da família.

Por volta dos anos de 1980, começam a surgir os assentamentos²⁵ do MST²⁶ na região. Neste momento uma pequena fração de terras do Faxinal dos

²⁴ ARRENDAMENTO: Tipo de contrato pelo qual uma das partes concede a outra o gozo temporário de uma coisa imóvel (geralmente pedaços de terra), mediante retribuição.

²⁵ ASSENTAMENTO: O assentamento é um espaço para o conjunto de famílias camponesas viver, trabalhar e produzir, dando uma função social a terra e garantindo um futuro melhor à população. A vida no assentamento garante às famílias direitos sociais que não são garantidos a todo o povo

Empoçados, localizada na porção Sudoeste desta comunidade, passa a fazer parte do assentamento Vasto Horizonte. Logo depois surgem outros ao redor das comunidades rurais que, aos poucos, vão transformando a paisagem de campos.

Tibagi é um município onde a base da economia é a agricultura. Com oito assentamentos do MST, são eles: Boa Vista, Menino Jesus, Vasto Horizonte, Dona Tonha, Retiro, Rincão, Nossa Senhora Aparecida e Rancho Alegre; num total de 175 famílias assentadas. (EIDAM, 2010).

Vale ressaltar que a comunidade de Capivari de Cima, com divisas na parte Oeste do Faxinal dos Empoçados, no ano de 1980 acabou se transformando no assentamento Vasto Horizonte. Este assentamento incorporou uma pequena parcela de terra do Faxinal dos Empoçados. A grande extensão de terra existente na comunidade de Capivari de Cima e de uso somente para a prática de reflorestamento da empresa Klabin Papel e Celulose, foi o grande agente motivador para invasão da área por membros do MST. Nesta ocasião aproveitou-se uma área improdutiva do Faxinal dos Empoçados para anexar ao assentamento. Atualmente, algumas propriedades pertencentes ao assentamento continuam com o reflorestamento, enquanto outras aderiram à prática do fumo. (REPRESENTANTE FE, 2008).

Existem muitos assentamentos de integrantes do MST na porção oeste do Município de Tibagi. Grandes parcelas de terra se tornaram assentamentos e os agricultores produzem individualmente, praticamente todos subordinados a agroindústria do fumo. Como exemplo deste fato tem-se o Assentamento Dona Tonha, antiga Fazenda Iaparã, que faz divisa com o Faxinal dos Empoçados (Foto 1).

brasileiro: casa, escola e comida. (MST, 2010). Disponível em (<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/325>)>. Acesso em 19 dez 2009.

²⁶ MST: Movimento dos Sem Terra; movimento iniciado no ano de 1984 em Cascavel (PR). Centenas de trabalhadores rurais decidiram fundar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais necessárias para o nosso país. Eram posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores... trabalhadores rurais sem terras, que estavam desprovidos do seu direito de produzir alimentos. Foram expulsos por um projeto autoritário para o campo brasileiro, capitaneado pela ditadura militar, que então cerceava direitos e liberdades de toda a sociedade. Desde sua fundação, o Movimento Sem Terra se organiza em torno de três objetivos principais: Lutar pela terra; Lutar por Reforma Agrária; e Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna. Compreendem que a Reforma Agrária não é uma luta por benefícios apenas para os camponeses, mas uma forma de melhorar a vida dos que vivem nas cidades, com a redução do inchaço urbano e, principalmente, com a produção de alimentos saudáveis e acessíveis aos trabalhadores (MST, 2009). Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7702>>. Acesso em 19 dez 2009.



FOTO 1: ASSENTAMENTO DO MST “DONA TONHA” – DIVISA COM O FAXINAL DOS EMPOÇADOS
AUTOR: DOUGLAS GRZEBIELUKA, 2008

No assentamento “Dona Tonha”, a prática do plantio do fumo é bastante intensa, bem como para alguns membros da comunidade do Faxinal dos Empoçados, onde famílias inteiras se dedicam ao fumo. Para muitos agricultores esta é uma atividade incerta, depende muito do clima e do regime de chuvas. Para que o agricultor consiga ter bons lucros, ele precisa muito da ajuda da natureza, caso contrário, o pequeno produtor deve arcar com todas as despesas, muitas vezes assumindo dívidas enormes junto a bancos ou com a própria empresa cedente das mudas.

Outra atividade econômica de destaque no passado foi à extração da erva-mate. Este produto foi à base da economia local por muitos anos. Nas fases de extração do mate era tudo bem rudimentar, colheita feita à mão e sapecamento no carijo ou fomalha, construídos de forma bem simples:

Muita gente ia pro mato colher a erva-mate, traziam os feixes que eram sapecados no carijo ou na fomalha, depois repassava pra um responsável para vender, era difícil, os que iam pra poda, voltavam com as mãos todas cortadas, calejadas.... Tomávamos bastante chimarrão, mate... (REPRESENTANTE FE, 2008).

Segundo os moradores, a exploração da erva-mate atendia a demanda da empresa Erva Mate Bitumirim na primeira metade do século XX, sendo uma pequena parcela destinada ao consumo da família. Era um trabalho de muito esforço, as condições de trabalho eram precárias, colheita de dias em meio ao mato e depois se sapecava os gravetos e se colocava no carijó, que era feito na beira de um barranco.

Pouco a pouco esta atividade foi cedendo lugar a outras culturas. Hoje em dia dificilmente se encontra erva-mate na região. A produção ocorre em baixíssima escala, muitas vezes, somente para o consumo próprio com retirada dos ervais nativos que sobraram. Os agricultores acreditam que esta não é mais uma atividade lucrativa para o momento, porém saboreá-la ainda é prática comum e mantém vivo os laços de amizade entre os integrantes da comunidade. Um bom chimarrão, preparado com as ervas nativas da região, sempre foi motivo para reunir membros da comunidade para uma roda de conversa, seja ele entre membros da família ou amigos e vizinhos. Este é o momento de socialização de idéias e fatos; onde prevalece uma conversa em um ritmo lento, dado as propriedades típicas do chimarrão: saboreá-lo lentamente para sentir melhor o gosto e não se queimar devido à alta temperatura da água (EIDAM, 2008; REPRESENTANTE FE, 2008; REPRESENTANTE FM, 2009).

A sobrevivência da população local, de acordo com os moradores entrevistados, sempre dependeu das atividades agrícolas. No início desenvolvia-se apenas uma agricultura em pequena escala. As roças eram comuns nas comunidades em estudo. Muitas vezes, estavam localizadas há distâncias consideráveis das casas dos agricultores, ou seja, localizavam-se nas chamadas “Terras de plantar”. Cada agricultor faxinalense mantinha sua roça e os produtos cultivados serviam para alimentação e para algumas trocas comerciais, sendo os principais: milho, arroz, feijão, mandioca e pepino. Em épocas de colheita, membros da família se deslocavam e ajudavam nas tarefas. Muitas vezes contava-se também com a ajuda de camaradas para a colheita e posterior limpeza do terreno (REPRESENTANTE FE, 2008; REPRESENTANTE FM, 2009).

As roças de milho eram elementos de destaque nas atividades agrícolas, fizeram parte da vida de muitos agricultores por longos anos. Além de integrarem a alimentação da comunidade, serviam de alimento para os animais, especialmente para os porcos. “Quando o milharal estava na época boa da colheita

se soltava os porcos na roça e debuiava às espigas de milho nas costas deles. Era uma festa!” (REPRESENTANTE FE, 2008). Muitas vezes eram realizados mutirões para a limpeza das roças. As pessoas que participavam destes mutirões não recebiam dinheiro, o que ocorria era a troca de serviços, mas estes eram recompensados com um baile no final de semana. “Se trabalhava, às vezes, a semana inteira para ir ao baile no sábado a noite ver a meninada bonita. Um tempo muito bom!” (REPRESENTANTE FE, 2008).

No que diz respeito às atividades agrícolas, o cultivo da mandioca também foi importante fonte de geração de renda. Muitas famílias se dedicavam ao cultivo deste produto para atender a demanda da produção da farinha de polvilho. Na região existiam várias atafonas, que eram moinhos movidos a cavalgaduras usados no processo de fabricação da farinha. Este produto ganhou destaque pela intensa produção, não só nas comunidades faxinalenses, mas em todo o município de Tibagi (PR). A farinha de polvilho acabou sendo reconhecida como um produto típico, fazendo parte da cultura tibagiana (EIDAM, 2008).

Nem todos os produtos agrícolas eram produzidos nas comunidades. Assim, alguns dos produtos cultivados eram vendidos ou trocados. Nas vendas eram oferecidos à comunidade outros produtos como: tecidos, panelas, café, açúcar e sal, enfim, produtos necessários à organização do cotidiano doméstico, os quais eram vendidos a granel. As trocas de produtos eram comuns devido à baixa rotatividade de dinheiro. A produção e as trocas comerciais ocorriam nos limites da própria comunidade, fato este, que fortalecia as relações sociais e os laços de companheirismo e camaradagem entre os membros das comunidades. Os pequenos armazéns e vendas eram os únicos comércios existentes na região.

Aos poucos, estes comércios foram dinamizando o atendimento, incorporando produtos alimentares, peças de vestuário e produtos de limpeza industrializados. A carne, que antes era produzida no interior da comunidade, resultante das criações à solta, passa a ser comercializada seguindo a tendência dos grandes frigoríficos, onde se adquire pedaços de cortes especiais de carnes. Com os negócios se expandindo, alguns comerciantes ampliaram os pequenos armazéns, transformando-os em pequenos mercados, que oferecem uma maior opção de compra com mercadorias diversas.

Na sede dos Distritos encontram-se mercados com uma melhor estrutura de organização e produtos. Nas comunidades mais distantes destas sedes,

ainda resistem pequenas vendas, mais conhecidas por “bodegas”, onde as compras são feitas no balcão. Elas dispõem de poucos produtos, encontrando-se ainda mercadorias vendidas a granel (EIDAM, 2008).

Alguns animais de pequeno porte eram criados nas comunidades, como é o caso de galinhas, porcos e outros que se criavam soltos. Estes buscavam sua própria alimentação na mata. O ambiente natural destacava-se como forte aliado para que se mantivessem as criações à solta na área do criadouro comum. Em meio à mata, porcos e outros animais alimentavam-se do que o ambiente natural oferecia. Para os porcos, o pinhão, fruto da Araucária, era a grande fonte de sua alimentação, a qual era completada com sal para que ele pudesse engordar. Os porcos serviam de alimento para a população local e para a produção de banha. Nesta época o óleo, que hoje em dia é usado na culinária, não era usado. A banha dos porcos tinha fundamental importância no preparo de comidas nesta época. A população residente nas comunidades em estudo costumava usar a banha do porco para manter a carne conservada. Usava-se uma lata cheia de banha, dentro da qual se mergulhava pedaços de carne, os quais permaneciam por dias seguidos em bom estado de conservação. A banha usada era dos próprios porcos criados na comunidade (EIDAM, 2008; REPRESENTANTE FE, 2008; REPRESENTANTE FM, 2009).

Sobre as criações de porcos, segundo morador do Faxinal dos Empoçados, destaca-se a seguinte situação:

O porco se criava solto, comia de tudo que achava no mato. Às vezes quando se matava um, ficava com metade, fazia tocinho e a outra parte trocava com o dono da venda, só usávamos a banha, não se conhecia o azeite, o óleo... (REPRESENTANTE FE, 2008).

As criações de porco sustentaram por anos a economia local. Pelo modo de criação destes animais, os custos com a sua criação eram baixos e eles se criavam mais sadios do que no regime de confinamento. Nesta época pode-se dizer que o Sistema Faxinal atingiu seu auge em terras tibagianas. Esta época é identificada por Balhana (1969, p. 49) como a segunda década do Século XX, onde Tibagi exercia função de centro articulador das tropas de porco. Homens residentes nas comunidades faxinalenses do Município de Tibagi se dedicavam ao Tropeirismo de Porco, sendo conhecidos por Safristas. As figuras do Safrista e do Tropeiro de Porco eram comuns na região. Muitas tropas cortavam campos e estradas de

algumas comunidades deste município, destacando-se as comunidades em estudo. Existiam em algumas localidades vendas preparadas com estrutura de descanso para o Tropeiro. Nas comunidades de São Bento e Amparo, no Distrito de Alto do Amparo, e Porteira Grande, no Distrito de Caetano Mendes, estavam localizadas as maiores vendas do interior do Município. Estas vendas tinham toda a estrutura para receber o Tropeiro e sua tropa (EIDAM, 2008).

As tropas, em sua maioria, seguiam de Candido de Abreu até Ponta Grossa ou tomavam outros destinos como Castro, Jaguariaíva e até mesmo Sorocaba.

Toda casa de comércio tinha um poço na frente, para carroceiros se servir daquela água, além disso, muitas delas possuíam mangueirão de porco. Alguns viajavam de carroça e para pousarem, darem água para os animais e para descansar chegavam nas vendas que tinham estrutura, evitando assim que sua tropa não se dispersasse, era onde se abasteciam. Pousavam em suas carroças com toldos ou no paiol dos armazéns, saindo de madrugada com a safra de porcos; descansavam quando o sol estava forte para o animal não morrer. As tropas de porco, normalmente seguiam durante a noite (EIDAM, 2008).

Todo esse movimento gerado em torno da atividade tropeira, estimulava o comércio local, existindo pontos estratégicos de parada para os Tropeiros ou Safristas. Tal atividade dinamizou a rotina da comunidade. Os residentes nas comunidades faxinalenses deste Município vivenciaram uma fase de grande prosperidade e harmonia nos tempos do uso coletivo de terras. Grandes parcelas do solo faziam parte do “criadouro comum”. Famílias inteiras ou grupos de pessoas conhecidas partilhavam a terra, mantendo sólidos laços de companheirismo e camaradagem em função deste modo de viver.

Com o passar dos anos, processos modernizantes e planos de desenvolvimento agrícola contribuíram para o fim das criações de porcos e para a cessação da atividade Tropeira na região.

[...] os safristas que levavam o grande número de porcos tocados a pé até Ponta Grossa (Paraná), paulatinamente diminuíram pelo uso do transporte motorizado. Outro referente do chamado porco gordo ou porco-banha vem pelo cultivo da área de soja a partir de 1970 e o óleo derivado da soja que ocupou lugar da banha de porco, contribuindo para queda comercial de suínos (EIDAM, 2010).

Diante destes fatos, conclui-se que a partir deste momento, com o declínio da atividade ligada ao porco, à prática de uso comum de terras, ou seja,

viver em Faxinais entra em decadência nas terras do Município de Tibagi. Neste contexto, outro modelo de desenvolvimento é absorvido pelos moradores das comunidades. Trabalho e uso coletivo de terras são substituídos por um modelo produtivo individualizado, onde os laços de camaradagem e companheirismo são deixados para trás. Na economia paranaense, novos fatos modificam a dinâmica do meio rural. Investimentos eram vislumbrados, porém, poucos agricultores foram beneficiados. Estes investimentos estavam voltados apenas aos grandes proprietários de terras. O pequeno agricultor, faxinalense, não resistindo às pressões do mercado externo e sem apoio do poder público, acabou cedendo às novas culturas, rompendo o elo com o tradicional e adaptando-se a um novo modo de viver, onde o coletivo cede lugar a uma cultura individualizada.

As criações de porcos continuam fazendo parte da vida das comunidades, porém, dentro de outra lógica de mercado. No Faxinal dos Empoçados, até o início do ano de 2010, encontravam-se propriedades que estavam voltadas a atender a demanda da empresa Perdigão na criação de suínos, criados em total confinamento e recebendo alimentação a base de ração. Nestas propriedades a empresa apropriava-se do trabalho do agricultor e de sua família, os quais eram os responsáveis por todo o processo de criação até os animais atingirem o peso ideal para o abate. “Os investimentos iniciais nesta atividade são altos, porém, com o passar do tempo tornam-se lucrativos”, comentou um dos entrevistados. No início do ano de 2010 a empresa rompeu com os contratos para a criação de suínos na região, oferecendo oportunidades para a criação de aves. Diante dos fatos, adaptações na infra-estrutura das atuais granjas são necessárias. Estas adaptações exigem altos investimentos, assim, os agricultores procuram novas formas de sobrevivência, inclusive pensando na retomada de criações de porcos comuns à solta, visto que, já dispõe em suas propriedades a infra-estrutura necessária para manter os porcos em confinamento na época de engorda.

No tocante a produção animal, constatou-se, com base nas entrevistas, que outros animais como bovinos, ovinos e equinos também faziam parte das criações e alguns continuam atualmente. Todavia, os gastos com a alimentação acabaram aumentando significativamente, pois o ambiente natural não favorece mais os campos de pastagem e criação. Animais, como por exemplo, os cavalos, serviam como meio de transporte. A carroça foi, durante muito tempo, o

meio de transporte mais comum na região (EIDAM, 2008; REPRESENTANTE FE, 2008; REPRESENTANTE FM, 2009).

Os meios de transportes, no decorrer dos processos de desenvolvimento das comunidades, foram incorporando elementos do mundo moderno. Aos poucos se deixavam de lado as carroças e os animais, os quais eram usados para o transporte de cargas e pessoas, passando-se a utilizar carros, caminhões e ônibus. Com a construção da BR – 376, inaugurada oficialmente em 25 de julho de 1965 (PMT-PR²⁷, 2009) e que corta os Distritos de Alto do Amparo e Caetano Mendes no sentido Leste-Oeste, destacaram-se os caminhões e tratores, que eram usados no transporte da madeira retirada da região. Aos poucos foram sendo incorporados automóveis e motocicletas. Estes novos meios de transporte facilitaram o contato das pessoas com membros de outras comunidades existentes no Município, bem como com as áreas urbanas dos Distritos e com a sede do Município. Este fato proporcionou o contato do homem do campo com elementos modernos das áreas urbanas. Aos poucos a cultura do camponês vai incorporando elementos de alta tecnologia existente nos grandes centros.

A construção da rodovia, BR 376, empregou muitos dos trabalhadores rurais que buscavam novos empregos na região. Outro fato de destaque é que muitos operários vindos de outras partes do país formaram alojamentos e estabeleceram-se em terras dos dois distritos de Tibagi. Após o término das obras, muitos dos operários adquiriram frações de terras nas comunidades rurais, estabelecendo-se com suas famílias e desenvolvendo atividades agrícolas e criatórias. (EIDAM, 2008).

No tocante aos meios de transporte, atualmente, ainda que tímidas, resistem algumas carroças que são utilizadas por aquelas pessoas de mais idade (Foto 2 e 3). Passeios e voltas a cavalo ainda são comuns, mas hoje em dia essa prática ocorre mais no sentido de distração e lazer (EIDAM, 2008; REPRESENTANTE FE, 2008; REPRESENTANTE FM, 2009).

²⁷ PMT – PR: Prefeitura Municipal de Tibagi - PR



FOTO 2: CARROÇA – FAXINAL DOS EMPOÇADOS
AUTOR: DOUGLAS GRZEBIELUKA, 2008.



FOTO 3: CARROÇA – FAXINAL DOS MENDES
AUTOR: DOUGLAS GRZEBIELUKA, 2009.

Outro fato de grande destaque na região, no início do século XX, foi a exploração madeireira, a qual ocorreu de forma intensa perdurando até a metade do século XX. Algumas madeireiras se instalaram no interior e ao redor das comunidades, montando vilas para estabelecer seus trabalhadores. Como esta atividade não fixava ninguém a terra, tão logo cessava a atividade, os trabalhadores

migravam para outras comunidades. Alguns trabalhadores eram indenizados com dinheiro e outros acabavam ficando com a casa e o lote que pertencia à empresa exploradora da madeira. Como exemplo deste fato, tem-se o caso dos trabalhadores da Serraria Rocopinnus, que foram indenizados com as casas da vila que pertencia à empresa (FOTO 04). Aqueles que recebiam indenizações em dinheiro procuravam comprar um pedaço de terra nas comunidades próximas e se estabeleciam com sua família, desenvolvendo atividades agrícolas e contribuindo para mudanças na organização da estrutura sócio-espacial da comunidade onde se inseriam. (REPRESENTANTE SB, 2008).



**FOTO 04: ANTIGA VILA DA SERRARIA ROCOPINNUS
SÃO BENTO - ALTO DO AMPARO
AUTOR: DOUGLAS GRZEBIELUKA, 2010.**

As grandes serrarias que se instalaram no lugar, depredaram praticamente toda a Mata de Araucária. Após a intensa exploração, estas serrarias acabaram fechando. A exploração madeireira, que sustentou a economia local, acabou deixando para trás agricultores miseráveis. Estes se dedicaram anos ao corte de árvores que forneciam madeiras de lei (Imbuía e Pinheiro); e juntamente com isso acabaram com os ervaais nativos da região de Matas Mistas com Araucárias.

Esta fase foi, todavia, importante para a economia de Tibagi:

A extração da madeira contribuiu de forma significativa para a economia local [dos dois Distritos e suas respectivas comunidades]. Acredita-se que a exploração começou por volta de 1930; era um trabalho bastante exaustivo, usado a força dos homens e dos animais. Tudo era cerrado por serra americana ou na base do machado; depois era transportado por animais, só mais tarde é que apareceu o trator e o caminhão. [...] destacou-se na região [no Distrito de Alto do Amparo] as serrarias ou madeireiras, como a Rocopinus, Wagner e outras (EIDAM, 2008).

O trabalho em meio à mata era bastante rudimentar e exaustivo. Usava-se serra americana, onde dois trabalhadores, um em cada ponta, seguravam e mantinham movimentos uniformes para serrar árvores nativas de grande espessura que existiam na região, normalmente grandes araucárias.

As madeiras retiradas das comunidades abasteciam as serrarias existentes na sede dos Distritos, ou algumas menores localizadas próximas à comunidade. Serviam para a construção de casas e cercas. Destacava-se também, a utilização da madeira como fonte de energia, utilizada como lenha em fornos e fogões à lenha. No início da estruturação das comunidades faxinalenses do Município de Tibagi, as residências eram feitas de madeira, geralmente de Imbuía, devido sua maior resistência. Atualmente percebe-se um aumento gradativo de casas construídas em alvenaria, as quais contracenam com as poucas casas de madeira que ainda resistem nestas comunidades (Foto 05).



**FOTO 05: CASA DE MADEIRA E CASA DE ALVENARIA
NA ÁREA DO EXTINTO CRIADOURO FAXINAL DOS MENDES
AUTOR: DOUGLAS GRZEBIELUKA, 2010.**

Em 1934 foi adquirida a Fazenda Monte Alegre, a qual se localizava nas terras do Município de Tibagi, para início das obras de construção das indústrias Klabin de Papel e Celulose, a qual teria como principal fonte de matéria prima à madeira. Em 1946 inicia-se a produção na Fazenda Monte Alegre, aumentando a demanda por madeiras e na sequência iniciando o processo de reflorestamento na região.²⁸

Atualmente boa parte dos agricultores das comunidades em estudo mantém em suas propriedades áreas de reflorestamento pertencentes à Klabin. Também muitas áreas de antigos faxinais foram incorporadas ao patrimônio desta empresa através da aquisição de frações de terra na localidade. O reflorestamento acabou se tornando a principal fonte de renda para muitas pessoas. Até os dias atuais trata-se de uma atividade de grande destaque dentro do município. A expansão da empresa Klabin pode, portanto, ser apontada como um dos agentes desagregadores das estruturas do Sistema Faxinal nas comunidades rurais em estudo. A partir de então, muitos dos pequenos agricultores começaram a vender pequenas frações de terras a grandes proprietários, que iam anexando a terra adquirida a seus grandes latifúndios. Aos pequenos proprietários restava-lhes uma pequena parcela de terra, sobre a qual se encontrava apenas suas casas e o espaço para uma pequena roça.

Ressalta-se o fato de que algumas parcelas de área reflorestada atendem a demanda das estufas de fumo existentes nas localidades. Segundo os representantes das comunidades em estudo, as empresas fumageiras aceitam somente o uso de madeiras provenientes de reflorestamento para serem queimadas nas estufas. No ato do contrato, as empresas fumageiras entregam as mudas de fumo e algumas mudas de plantas para o reflorestamento (REPRESENTANTE FE, 2008; REPRESENTANTE FM, 2009).

Com a desestruturação deste modo de viver, muitos agricultores passaram a buscar novas formas de sobrevivência e acabaram empregando-se em grandes fazendas, se tornando trabalhadores assalariados. Os agricultores que permaneceram com suas pequenas propriedades, acabaram não resistindo às pressões do mercado capitalista. Atualmente estes agricultores atendem a demanda

²⁸ Dados retirados de: <<http://www.klabin.com.br/pt-br/klabin/historicoKlabin.aspx>>. Acesso em 10 de janeiro de 2010.

de empresas fumageiras, madeireiras ou de empresas de reflorestamento, sendo a Klabin a principal consumidora deste tipo de matéria prima.

Atualmente muitos agricultores encontram-se subordinados a agroindústrias, seja ela de fumo, reflorestadora ou de criação de aves ou suínos, com estas empresas agroindustriais desenvolvem-se processos homogeneizantes, deixando para trás um passado de harmonia, esquecendo uma cultura singular.

Hoje em dia, com as estufas de fumo, não temos mais tempo pra mais nada, o fumo precisa de muito cuidado, tem que vigiá a estufa dia e noite, nem dá pra sair se divertir... antes íamos em festas, se realiza mutirão, era tudo mais unido, tinha festas e rezas na igreja, hoje em dia até tem alguma coisa mais não é como antigamente, tudo mudou, a gente quase não vai (REPRESENTANTE FE, 2008).

O fumo é uma atividade que ocupa maior parte do tempo do agricultor. As mudas pequenas requerem muitos cuidados e quando o fumo vai para as estufas os cuidados aumentam ainda mais. Em muitos casos na época da colheita e na fase que o produto encontra-se na estufa, todos os membros a família são envolvidos em alguma atividade, desde as crianças aos mais velhos. É um trabalho bastante exaustivo e cuidadoso. Para que não haja prejuízos, o agricultor fica sempre em estado de alerta. As estufas requerem cuidados 24 horas por dia, qualquer erro na temperatura do ambiente da estufa pode ocasionar grandes prejuízos ao agricultor. Vale destacar que existem agricultores com dívidas junto a bancos em função de problemas com a plantação de fumo. “É um negócio inseguro, se tudo der certo o lucro é garantido, caso contrário o agricultor deve arcar com toda a responsabilidade, muitas vezes perdendo o único bem que lhe restava: a terra” destaca um agricultor.

Todas estas questões do atual modelo de produção influem diretamente no tempo, reflete no cotidiano da comunidade a qual, em diversos momentos, se vê obrigada a reduzir o tempo disposto para o contato social. O divertimento, as rodas de conversa e os passeios tornam-se raros, o tempo despendido para estas atividades é mínimo, porém ainda fazem parte da dinâmica das comunidades.

Atualmente o divertimento dos membros das comunidades rurais está associado a rodas de conversa nos finais de semana, em frente a alguma residência ou em espaços como o campo de futebol. Aproveita-se o momento da partida de futebol para um bate-papo entre os mais velhos e as paqueras entre os

mais jovens. Em ambas as comunidades estudadas encontram-se o campo de futebol (Foto 06). A estrutura é precária, porém, ainda atende sua função de lazer. Na sede dos Distritos encontramos barracões que servem de clubes. Nos finais de semana é comum a população das comunidades se deslocarem até estes espaços para curtir os bailes que varam a madrugada. (EIDAM, 2010).



FOTO 6: CAMPO DE FUTEBOL – FAXINAL DOS MENDES
AUTOR: DOUGLAS GRZEBIELUKA, 2010.

As atividades culturais das comunidades rurais estão mais ligadas as festas, novenas, rezas e procissões nas igrejas. Estas tradições reúnem famílias e fortalecem as relações na comunidade. Nos dias de novenas ou festas percebe-se o grande envolvimento dos membros nas atividades. Trata-se de um momento de descontração e união da comunidade. Tempos atrás existiam muitas tradições que eram repassadas de geração para geração, não se pode esquecer-se da famosa Dança de São Gonçalo.

Era normal as moças que já estavam “passando da idade de casar” recorrerem ao ritual de São Gonçalo:

As solteironas eram as primeiras a querer a dançar, na hora da dança não podia dar as costas para o santo; tinha uma fila de moças e outra de rapaz, geralmente tentava-se dançar com o futuro pretendente, era conhecida como a dança de São Gonçalo Casamenteiro; depois no baile tinha licor e um sequilho muito bom... o baile ia a noite inteira... (REPRESENTANTE FE, 2008).

A religiosidade aliada à diversão mantém as relações sociais nas comunidades. No passado estas relações eram ainda mais fortes. Bailes e rezas eram elementos tradicionais que faziam parte da vida cotidiana, mantendo relações de harmonia em toda a comunidade. As festas religiosas da igreja católica, apesar de ter havido uma baixa na participação da comunidade, continuam até os dias atuais. Nelas se fazem presentes figuras como a do “Festeiro”, responsável pela organização da festa, e também os “Noveneiros”, os quais realizam por dias seguidos novenas em devoção ao santo homenageado. Jovens e pessoas de mais idade se unem por laços religiosos e de diversão.

Segundo Eidam (2010),

[...] durante dez dias faz-se as novenas encerrando ao décimo dia com a festa do padroeiro ou do Santo Festeiro, com alvorada festiva, em torno das seis horas, mais tarde a missa e a festa com almoço e durante a tarde bingos, leilões, bailes.

Nos últimos anos assiste-se, todavia, um aumento gradativo no surgimento de igrejas com ritos evangélicos na região. Destaca-se a presença de uma Igreja Adventista na sede do Distrito de Caetano Mendes (Foto 7) e uma Evangélica no Distrito de Alto do Amparo (Foto 8). No passado predominava a religião católica, hoje em dia, independente do deslocamento, alguns membros das comunidades procuram outras religiões, como os Evangélicos. (REPRESENTANTE FE, 2008; REPRESENTANTE FM, 2009). Dentre as comunidades em estudo o Faxinal dos Empoçados possui uma melhor estrutura religiosa, existindo ali uma Igreja Católica (Foto 9), na qual esporadicamente são realizadas missas com a presença de um Padre, o qual se desloca da sede do Município até a localidade. No decorrer da semana, em alguns dias, os membros da comunidade se reúnem para a realização de novenas ou cultos. Na outra comunidade em questão, independente da crença, torna-se necessário o deslocamento para a sede do Distrito, onde estão concentradas as igrejas.



FOTO 7: IGREJA ADVENTISTA – SEDE DO DISTRITO DE CAETANO MENDES
AUTOR: DOUGLAS GRZEBIELUKA, 2010.



FOTO 8: IGREJA EVANGÉLICA – SEDE DO DISTRITO DE ALTO DO AMPARO
AUTOR: DOUGLAS GRZEBIELUKA, 2010.



FOTO 09: IGREJA CATÓLICA – FAXINAL DOS EMPOÇADOS
AUTOR: DOUGLAS GRZEBIELUKA, 2008.

A crença em Benzedeiras, sempre esteve presente entre os moradores das comunidades rurais. À distância, aliada à falta de transporte, fazia das Benzedeiras pessoas de destaque nas comunidades. Sempre que surgiam problemas de saúde com as crianças, procurava-se uma benzedeira para que ela fizesse um benzimento e posteriormente receitasse um chá. Muitos moradores mantêm em seu quintal remédios caseiros como a hortelã, arruda e outras ervas que possam ser utilizadas para este fim.

Segundo Eidam (2010):

Era comum a presença de benzedeiras que, através de suas orações, esfregações, chás e ervas medicinais, curavam seus, por assim dizer, pacientes que acreditavam e ainda acreditam nesse tipo de terapia, visto que até os dias de hoje existem benzedeiras que prestam essa assistência. Um hábito tradicional do passado era a maneira de trazer as crianças ao mundo, já que naquele tempo não havia assistência médica. Valorizava-se, dessa forma, o trabalho das parteiras, que eram mulheres muito respeitadas em suas comunidades pelo seu trabalho voluntário sem remuneração, de muita dedicação. Elas não tinham hora para que fossem requisitadas e, muitas vezes, percorriam longas distâncias até o local do parto, onde o faziam sem equipamentos próprios, apenas usando água, panos e tesoura para cortar o cordão umbilical.

Estas práticas de benzimento ainda são muito comuns, porém, hoje em dia médicos e enfermeiras atendem nas comunidades. Com a implantação do PSF “Programa Saúde da Família”, no ano de 2005, estes profissionais

despendem parte de seu tempo com visitas nas casas conhecendo a realidade de seus pacientes. As condições de atendimento em postos de saúde também foram ampliadas. As parcerias entre órgãos públicos e empresas privadas atuantes na região contribuíram para a construção de modernos postos de atendimento a comunidade, todavia, centralizados nas sedes dos Distritos (Foto 10). Muitas vezes a população em busca de um melhor atendimento precisa deslocar-se de sua comunidade para a área mais urbanizada. Em situações mais graves, quando requer um médico especialista ou exames mais sofisticados a população precisa se deslocar para a sede do Município ou para Municípios vizinhos como Ponta Grossa, Castro ou Telêmaco Borba, onde se encontram melhores recursos da medicina.



FOTO 10: POSTO DE SAÚDE – SEDE DO DISTRITO DE ALTO DO AMPARO
AUTOR: DOUGLAS GRZEBIELUKA, 2010.

Outro elemento importante em meio às transformações ocorridas nas comunidades rurais de Tibagi, diz respeito à educação. Antes da década de 1990 os filhos dos agricultores estudavam na própria comunidade. Lá existam as chamadas “Escolas Rurais”, nas quais, uma professora, geralmente membro da comunidade, repassava conhecimento aos jovens estudantes. Em muitas destas escolas as professoras não possuíam curso superior ou formação docente, tinham apenas o Ensino Médio.

Eidam (2010) aponta que:

As escolas rurais eram multisseriadas, ou seja, as quatro séries iniciais juntas com uma professora. Esta fazia também o lanche e a limpeza da sala para o dia seguinte. Muitas dessas salas de aula eram espaços cedidos em alguns sítios e a professora vinha a cavalo. Mais tarde estas escolas receberam seu próprio espaço, construído pelos governos municipais nas comunidades rurais.

No Faxinal dos Empoçados, ainda encontram-se vestígios deste tempo. Restou a velha Escola Rural, feita em madeira (Foto 11), onde os alunos estudavam todos em uma única sala na companhia de uma professora. As crianças ou jovens que vivenciaram este tempo trazem na memória boas lembranças. Para as professoras era um grande esforço. Acreditam, todavia, que hoje em dia tudo melhorou. Destaca-se que “... apesar das distâncias percorridas pelos alunos, as condições oferecidas pelas escolas são bem melhores.” (EIDAM, 2010).



FOTO 11: ESCOLA RURAL DESATIVADA – FAXINAL DOS EMPOÇADOS
AUTOR: DOUGLAS GRZEBIELUKA, 2008.

A escola antes multisseriada, passa a ser seriada, moderna, dividida em salas com modernos recursos de ensino e acesso a internet, facilitando assim o contato dos jovens estudantes com o mundo moderno. Há poucos anos

atrás, devido à nova legislação do Governo Federal²⁹, as Escolas Rurais do Município de Tibagi foram desativadas, centralizando todo o sistema de ensino nas sedes dos Distritos de Alto do Amparo e Caetano Mendes.

Simões (2009, p. 67) aponta que:

Este movimento passou a fazer parte da realidade brasileira, principalmente nos anos de 1970, se fortalecendo nos anos de 1990, quando se intensifica a municipalização do atendimento dos anos iniciais do Ensino Fundamental [...].

As escolas Municipais São Bento no Distrito de Alto do Amparo e David Federmann em Caetano Mendes atendem alunos das séries Iniciais. Já o Colégio Estadual Balmomero Bittencourt Taques (Foto 12) em São Bento, Alto do Amparo e o Colégio Estadual João Francisco da Silva (Foto 13) no Distrito de Caetano Mendes atendem os alunos das séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio residentes nas comunidades pertencentes aos respectivos Distritos.



FOTO 12: COLÉGIO ESTADUAL BALDOMERO BITTENCOURT TAQUES
SEDE DO DISTRITO DE ALTO DO AMPARO
AUTOR: DOUGLAS GRZEBIELUKA, 2009.

²⁹ Para melhores informações verificar: BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.



**FOTO 13: COLÉGIO ESTADUAL JOÃO FRANCISCO DA SILVA /
ESCOLA MUNICIPAL DAVID FEDERMANN
SEDE DO DISTRITO DE CAETANO MENDES
AUTOR: DOUGLAS GRZEBIELUKA, 2010.**

As séries iniciais passam a ser responsabilidade do Município, enquanto os anos finais e Ensino Médio passam a ser responsabilidade do Governo do Estado. Os colégios estaduais existentes nas sedes dos Distritos ofertam o Ensino Fundamental e Médio. Em 2009 foi implantada a modalidade Educação Profissional no Colégio Estadual Baldomero Bittencourt Taques, situado na sede do Distrito de Alto do Amparo. Neste colégio são ofertados os cursos de Técnico em Administração, Secretariado e Recursos Humanos. No curso de Administração propõem-se adequar os conteúdos curriculares, dando ênfase em administração rural. No Ensino Fundamental e Médio as práticas estão voltadas a contemplar realidade do campo (PPP - COLÉGIO BALDOMERO, 2010³⁰).

Na sede do Distrito de Caetano Mendes, as escolas Municipal e Estadual ocupam o mesmo espaço. Diariamente, dezenas de alunos deslocam-se grandes distâncias para chegar até a sede dos Distritos onde está centralizado todo o sistema de ensino. Algumas crianças chegam a deslocar-se 60 km ou viajar em torno de duas horas até chegarem à escola.

³⁰ PPP – COLÉGIO BALDOMERO: Projeto Político Pedagógico, 2010)

De acordo com Simões (2009, p. 64):

[...] muitos destes prédios deixaram de existir, territorializando um processo de nuclearização do atendimento escolar em muitas realidades criando uma gigantesca rede de transporte escolar em ambientes rurais e dos ambientes rurais para os urbanos, principalmente para o término dos anos finais Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries), do Ensino Médio e do Ensino Superior.

O transporte, do tempo em que a escola ficava no interior da comunidade, que era feito a pé, a cavalo ou de carroça, passa a ser feito em modernos ônibus que atendem o transporte escolar (Foto 14 e 15).



FOTO 14: ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR I – COLÉGIO BALDOMERO
AUTOR: DOUGLAS GRZEBIELUKA, 2010.



FOTO 15: ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR II – COLÉGIO BALDOMERO
AUTOR: DOUGLAS GRZEBIELUKA, 2010.

O quadro de professores dos colégios estaduais, em sua totalidade é composto por docentes com formação em nível superior, sendo a maioria, residentes em diferentes locais, geralmente nas áreas urbanas dos municípios de Tibagi, Ponta Grossa, Telêmaco Borba ou Reserva. Nas escolas Municipais, encontram-se algumas professoras que residem nas comunidades rurais existentes ao redor da sede dos Distritos. Estas professoras deslocam-se diariamente de suas comunidades, juntamente com os alunos, para chegar até a escola onde trabalham.

Na Tabela 3, segue a quantidade de estudantes que se deslocam diariamente das comunidades em estudo, para as sedes dos distritos.

TABELA 3: ESCOLAS E COLÉGIOS FREQUENTADOS PELOS ESTUDANTES DAS COMUNIDADES EM ESTUDO

Comunidade	Distrito de Alto do Amparo		Distrito de Caetano Mendes	
	Escola São Bento	Colégio Baldomero	Escola David Federmann	Colégio João Francisco
Faxinal dos Empoçados	26	29	00	00
Faxinal dos Mendes	00	00	40	59

FONTE: SERE³¹, 2010.
ORG: DOUGLAS GRZEBIELUKA, 2010.

³¹ SERE: Sistema Estadual de Registro Escolar (PR), 2010.

Com base na Tabela 3, percebe-se que o número de alunos que se deslocam das comunidades em estudo, para as escolas situadas na sede dos Distritos, é bastante expressivo. Tal situação contribui significativamente para mudanças no modo de viver e pensar destes jovens estudantes. O contato com elementos do mundo moderno faz com que o modo de viver tradicionalmente dos jovens do campo, incorpore muitas informações de um modo de viver que está em constante transformação. Neste contexto, muitos jovens residentes em comunidades rurais, abandonam as tradições do campo e seguem em busca de novas oportunidades nas áreas urbanas. Nas comunidades que fazem parte da presente pesquisa constata-se que o número de jovens que se desloca para outras cidades em busca de estudo e emprego tem aumentado gradativamente nos últimos anos, sendo que muitos não retornam mais para o convívio na comunidade onde viveram boa parte de suas vidas.

Como forma de preservar a cultural local, valorizar as tradições e mostrar aos educandos a importância do campo como lugar de vida, de produção cultural e de conhecimentos, ambos os colégios da Rede Estadual atendem os pressupostos contidos nas DCEs (Diretrizes Curriculares Estaduais) de Educação do Campo, propostas pela SEED - PR (Secretaria de Estado da Educação do Paraná). Nestas Diretrizes consta que o sistema de educação deve levar em conta a realidade onde o aluno encontra-se inserido, neste caso o campo, buscando formas de ensino e sobrevivência que cultivem e valorizem seu modo de viver. “Os sujeitos do campo têm direito a uma educação pensada, desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as necessidades humanas e sociais.” (DCEs, 2006, p. 09). Em todo o conhecimento repassado procura-se adequar a realidade dos educandos. A realidade de comunidades de faxinais, passado das comunidades em estudo, é – todavia – pouco conhecida. Apenas recentemente as pesquisas e atuações em comunidades faxinalenses vêm dando maior visibilidade a este segmento.

Atualmente as comunidades em estudo não apresentam mais os elementos típicos da estrutura Faxinal como apresentavam no passado. O uso comum de terras passou para o individualizado, o qual visa à obtenção do lucro. Diversas forças contrárias ao desenvolvimento deste modo de viver atuaram em diferentes fases, às vezes de forma mais rápida – exploração madeireira -, às vezes

de forma mais lenta – venda de parcelas de terras - contribuindo para a desagregação deste modo simples de viver nas terras do Município de Tibagi (PR).

Nos estudos realizados sobre Faxinais no Paraná, estas duas comunidades, bem como outras comunidades que tiveram sua gênese como faxinal no Município de Tibagi, representam uma lacuna nos levantamentos até agora efetuados. As comunidades estudadas não chegam a constar nem mesmo como Faxinais desagregados. Muitas terras das localidades transformaram-se em propriedades particulares, sendo algumas fazendas de criação e pastagem de gado e outras de plantação de soja. Pequenos produtores que continuaram no local sobrevivem subordinados a agroindústria do fumo ou a áreas de reflorestamento. Criadouro comum e terras de plantar são elementos que restaram somente na lembrança das pessoas que vivenciaram este tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meio rural deve ser compreendido a partir das relações do homem do campo com a terra; entendendo que o campo como um lugar de produção de vida, de trabalho, lugar onde se vive e se vê o mundo, lugar de produção cultural e saberes tradicionais. O campo é o lugar onde valores sociais, culturais e econômicos partilham o mesmo espaço, muitas vezes, interagindo com os grandes centros urbanos como forma de buscar alternativas para um desenvolvimento sócio-espacial mais justo e igualitário para os sujeitos que ali vivem.

A interação campo/cidade e a ressignificação de algumas áreas rurais é uma etapa do campo a ser superada, a qual trará mudanças significativas na organização sócio-espacial, cultural e econômica de muitas das comunidades rurais que ocupam este espaço. O homem do campo, muitas vezes, se encontra dependente da tecnologia presente nas cidades. Maquinário, insumos agrícolas são produtos que estão presentes na vida de qualquer agricultor.

Nos últimos anos percebe-se uma forte tendência da inserção do meio rural em atividades turísticas. O campo apresenta um rico potencial a ser explorado na área do turismo, seja através de sua organização sócio-espacial ou por suas belezas naturais. Neste contexto as comunidades tradicionais se apresentam com todas as suas peculiaridades como forte atrativo nas atividades turísticas, porém, pouco explorado até o momento.

As comunidades tradicionais mostram-se como “diques” de contenção, frente às inúmeras transformações ocorridas no espaço rural. Sua forma de organização, a relação entre seus membros, a relação com a natureza e o modo peculiar como estas pessoas vivem, fortalecem os laços de companheirismo no interior da comunidade e lhes ajudam a manter-se afastados das grandes transformações tecnológicas que a sociedade presencia. Suas técnicas são construídas ao longo do tempo e transmitidas de geração para geração, tornando-se um legado histórico. O impacto ambiental causado por estas comunidades é baixíssimo, visto que os moradores destes locais sabem e entendem a interdependência homem/natureza.

A atual visibilidade das Comunidades Tradicionais se deu através das constantes negociações entre seus membros e representantes do poder público

em prol de seus direitos e do seu reconhecimento. Esta luta ganha força a partir do envolvimento de membros da sociedade civil, organizações não governamentais (ong's) e pesquisadores preocupados com a manutenção e permanência destas comunidades.

As Comunidades Tradicionais representam importante patrimônio histórico/cultural, rico em representações e caracterizado pelo modo simples de viver. A relação homem/natureza ocorre em perfeito equilíbrio. Neste sentido, vale ressaltar que estas comunidades necessitam de ações para que elas não passem a constar apenas na memória da sociedade. Várias são as forças contrárias e os agentes que atuam no sentido do rompimento e da desagregação das Comunidades Tradicionais.

No que diz respeito às Comunidades Faxinalenses existentes no Estado do Paraná, percebe-se que mesmo sendo localizadas distantes dos grandes centros, em alguns casos, a desagregação é intensa. A atuação dos agentes desagregadores inicia-se com a queda nas exportações da erva-mate e início da exploração madeireira em meio às terras de faxinal, prosseguindo pelos diferentes ciclos econômicos sucessores. O auge da desagregação dos Faxinais ocorre com a implantação das políticas de modernização da agricultura entre os anos de 1960 e 1970.

Hoje em dia, as novas atividades agrícolas que adentram as terras dos Faxinais que ainda resistem, contribuem significativamente para a desagregação destas comunidades. O fumo, atual atividade que integra a produção faxinalense, rompe com o ambiente de harmonia modificando toda uma cultura, trazendo conseqüências irreparáveis para os faxinalenses. Gradativamente, em curto período, desagregam especificidades da organização destas comunidades, atingindo a dinâmica social, cultural econômica e o equilíbrio sócio-ambiental que as mesmas preservam.

No Município de Tibagi, consta-se a formação e posterior desagregação de Comunidades Faxinalenses. Diante deste contexto, verifica-se que os mesmos agentes desagregadores que contribuíram e continuam contribuindo para o fim e/ou rompimento das bases das Comunidades Faxinalenses situadas no Centro-Sul do Paraná, foram os mesmos que desagregaram as comunidades rurais pertencentes ao Município de Tibagi (PR). Estas comunidades rurais apresentavam ainda algumas características típicas dos Faxinais, porém, no decorrer da dinâmica

sócio-espacial vivenciada por este município, estas características foram sofrendo alterações e até mesmo esquecidas. Atualmente pouca coisa ainda resta, ficando apenas a história, dos bons tempos vividos, registrada na memória de alguns moradores.

Muitos agricultores não resistindo às pressões internas e externas, impostas ao sistema acabaram cedendo. A principal consequência foi o fim dos espaços tradicionais das Comunidades de Faxinal: *as terras de plantar e as terras de criar*. Assim, os agricultores passam a desenvolver atividades agrícolas individuais, na maioria dos casos subordinados a agroindústria. Aqueles que perderam grandes parcelas de terras vivem em pequenos sítios desenvolvendo atividades que, muitas vezes, não garantem o próprio sustento da família. A complementação da renda vem por empregos informais em grandes fazendas da região ou por arrendamento de terras a fim de aumentar e/ou garantir os ganhos.

As atividades culturais, religiosas, sociais e a educação passaram por profundas alterações. Os membros das comunidades procuram manter laços com o passado. Algumas manifestações se fazem presentes, ocorrendo dentro das limitações das novas rotinas impostas, outras se mantêm apenas na memória. Estas novas atividades que adentram os Faxinais impõem aos seus moradores outro ritmo de vida. Seu tempo se torna escasso, sua cultura tradicional se abala e não resiste, cedendo espaço ao moderno.

As transformações sócio-espaciais ocorridas nestas comunidades trazem consigo implicações em todo um sistema. A estrutura agrária, a economia, a sociedade, questões relacionadas ao emprego, à competitividade de produtos no mercado, enfim repercussões ocorrem em todos os setores envolvidos. As grandes alterações que se processam em escala macro também repercutem no modo simples de viver das comunidades rurais.

Com a intensa exploração dos recursos naturais em determinadas comunidades ditas tradicionais, sua população vêm perdendo seus laços com o passado, deixando para trás todo o conhecimento acumulado e repassado de geração para geração. A sustentabilidade da vida e da biodiversidade é fundamental para reter o pequeno produtor e sua família no ambiente rural, sendo importante buscar o aumento da consciência do homem do campo para a preservação da biodiversidade e das tradições culturais.

Considerando o valor social, econômico, cultural e ecológico das comunidades tradicionais, iniciativas tornam-se necessárias para a preservação e manutenção desses espaços. Ações de cunho governamental se fazem necessárias e urgentes para a manutenção das Comunidades Faxinalenses remanescentes. Há que se considerar a urgência destas ações, tendo por base os dados que nos revelam a existência de apenas 44 comunidades que mantêm ativo todos os componentes dos Faxinais na região Centro-Sul do Paraná.

Sendo o município de Tibagi de economia predominantemente agrícola, há de se considerar que as políticas voltadas ao pequeno produtor, ao longo dos anos, são falhas. No decorrer dos processos de transformação das Comunidades Faxinalenses existentes no território tibagiano, percebe-se que nenhuma política pública em prol da manutenção destes espaços foi vislumbrada por seus moradores. Assim as transformações sócio-espaciais ocorridas nos espaços tradicionais dos Faxinais - *Terras de Plantar e Terras de Criar* - foram intensas modificando toda a estrutura sócio-espacial dos Faxinais existentes neste município.

Os conflitos de interesses vivenciados por estas comunidades nos remetem também, a falta de apoio do poder público. Deixando estas comunidades a mercê de sua própria sorte, facilita-se a atuação dos agentes desagregadores das Comunidades Faxinalenses. Nas comunidades que fizeram parte desta investigação percebeu a intensa atuação da empresa Klabin Papel e Celulose, com suas práticas de reflorestamento ocupando grandes áreas. As empresas fumageiras também são destaque, com a apropriação do trabalho nos processos de produção do fumo. A atuação de grandes latifundiários também foi sentida quando anexadas parcelas de terras ao seu patrimônio. Destaque também para a atuação do MST no Faxinal dos Empoçados, transformando a área improdutiva em parte de seu assentamento.

Atualmente nas comunidades em estudo convivem elementos tradicionais e modernos. As comunidades responderam aos processos de modernização de forma flexível, porém, as alterações foram intensas. Mesmo diante de tal situação os membros das comunidades procuram manter presentes costumes e tradições do passado, todavia, algumas adaptações foram necessárias, principalmente em função do tempo disposto.

Outro fato de destaque observado na presente investigação é a forte relação que as comunidades faxinalenses mantêm com a sede dos distritos após

sua desagregação enquanto faxinais. A estrutura das comunidades em estudo não atende as demandas da população. Em muitos casos os membros das comunidades precisam se deslocar até a sede dos Distritos em busca de melhores condições seja ela em busca de equipamentos públicos ou até mesmo alimentação.

Este estudo se apresenta, portanto, como uma contribuição para despertar reflexões e questionamentos em torno da situação atual de muitas das Comunidades Faxinalenses remanescentes na região da Mata com Araucária. Sabe-se que os Faxinais conservam valores da biodiversidade regional e principalmente da cultura local. Pode-se observar, todavia, ao longo desta dissertação, que as dinâmicas sócio-espaciais vivenciadas pelas Comunidades Faxinalenses do Município de Tibagi levaram ao desaparecimento das mesmas. Com isso, assistiu-se no município a desagregação de uma tradição. A presente dissertação busca, todavia, que pelo menos a memória da tradição faxinalense em Tibagi seja mantida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **IPEA**, (Texto para Discussão), São Paulo/Rio de Janeiro, nº 702, 2000, 33 p.

ADAMS, Cristina. As populações Caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, V. 43, nº 1, p. 145-182, 2000.

ARRUTI, José Maurício Andion. 1997. . A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana - Estudos de Antropologia Social**. Rio de Janeiro, UFRJ, V. 3, nº 2, p. 7-38, 1997.

BALHANA, Altiva Pilati. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. 198 p. (volume 1).

BARBOSA, Tiago Augusto. **Território e Territorialidades do Sistema Faxinal: Análise a partir da reconstrução histórica familiar na comunidade Taquari dos Ribeiros em Rio Azul –PR**. 2007, 85p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa – PR, 2007.

BARRETO, Marcelo. **A produção camponesa e o monopólio do território pelo capital: espacialidades distintas na extração da erva-mate na região da Floresta com araucária do Paraná**. 2008, 94 p. Dissertação de Mestrado (Gestão do Território) – UEPG, Ponta Grossa, 2008.

BARRETO, Marcelo; LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza. Os faxinais e erva-mate: a incorporação da produção camponesa ao movimento da indústria capitalista. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, 1 (2), p: 73-83, 2007.

BATAVO, Cooperativa Agroindustrial. **História**. Disponível em: <<http://www.batavo.coop.br/site/index.php?option=historia&Itemid=80>>. Acesso em 21 de janeiro de 2010.

BEDINELLI, Talita. **Povos tradicionais terão políticas adaptadas**. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=234456>> Acesso em: 30 mai 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988). Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%E7ao_Compilado.htm#adct>. Acesso em: 15 jun 2009.

BRASIL. DECRETO DE 27 DE DEZEMBRO DE 2004. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10408.htm>. Acesso em: 15 jun 2009.

BRASIL. DECRETO DE 13 DE JULHO DE 2006. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10884.htm>. Acesso em: 15 jun 2009.

BRASIL. DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 15 jun 2009.

CHANG, Man Yu. Faxinais no Paraná. **Informe de Pesquisa**. Curitiba, v. 12, nº 80, março, 1988a. 20 p.

_____. **Sistema Faxinal**: Uma forma de organização Camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1988b. 124p. (Boletim técnico, 22).

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Tradução de Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, 453 p.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Paraná: desenvolvimento rural e questão regional. **Revista Eletrônica Polidisciplinar Vôos**, Volume I, Número 02, 1º Semestre 2006, <http://pluridata.sites.uol.com.br/voos.htm>, ISSN 1808-9305. Disponível em: <<http://pluridata.sites.uol.com.br/voos/02/pdr.htm>>. Acesso em: 10 jan 2010.

DEÁK, Csaba; CHIFFER, Sueli Ramos (Orgs). **O processo de urbanização no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora da USP, 2004, 346 p.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: USP, 2004. 169 p.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana; VIANA, Virgílio M. (Orgs.). **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC, 2004. 273 p.

EIDAM, Dircéia. **Alto do Amparo**: Economia e sociedade – 1950-1970. 1998, 119p. Monografia (Pós-Graduação em História e Sociedade) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa - PR, 1998.

_____, Dircéia. **Entrevista em Comunidades Rurais do Município de Tibagi (PR)** (outubro, 2008). Entrevistador: Douglas Grzebieluka. Tibagi: São Bento, 2008. Arquivo mp10. Entrevista concedida por ocasião de encontro com a Professora e Pesquisadora.

_____, Dircéia. **Entrevista em Comunidades Rurais do Município de Tibagi (PR) - Complementação** (janeiro, 2010). Entrevistador: Douglas Grzebieluka.

Tibagi: São Bento, 2010. Arquivo mp10. Entrevista concedida por ocasião de encontro com a Professora e Pesquisadora.

FERREIRA, Patrícia. **Estudo sobre os Faxinais Lageado de Baixo e Lageado dos Mello – PR**: a construção de conhecimento a partir da ecologia social como subsídio para um projeto de turismo comunitário. 2008, 123 p. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, Ponta Grossa, 2008.

GERSTEL, Naomi R. Família. In: Outhwaite, William; Bottomore, Tom (Editores). **Dicionário do pensamento social do Século XX**. (Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996. p. 297-300.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. (Tradução de Sandra Regina Netz). 4ª ed. Porto Alegre: Artemed, 2005. 600 p.

GURNEY, Peter. Movimento Cooperativo. In: Outhwaite, William; Bottomore, Tom (Editores). **Dicionário do pensamento social do Século XX**. (Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996. p. 484 – 487.

GZEBIELUKA, Douglas; LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza. Comunidades de Faxinal e suas dinâmicas sócio-espaciais: da formação à desagregação de uma tradição no Município de Tibagi (PR) – um estudo sobre o Faxinal dos Empoçados. **Revista Geografar**. Curitiba, v.4, nº.1, p.34-58, jan./jun. 2009.

GUARIM, Vera Lúcia. Sustentabilidade Ambiental em Comunidades Ribeirinhas Tradicionais. In: III SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONOMICOS DO PANTANAL: OS DESAFIOS DO NOVO MILÊNIO, 1, 2000, Corumbá – MS. **ANAIS ...** Corumbá: FAPEMAT, 2000. p. 01 – 33

HAURESCO, Cecília. A organização sócio-espacial das famílias Ucrâno-Brasileiros em comunidades rurais do Município de Prudentópolis – PR. **GUAIRACÁ**. Guarapuava, 18, p: 61-70, 2002.

HERNASKI, Maria. **Movimento interestadual das Cipozeiras – MIC**. Disponível em: <<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/viewConteudoOut.no-filter?pager.offset=20&catTipo=PRO&conID=123&lwYEAR=2009>>. Acesso em: 25 fev 2010.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário de Filosofia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: guia prático de linguagem sociológica. Tradução de Ruy Jungmann; consultoria de Renato Lessa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.300 p.

JÚNIOR, Jackson Gomes; SILVA, Geraldo Luiz da; COSTA, Paulo Afonso Bracarense. **Paraná Negro**. UFPR/PROEC, 2008. 104 p.

KLABIN. **Klabin Histórico**. Disponível em: <<http://www.klabin.com.br/pt-br/klabin/historicoKlabin.aspx>>. Acesso em 15 jan 2010.

LADIK, Douglas; SOUZA, Roberto Martins de. **Cipozeiros em fase final de seu mapeamento situacional**. Disponível em: <<http://redepuxirao.blogspot.com/2010/02/cipozeiros-em-fase-final-de-seu.html>>. Acesso em: 25 fev 2010.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 3. ed. Petrópolis. Editora Vozes, 2004.

LEMES, Elaine Cristina; LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza. Da subsistência do sistema faxinal a subordinação a agroindústria do fumo: a desagregação do Faxinal dos Lemes no Município de Ipiranga-PR. In: III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA JORNADA ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA, 2005, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente, 2005n p. 1-4.

LOPES, José Carlos Veiga. **Introdução à história de Tibagi**. Curitiba: J.C.V. Lopes, 2002. 197 p.

LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza. Faxinalenses: Populações tradicionais no Bioma da Mata com Araucária. IN: 1º ENCONTRO DOS POVOS DOS FAXINAIS, 2005, Irati. **Anais**: Termo de referência. Irati: Rede Faxinal, 2005. Impresso, p. 53-62.

_____. O Pré-Moderno na Pós-Modernidade: refletindo sobre as comunidades de Faxinais da Floresta com Araucária do Paraná. In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo. **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: Eduerg, 2007. p. 207-223.

_____. Os mundos faxinalenses da floresta com araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 2 n. 2, p. 213-226 , jul./dez., 2008.

_____; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. O significado social e ecológico dos Faxinais: Reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária no Paraná. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 5 n. 1, p. 89-104, 2005.

_____; IEGELSKI, Francine. **O Sistema Faxinal no Município de Ponta Grossa: diretrizes para preservação do ecossistema, do modo de vida, da cultura e das identidades das comunidades e dos espaços faxinalenses**. Ponta Grossa, 2003. 108 p. (Relatório Técnico) – Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

MARQUES, Cláudio Luiz G. **Levantamento Preliminar Sobre Sistema Faxinal: Relatório Final**. Curitiba: IAP - PR, 2004. 193 p.

MATOS, Micheline. **Quebradeiras de coco do Maranhão: lutas e conquistas**. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=15040>>. Acesso em 10 ago 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 291 p.

MERCER, Edmundo Alberto; MERCER, Luiz Leopoldo. **História de Tibagi**. Curitiba: Cenicom, 1977. 196 p.

MOTA, Lúcio Tadeu. A guerra de conquista nos territórios dos índios Kaingang do Tibagi. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 187-207, 1997.

MST; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Nossa História: 25 anos do Movimento Sem Terra**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7702>>. Acesso em 20 fev 2010.

MST; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Nossa Produção: Assentamentos**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/325>>. Acesso em 20 fev 2010.

MURRIETA, Julio Ruiz; RUEDA, Rafael Pinzón (Editores). **Reservas Extrativistas**. Gland, Suíça e Cambridge; Reino Unido/UICN (Unión Mundial para La Naturaleza, 1995. 132 p.

NERONE, Maria Magdalena. **Terras de Plantar, Terras de Criar: Sistema Faxinal – Rebouças – 1950-1997**. 2000, 286 p. (Tese de Doutorado) – UNESP, SP, Assis, 2000.

NEVES, Josélia Gomes. **Ribeirinhos, desenvolvimento e a sustentabilidade possível**. Rondônia, Universidade Federal de Rondônia, 2008. 08 p.

PAIVA, Asséde. **Brumas da História do Brasil: ciganos e escravos, a verdade**. Disponível em <www.ciganosbrasil.com/novo/brumas>. Acesso em 5 ago 2009.

_____. **Ciganos, Tziganos, Gitanos, Boêmios, Zíngaros... Que são eles? E porque não devemos discriminá-los**. Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?hl=ptBR&q=livro+Brumas+da+hist%C3%B3ria+do+Brasil+Ciganos+e+escravos&btnG=Pesquisar&meta=>>>. Acesso em 5 ago 2009.

PARANÁ. DECRETO Nº 3446. Curitiba: Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, 1997. Disponível em: <<http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas.nsf/fcc19094358873db03256efc00601833/fa1887bf3d2ab76b03256e99006389e4?OpenDocument>>. Acesso em: 15 jun 2009.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação**. Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Paraná. 2006.

PDMT. **Plano Diretor Municipal de Tibagi**. 2006.

PMT - PR; Prefeitura Municipal de Tibagi - Paraná. **Rodovia do Café teve seu primeiro trajeto pelo centro de Tibagi**. Disponível em: <<http://www.tibagi.pr.gov.br/site/modules/news/article.php?storyid=1372>> Acesso em 01 mar 2010.

PPP. **Projeto Político Pedagógico** – Colégio Baldomero. 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Editora Contexto, 2001. 178 p.

REPRESENTANTE FE, Faxinal dos Empoçados. **Entrevista em Comunidades Rurais do Município de Tibagi (PR)** (outubro, 2008). Entrevistador: Douglas Grzebieluka. Tibagi: Faxinal dos Empoçados, 2008. Arquivo mp10. Entrevista concedida por ocasião de visita a comunidade.

REPRESENTANTE FM, Faxinal dos Mendes. **Entrevista em Comunidades Rurais do Município de Tibagi (PR)** (maio, 2009). Entrevistador: Douglas Grzebieluka. Tibagi: Faxinal dos Mendes, 2009. Arquivo mp10. Entrevista concedida por ocasião de visita a comunidade.

RITTER, Marina Lourdes. **As sesmarias do Paraná no século XVIII**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980. 250 p.

ROTA DOS TROPEIROS: História e Cultura. Disponível em: <<http://www.rotadostropeiros.com.br/pagina.php?id=6>>. Acesso em 28 fev 2010.

SABOURIN, Eric. Estratégias coletivas e lógicas de construção das organizações de agricultores no Nordeste semi-árido. **Antropolítica**. Rio de Janeiro, UFF, nº 9, p. 1-10, 2001.

SANTOS, Nilson. **Seringueiros da Amazônia: sobreviventes da fatura**. 2002, 330 p. (Tese de Doutorado) – USP, SP, São Paulo, 2002.

SCHUSTER, Wladimir Teixeira. **Articulações entre transformações no uso da terra e (des)agregação no modo de vida: Reflexões sobre o Faxinal Saudade Santa Anita Turvo – PR**. 2007, 58p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa – PR, 2007.

SHORE, Cris. Comunidade. In: Outhwaite, William; Bottomore, Tom (Editores). **Dicionário do pensamento social do Século XX**. (Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996. p. 115 - 117.

SILVA, Luiz César Kreps da. Tropeirismo. In: SCORTEGAGNA, Adalberto; REZENDE, Cláudio José; TRICHES, Rita Inocência. **Paraná Espaço e Memória: Diversos olhares histórico-geográfico**. Curitiba: Editora Bagozzi, 2005. p. 106-129.

SILVA, Pedro Carlos Gama da. et al. Estudo de trajetórias de desenvolvimento local e da construção do espaço rural no Nordeste semi-árido. **Agricultura familiar - pesquisa, formação e desenvolvimento**. Belém, v. 1, n. 2, p. 5-27, 2000.

SIMÕES, Willian. **Comunidades Tradicionais de faxinais e gestão de políticas públicas educacionais no estado do Paraná: compreendendo territórios e territorialidades**. 2009, 140 p. Dissertação de Mestrado (Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade** – Uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

SOUZA, Roberto M. de. **Transformações Econômicas e Sociais e Trajetória na Agricultura Familiar**: Estudo de Caso sobre a Desconstrução da Autonomia da Agricultura Familiar no Faxinal Saudade Santa Anita, Turvo – PR. 2001, 135 p. (Dissertação de Mestrado) - UFSM, RS, Santa Maria, 2001.

"SPRING: Integrating remote sensing and GIS by object-oriented data modelling" Camara G, Souza RCM, Freitas UM, Garrido J Computers & Graphics, 20: (3) 395-403, May-Jun 1996.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **Paraná**: do século XVI à década de 1950. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2002. 206 p.

TAVARES, Luis Almeida. **Campesinato e os faxinais do Paraná**: as terras de uso comum. São Paulo, 2008, 751 p. (Tese de doutorado) – USP, SP, São Paulo, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 385 p.

VASCONCELOS, Edgard de. **Sociologia Rural**. Minas Gerais: Imprensa Universitária Universidade Federal de Viçosa, 1977. 288 p.

VASCONCELLOS, Marcos de. **Comunidades tradicionais**. Disponível em: <www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_content&task=view&id=348&Itemid=5rcosde>. Acesso em: 28 abr 2009.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 4ª Ed. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina LTDA, 1977. 185 p.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. 360 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 15, p. 87 – 145, out. 2000.

ZIMMERMANN, Silvia. **A política Nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais – entre conflitos e conquistas**. Disponível em <http://www.observatoriodoagronegocio.com.br/page41/page42/files/Bol_024_09_SZ.pdf> Aceso em: 03 jun 2009.

ANEXOS

ANEXO I

ENTREVISTA EM COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TIBAGI (PR)

ENTREVISTADOR: Douglas Grzebieluka

DATA: ____/____/2008

1 IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Nome do entrevistado: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Descendência:

1.3.1 () imigrante. Qual? _____

1.3.2 () negro

1.3.3 () indígena

1.3.4 () Outro _____

1.4 Comunidade:

1.4.1 () Faxinal dos Empossados

1.4.2 () Faxinal dos Mendes

1.4.3 () Capivari

1.4.4 () Outra _____

1.5 Há _____ quantos _____ anos _____ reside _____ nesta
localidade? _____

2 CONDIÇÃO DA TERRA:

2.1 () Própria. Como a adquiriu? () herança () compra () outra

2.2 () Arrendada

2.3 () Outra _____

3 DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL DA COMUNIDADE:

OBS: todas as respostas dos itens abaixo serão gravadas e transcritas em forma de relatos.

PASSADO:

3.1 Estrutura Faxinal:

3.1.1 Terras de Plantar:

3.1.2 Terras de criar:

3.2 Uso da Terra:

3.2.1 Em comunidade:

3.2.2 Individual:

3.3 Reconhece a importância deste modo de vida (Faxinal)?

3.4 Qual momento pode ser apontado como o início da ruptura do modo de vida faxinalense? O que aconteceu neste momento?

3.5 Realizava-se mutirão?

3.6 Quem mantinha as cercas?

3.7 Como se desenvolvia no passado:

3.7.1 Criação:

3.7.2 Agricultura:

3.7.3 Comercialização:

3.7.4 Comunidade:

3.7.5 Religiosidade:

3.7.6 Festas/comemorações:

3.8 Produção:

3.8.1 Exploração da madeira:

3.8.2 Erva mate:

3.8.3 Suinocultura (solta?):

3.8.4 Feijão:

3.8.5 Milho:

3.8.6 Outros produtos? _____

PRESENTE:

3.9 O que mudou?

3.10 Como se encontra a comunidade no atual momento em relação a:

- 3.10.1 Criação:
- 3.10.2 Agricultura:
- 3.10.3 Comercialização:
- 3.10.4 Comunidade:
- 3.10.5 Religiosidade:
- 3.10.6 Festas/Comemorações

3.11 Desenvolve ainda alguma das atividades do passado? Com quem comercializa?

- 3.11.1 Exploração da madeira:
- 3.11.2 Erva mate:
- 3.11.3 Suinocultura (solta?):
- 3.11.4 Feijão:
- 3.11.5 Milho:
- 3.11.6 Outros produtos? _____

3.12 Do que a família sobrevive atualmente (fumo, plantação de pinus ou eucalipto, arrendamento de terras, agregado da Perdigão, etc.)?

3.13 A quem se destina a produção no momento?

3.14 Quais os benefícios e/ou desvantagens do atual modelo de produção quando comparado ao passado?

3.15. Conheceu outras comunidades com estrutura de Faxinal em Tibagi? Quais?

ANEXO II

SÍNTESE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Comunidades visitadas: Faxinal dos Empossados, Faxinal dos Mendes, Capivari (de cima, de baixo e do meio), São Bento e Amparo.

A IDENTIFICAÇÃO:

PASSADO:

- 1- Foram entrevistadas 09 pessoas de diferentes comunidades entre os meses de outubro/2008 e março/2009.
- 2- No que diz respeito à seleção dos entrevistados procurou-se as pessoas com mais idade ou mais tempo de moradia na região. A idade varia entre 55 e 72 anos de idade com pessoas de ambos os sexos (05 mulheres e 04 homens). Todos nasceram nas localidades onde residem, estes foram importantes fontes de consulta para entender a dinâmica sócio-econômica vivenciada pelas localidades.
- 3- A descendência predominante é a cabocla, existindo também descendentes de imigrantes europeus, índios e brasileiros.

PRESENTE:

- 1- Para estabelecer as diferenças entre passado e presente, buscou-se também, conversar com moradores mais novos, filhos, herdeiros de pessoas que contribuíram na gênese formadora das localidades.

B CONDIÇÃO DA TERRA:

C DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL DA COMUNIDADE:

PASSADO:

a. Estrutura Faxinal:

- i. Terras de Plantar:
- ii. Terras de criar:

Em relação à estrutura do Sistema Faxinal (Terras de Plantar e Terras de Criar), apenas os entrevistados com mais idade, residentes no Faxinal dos Empoçados, Faxinal dos Mendes e também um residente na localidade de Capivari citaram este tipo de organização, não se referindo exatamente aos termos Terras de plantar e Terras de criar, mas sim colocando que:

b. Uso da Terra:

i. Em comunidade:

ii. Individual:

Em todas as localidades visitadas, os entrevistados colocaram esta harmonia de usar a terra no coletivo, os animais se criavam todos juntos. Nas roças cada qual tinha seu pedaço (um espaço só, mas cada qual plantava o que queria no seu pedaço).

c. Reconhece a importância deste modo de vida (Faxinal)?

Para as pessoas mais velhas, este modo de viver era o ideal, pouca preocupação, qualidade de vida; alguns citaram as dificuldades em relação a energia elétrica e a dificuldade financeira. No geral estas pessoas acham que a cultura da época era muito importante, havia a tradição das rezas e benzedadeiras, dificilmente procurava-se um médico.

d. Qual momento pode ser apontado como o início da ruptura do modo de vida faxinalense? O que aconteceu neste momento?

A partir do momento que começam a surgir às desavenças em relação à produção e a criação de animais, neste momento cada qual procura ter seu pedaço de terra cercado e a produzir individualmente. A partir de então, começa a dificultar as relações e os moradores buscam novas alternativas de sustento. A derrubada dos pinheiros nativos foi à primeira forma de obter renda; conseqüentemente em função da lucratividade do reflorestamento e do mercado consumidor que surge na região (Klabim), muitos agricultores passam a fazer parte desta prática. Também vale destacar que a grande estiagem e a “Queima do

Paraná”, foram citadas como responsáveis na perda da produção e de alguns animais.

e. Realizava-se mutirão?

Os mutirões ou puxirões eram realizados com frequência, principalmente perto dos finais de semana; reunia-se certa quantidade de camaradas e iam colher ou limpar a roça, depois do trabalho realizado como forma de agradecimento realizava-se um “bailinho que ia até a madrugada”, às vezes realizava-se também uma novena, antes do baile, neste eram oferecidos algumas guloseimas de fabricação caseira, como bolachas, sequilhos e alguma bebida.

f. Quem mantinha as cercas?

As cercas ou valas eram mantidas pelos próprios moradores da localidade, madeiras existiam em abundância, era só da “farquejada” que se faziam as cercas. Alguns mutirões eram feitos para fazer ou limpar valas e construir cercas.

g. Como se desenvolvia no passado:

- i. **Criação:** porcos soltos e outros animais de pequeno porte também. Os porcos quando estavam para serem vendidos eram fechados como forma de facilitar a engorda.
- ii. **Agricultura:** produção em pequena escala, algumas roças de milho, feijão, mandioca.
- iii. **Comercialização:** trocas e vendas com pequenos comerciantes da região que tinham em seus estabelecimentos outros utensílios necessários à organização da vida doméstica.
- iv. **Comunidade:** o divertimento da comunidade no final de semana era algum baile ou festa realizada na igreja; no final da tarde muitos se reuniam em frente a alguma casa para uma “roda de conversa”.
- v. **Religiosidade:** Novenas e rezas na igreja e nas casas dos moradores. Com a finalidade de comemorar o dia do padroeiro da igreja realizava-se por durante uma semana novenas e procissões em devoção ao santo, culminando com a festa

realizada no final de semana (permanece até os dias de hoje). Também era muito praticada a Romaria de São Gonçalo.

- vi. **Festas/comemorações:** festa depois da colheita ou em homenagem ao santo padroeiro da localidade. Nas festas era comum ser dançada pelas moças e rapazes solteiros a “Dança de São Gonçalo Casamenteiro”; “...faz uma fila de mulher e uma de homem. As duas filas vem até o altar, lá trocam de lado e beijam o santo, voltam, vem de costas dançando até o fim da fila. Vem de novo dançando até chegar, trançar e beijar o santo e daí voltavam por dentro, parecia uma quadrilha”

Nas comunidades onde existem descendentes de europeus (ucranianos e poloneses) é comum reunir toda a família para ceias de Páscoa e Natal, com produtos tradicionais e benzidos.

h. Produção:

- i. **Exploração da madeira:** intensa exploração, com início por volta de 1930. Trabalhava-se com madeira de lei (Pinheiro e Imbuía). Instalaram-se na região madeiras como Wagner e Rocopinus. Após a instalação da fábrica da Klabim na fazenda Monte Alegre (até então no município de Tibagi), o processo de exploração madeireira se intensificou e iniciou-se o processo de reflorestamento para atender a demanda desta fábrica.
- ii. **Erva mate:** Teve seu ciclo de exploração, onde se atendia a demanda da Erva Mate Bitumirim. Era um trabalho de muito esforço, as condições de trabalho eram mínimas, colheita de dias no mato e depois sapecava-se os gravetos e colocava-se no carijó, que era feito na beira de um barranco.
- iii. **Suinocultura (solta?):** porco alçado e porco de safra. Nas entrevistas foi citada a figura do “Safrista”, muitos homens, partiam com a safra de porco de diferentes localidades e seguiam até as vendas ou mangueirões em Ponta Grossa. Na localidade de Amparo tinha as vendas com mangueirões e poços de água para o safrista poder descansar e abastecer o animal. As safras partiam de Reserva, Cândido de Abreu e

cortavam as terras do Faxinal, seguindo a estrada. O porco também servia de alimento (carne e banha), a carne na época era conservada na banha.

- iv. **Feijão:** roças para o sustento e trocas comerciais.
- v. **Milho:** pequenas roças que serviam muitas vezes de alimento para os porcos, “soltava-se os porcos na roça e debuiava os milhos nas costas deles”
- vi. **Outros produtos?** Destaca-se a mandioca, a qual nas atafonas (moinho movido a cavalgadas ou roda d’água) era transformada em polvilho; outros produtos como a batata, frutas e verduras também faziam parte da produção agrícola das localidades.

PRESENTE:

i. O que mudou?

Toda a dinâmica das localidades passou por profundas alterações: o modo simples de viver cedeu lugar a grandes fazendas, granjas e assentamentos. Muitas pessoas acabaram vendendo suas terras para grandes produtores da região, os quais investem na plantação de soja ou reflorestamento. Poucos resistiram às transformações, e os que resistiram vivem em condições precárias em pequenos sítios; aposentados que sobrevivem de um salário e que muitas vezes ainda desenvolvem pequenos trabalhos agrícolas (plantio, colheita e construção de cercas) em busca de mais um pouco de dinheiro. São Bento e Amparo são atualmente as localidades onde reside a maior parte da população que após vender suas terras e deixar a produção agrícola, comprou um pequeno lote e construiu sua moradia.

Nos assentamentos e em alguns dos pequenos sítios que restaram é intensa a produção de fumo, a qual explora todos os integrantes da família, sendo que muitas vezes o montante recebido pela produção não chega a pagar o que foi gasto. No momento alguns agricultores já deixam de lado a produção do fumo e começam a pensar em novas possibilidades de rendimentos. Uma boa parcela dos pequenos produtores assumiu grandes dívidas com as empresas fumageiras e não conseguem pagar. Os agricultores que se envolveram com a criação de suínos e

aves para a Perdigão, são os que conseguem ter um melhor retorno financeiro, apesar de requer muito empenho a empresa dá os subsídios necessários para o sucesso da produção.

j. Como se encontra a comunidade no atual momento em relação a:

- i. **Criação:** em algumas propriedades ainda mantém-se animais de pequeno porte para subsistência e outras com grandes estruturas para a criação de porco ou aves de empresa agregada.
- ii. **Agricultura:** produtos como milho, feijão, arroz em pequena escala nas pequenas propriedades, voltadas principalmente a atender o consumo da família.
Grandes fazendas com plantação de soja e milho voltados a atender as demandas do mercado interno e externo.
Fumo e reflorestamento tomam conta da produção de pequenos produtores rurais das localidades dos Distritos de Alto do Amparo e Caetano Mendes.
- iii. **Comercialização:** Trocas comerciais não existem mais; os pequenos sítios atendem pessoas que aparecem de cidades com Ponta Grossa em busca de galinhas e ovos caipiras e porcos principalmente no final do ano. Os mercadinhos ou vendas que existem nas localidades já trabalham com produtos industrializados e pouca coisa se vende a granel.
- iv. **Comunidade/Religiosidade/Festas/Comemorações:** em um nível mais “fraco”, devido ao tempo disponível, visto que o atual modelo de produção requer mais dedicação e compromisso (estufas de fumo e animais de empresas agregadas com hora marcada para alimentação e outros cuidados), mas mantendo-se a tradição: novenas, alvoradas festivas, pequenas procissões, fogueiras e quadrilhas.

k. Desenvolve ainda alguma das atividades do passado? Com quem comercializa?

- i. **Exploração da madeira:** a questão da exploração da madeira está voltada principalmente a atender a demanda da Klabim Papel e Celulose. O reflorestamento toma conta das propriedades; os remanescentes de mata nativa, em muitas propriedades são preservados devido à legislação vigente.
- ii. **Erva mate:** em baixíssima escala, muitas vezes somente para o consumo próprio retirada dos ervais nativos que sobraram; acreditam que não é uma atividade lucrativa para o momento.
- iii. **Suinocultura (solta?):** no presente algumas pessoas, geralmente os pequenos sitiantes, criam alguns porcos em confinamento, a não ser que a propriedade seja toda fechada para se soltar os animais. Os entrevistados colocam que hoje em dia não tem mais como se criar a solta, devido a problemas na lavoura do vizinho e até mesmo por casos de roubo. Reconhecem que antigamente o porco era mais sadio, se alimentava de tudo que a natureza oferecia; hoje em dia em tudo existe agrotóxico.
- iv. **Feijão/Milho/Outros produtos?** Pequenas plantações para o consumo da família. Nas grandes fazendas as lavouras de soja predominam.

l. Do que a família sobrevive atualmente (fumo, plantação de pinus ou eucalipto, arrendamento de terras, agregado da Perdigão, etc.)?

Fumo (Continental, CTA e Souza Cruz) e reflorestamento (Klabim) são as atividades que mais se desenvolvem na região. Alguns pequenos produtores são agregados da Perdigão na criação de aves e suínos e muitas pessoas trabalham de empregados na plantação e colheita do fumo, ou de ajudante nas granjas.

m. A quem se destina a produção no momento?

As grandes empresas que investem na infra-estrutura e que mantêm o domínio sobre a produção.

n. Quais os benefícios e/ou desvantagens do atual modelo de produção quando comparado ao passado?

Segundo depoimentos, atualmente eles conseguem ver um a melhora em termos de renda, pois se a produção der tudo certo os lucros estão garantidos. O fumo e as árvores de reflorestamento são um negócio inseguro, se der algum problema os agricultores têm que se responsabilizar por dívidas junto as empresas que investiram nas mudas; citam o caso de pessoas que perderam suas propriedades para quitar dívidas. Alguns se mantêm no campo trabalhando de empregados e outros foram embora para as cidades.

Em relação a tempo para divertimento e descanso, reclamam pelo fato de que tudo requer muito cuidado, as estufas; as mudas, os animais (no caso de granjas), às vezes é preciso levantar de madrugada ou fazer revezamento entre integrantes da família para atender, “a responsabilidade é toda nossa”

o. Conheceu outras comunidades com estrutura de Faxinal em Tibagi? Quais?

Colocam que praticamente todas as pequenas comunidades rurais de Tibagi mais antigas formaram-se tendo por base a criação de porcos soltos, tudo começou a desenvolver-se com o Safrismo ou Tropeiro de Porco.

Logo depois, a construção da BR 376, cortando os Distritos de Caetano Mendes e Amparo, facilitou o acesso as localidades e o transporte de mercadorias. A construção da rodovia empregou muitos dos trabalhadores rurais que buscavam novos empregos e muitos operários vindos de outras partes do país formaram alojamentos e estabeleceram-se em terras dos dois distritos de Tibagi.